

Dagma Ferreira Pontes • Izabela Appolinário de Souza
• Fabiana de Arruda Resende Reis • Sandra Rangel de Souza Miscali

Educação Ambiental na Gestão

Pública: compartilhando

metodologias participativas

do projeto NEA-BC



1ª Edição • Campos dos Goytacazes • 2023

Associação Raízes

Educação Ambiental na Gestão Pública: compartilhando metodologias participativas do projeto NEA-BC

Organizadoras:

Dagma Ferreira Pontes
Izabela Appolinário de Souza
Fabiana de Arruda Resende Reis
Sandra Rangel de Souza Miscali

1ª edição
Campos dos Goytacazes
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação ambiental na gestão pública [livro eletrônico] : compartilhando metodologias participativas no Projeto NEA-BC / organizadoras Dagma Ferreira Pontes...[et al.] ; [coordenação Sandra Rangel de Souza Miscali]. -- 1. ed. -- Campos dos Goytacazes, RJ : Associação Raízes, 2023.
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Izabela Appolinário de Souza, Fabiana de Arruda Resende Reis, Sandra Rangel de Souza Miscali.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89136-17-0

1. Educação ambiental 2. Gestão pública
I. Pontes, Dagma Ferreira. II. Souza, Izabela Appolinário de. III. Reis, Fabiana de Arruda Resende. IV. Miscali, Sandra Rangel de Souza.

23-184280

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação ambiental 304.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Realização:

Petrobras / Associação Raízes

Diretoria da Associação Raízes:

Kíssila Neves Soares Vitorino
Mariléa Macêdo da Silva

Coordenadora do projeto NEA-BC:

Sandra Rangel de Souza Miscali

Coordenadora Petrobras:

Graziela da Silva Rocha Oliveira

Organizadoras desta Obra:

Dagma Ferreira Pontes
Fabiana de Arruda Resende Reis
Izabela Appolinário de Souza
Sandra Rangel de Souza Miscali

Texto:

Augusto Luiz Alves Pascoal
Emídio Fernandes de Souza
Fabiana de Arruda Resende Reis
Fabio Oliveira dos Santos
Flávia Pontes Rabello
Isroberta Rosa Araujo
Izabela Appolinário de Souza
Luísa Alves G. de Santana
Mariana Araújo Pedro
Pedro Campeão Ferreira
Sandra Rangel Souza Miscali
Wagner Nunes Firmino

Revisão textual:

Dagma Ferreira Pontes
Fabiana de Arruda Resende Reis
Igor de Oliveira Ferreira
Izabela Appolinário de Souza
Joane Marieli Pereira Caetano

Revisão Petrobras:

Antônia Maria de Aguiar Duarte
Graziela da Silva Rocha Oliveira
Marjorie Robles Carmona
Sônia Maria A. Vasconcelos

Projeto Gráfico e Diagramação:

Talita da Silva Vasconcelos Cruz



A função da Associação Raízes perpassa pelo papel de agente transformador, na construção e disseminação de conhecimentos, buscando fomentar o empoderamento e a autonomia dos cidadãos. Sua proposta é, de fato, construir um processo educativo que possibilite problematizar, transformar, transmudar, revolucionar, desnaturalizar, desconstruir e perpetuar em sua proposta político pedagógica!

Projeto Político Pedagógico da Associação Raízes

Bem-vindos ao universo de metodologias do projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC), executado pela Associação Raízes!

Convidamos todos a conhecerem algumas atividades desenvolvidas no decorrer de 14 anos de atuação do projeto na região das Bacias de Campos e de Santos. Os processos educativos, divididos em diagnósticos, formativos e interventivos, são baseados na educação popular, voltados para formação crítica e transformadora, construídos de forma dialógica com as comunidades, a fim de propiciar a troca de saberes e experiências para a transformação social.

O projeto NEA-BC é uma condicionante do licenciamento ambiental federal para exploração de petróleo e gás, com atuação em 13 municípios (de São Francisco de Itabapoana a Saquarema), visando a mitigação de impactos socioambientais ocasionados pela atividade industrial. Suas atividades educativas têm como diretriz a educação ambiental crítica para o controle social na gestão ambiental pública. Isso significa conhecer a realidade, “mergulhar” em processos formativos, a fim de atuar nos espaços colegiados (como conselhos gestores e audiências públicas) de forma qualificada e técnica, com proposições de políticas públicas para melhorias das realidades locais e regionais. Para tanto, são utilizadas metodologias participativas que envolvem todos os atores, partindo das realidades dos sujeitos¹, para em seguida, transformá-las.

Neste livro você encontrará fichas metodológicas desenvolvidas a partir dos planos de ensino de atividades realizadas no NEA-BC, seja em execução dos planos de trabalhos dos municípios de atuação, dos programas de formação e desenvolvimento de lideranças ou de atividades para capacitação de sua equipe. No primeiro capítulo, constam as fichas metodológicas das atividades diagnósticas; no segundo, as formativas; e no terceiro, as interventivas.

Vamos juntos viajar pelo universo educativo desenvolvido pelo NEA-BC?

¹ Sujeitos da ação educativa são os comunitários participantes do projeto.



| | |
|---|-----|
| Introdução | 06 |
| Metodologias dos processos diagnósticos | 20 |
| Metodologias dos processos formativos | 41 |
| Metodologias dos processos interventivos | 89 |
| Nossos resultados: um ciclo educacional que deu certo! | 110 |
| Agradecer para não esquecer | 113 |
| Referências Bibliográficas | 118 |

Introdução



1. O caminhar por diferentes linhas: o foco muda, a forma de fazer permanece

Todo processo educativo é antes de tudo um processo de intervenção na realidade vivida em que educador e educando, numa prática dialógica, constroem o conhecimento sobre ela, objetivando a sua transformação.

José Quintas

O projeto NEA-BC, executado por uma instituição do terceiro setor, a Associação Raízes, iniciou suas atividades em 2009 e faz parte do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), política pública com o objetivo de articular os projetos de educação ambiental de empresas que atuam na indústria marítima de petróleo e gás na Bacia de Campos, com foco em grupos sociais afetados pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Trata-se de um projeto condicionante ao licenciamento da empresa Petrobras, uma medida de mitigação que desenvolve ações com jovens e adultos, lideranças comunitárias de treze municípios das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas: São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Araruama e Saquarema.

Suas diretrizes político-pedagógicas são ancoradas na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 (Ibama, 2010) e na Instrução Normativa Nº 02/2012 (Ibama, 2012), as quais estabelecem a base teórico-metodológica da educação ambiental para o processo da gestão pública:

Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização conformado pelo capitalismo, da relação sociedade-natureza e das relações sociais, que ele institui; Transformadora porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza e; Emancipatória, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade (QUINTAS, 2019, p.64/65) [grifos do autor]

Até fevereiro de 2020, o projeto NEA-BC teve sua atuação na **Linha de**

Ação A da referida Nota Técnica, com foco na organização comunitária para a participação na gestão ambiental pública. Seus objetivos e atividades visavam o fortalecimento do projeto e da instituição de base comunitária que o executa desde o início, a Associação Raízes, assim como a mobilização e o controle social de políticas públicas, sobretudo as de cunho socioambiental, conforme figura 1. Os processos educativos foram (e ainda são) construídos juntos com as comunidades locais com base na *práxis*¹, ancorados na pedagogia freireana, humanística, que considera os diferentes aspectos culturais e sociais dos sujeitos, com base no diálogo, na transformação social e na sua própria libertação, entendida como processo de busca permanente, numa relação horizontal entre educadores e educandos, para troca de conhecimentos. Trata-se de uma construção educativa horizontalizada, sem sobreposição de saberes. (FREIRE, 2005).

Figura 01: Objetivos do NEA-BC com atuação na Linha A

| OBJETIVO GERAL | OBJETIVOS ESPECÍFICOS |
|---|--|
| <p>Promover a participação cidadã na gestão ambiental, por meio de uma educação crítica e transformadora, em busca de uma sociedade mais justa e sustentável na região da Bacia de Campos</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1 Fortalecer a organização interna da Associação Raízes 2 Fortalecer os núcleos operacionais (NOS) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade 3 Construir e disseminar conhecimentos para a prática da incidência política 4 Exercer o controle social sobre o uso dos recursos ambientais, inclusive nos processos de licenciamento |

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do projeto NEA-BC III Fase

Os resultados foram obtidos pelo processo de amadurecimento do projeto ao longo dos anos de atuação, a partir da organização comunitária, tais como: o conhecimento das realidades locais e regionais, a participação e a representação em espaços colegiados, os processos educativos voltados para o controle social e para incidência política. Culminaram em proposições de políticas públicas, em prol da mitigação dos impactos da indústria do petróleo e gás nos municípios e regiões da Bacia, e ocasionaram, por recomendação do órgão licenciador, a mudança de Linha de Ação para a IV Fase do NEA-BC. Em 2020, o projeto passou a atuar na **Linha de Ação C**, com foco na mitigação dos impactos sobre o uso e a ocupação do solo nos

¹ A *práxis* é a atividade teórico-prática, na qual esses dois aspectos (teoria e prática) são considerados em conjunto, como parte de uma mesma unidade. É reflexão e ação do homem no mundo para transformá-lo (FREIRE, 2011).

municípios, além da democratização e reorientação de políticas públicas locais de cunho socioespacial, objetivando o apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores Municipais. (IBAMA, 2010, p.6).

Figura 02: Objetivos do NEA-BC com atuação na Linha C

| OBJETIVO GERAL | OBJETIVOS ESPECÍFICOS |
|---|--|
| <p>Mitigar os impactos socioambientais sobre o uso e a ocupação do solo consequentes da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, a partir de uma organização e participação das comunidades na gestão socioespacial nos municípios da Bacia de Campos</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1 Fortalecer a organização interna da Associação Raízes 2 Fortalecer os núcleos operacionais (NOS) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade 3 Construir e disseminar conhecimentos sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural a fim de fortalecer ações de participação comunitária na gestão socioespacial 4 Participar da gestão ambiental por meio do diálogo, acompanhamento na formulação e fiscalização das políticas públicas que promovam equidade sobre as questões socioespaciais |

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do projeto NEA-BC IV Fase

Com a alteração de linha de atuação, podem surgir algumas indagações como: o que mudou nos processos educativos do NEA-BC? Atuar na Linha C trouxe alguma inovação para as metodologias do projeto?

Conforme podemos observar nas duas figuras anteriores, os objetivos gerais do projeto são distintos, considerando as diferentes linhas de atuação. Contudo, os objetivos específicos, ainda que apresentem diferenças, mantém as mesmas diretrizes: a de fortalecer a instituição que executa o projeto, por meio da capacitação dos associados e da equipe técnica, bem como por intermédio de ações voltadas à transparência institucional (mediante a publicização de atos e prestação de contas) e ao fortalecimento dos Núcleos Operacionais, sedes do projeto em cada um de seus municípios de atuação, importantes espaços físicos e operacionais para estudo, pesquisa, realização das atividades dos Grupos Gestores Locais, enfim, lugares para acesso e integração com a comunidade. Também se mantiveram os objetivos de formação e de controle social, imprescindíveis para execução do NEA-BC, conforme as premissas das políticas de meio ambiente e de educação ambiental, em consonância com as diretrizes do licenciamento ambiental

federal. Nestes dois objetivos, a finalidade é formativa para intervenção qualificada, por meio do controle social e da incidência política. Na Linha C, o foco da formação e do controle social passou a ser em políticas públicas que promovam a equidade sobre as questões socioespaciais. Independentemente da fase ou linha de atuação, trata-se de um projeto de educação ambiental crítica, visando a transformação social. Conforme afirma Quintas (2006), o processo educativo é a intervenção na realidade vivida para construir conhecimentos e transformação.

Apesar dos objetivos do projeto, assim como as suas atividades, terem mudado de foco, no sentido de articular os processos educativos à mitigação dos impactos da indústria do petróleo e gás sobre o uso e ocupação do solo com suas implicações socioespaciais, as diretrizes político-pedagógicas, o método e as metodologias participativas permaneceram ancorados na mesma diretriz: o Projeto Político Pedagógico da Associação Raízes (PPP), conforme figura 3, e os processos educativos, que iremos abordar melhor no próximo tópico.

Figura 03: O projeto NEA-BC: as linhas de ação e o PPP da Associação Raízes



Fonte: Elaboração própria

Além da mudança de linha de ação, a IV Fase do projeto também foi perpassada pela pandemia de covid-19. Em 2020, as atividades presenciais foram interrompidas mediante o necessário isolamento social. Os núcleos foram fechados, restringindo o recebimento da comunidade. Ademais, os colaboradores passaram a trabalhar em regime de *home office*. Todos, sem exceção, precisaram se adaptar à nova realidade. O desafio não era somente atuar em uma nova linha de ação, mas também executar atividades educativas, por meio de metodologias participativas, na modalidade on-line, adaptadas à realidade virtual.

Nesse contexto, a Associação Raízes elaborou um plano de ação de comunicação, em caráter emergencial, para disseminar conhecimentos acerca da gestão ambiental pública e da pandemia do Coronavírus. Foi um momento de "recalcular a rota" para viabilizar a realização das atividades, sem perder de vista as diretrizes pedagógicas e as metodologias participativas, premissas do NEA-BC. Algumas estratégias foram importantes para este período, como: produção de vídeos com conteúdos educativos, sobretudo voltados para a gestão ambiental pública; divulgação de informações sobre as realidades locais em formatos diversificados, utilizando infográficos, pequenos textos, hipertextos, tabelas e gráficos, a fim de decodificar conhecimentos; contratação de plataformas, ferramentas/aplicativos, para elaboração de conteúdo pedagógico e transmissão de eventos de forma mais interativa; aquisição de equipamentos (*tablets*) e *chips* com internet para os sujeitos da ação educativa; capacitação de equipe e comunitários do projeto para o manuseio dos equipamentos e ferramentas digitais; elaboração de conteúdos; adequação dos materiais pedagógicos para a modalidade on-line etc. Também foram elaboradas atividades educativas de cunho dialógico, a fim de potencializar a construção e disseminação de conhecimentos, não só sobre a transmissão da doença e as medidas tomadas nos municípios, como também as discussões sobre políticas públicas, controle social e incidência na gestão ambiental, cerne dos projetos de educação ambiental no licenciamento federal.

Todo o processo de adequação metodológica no período pandêmico foi precedido de um diagnóstico com os sujeitos da ação educativa a respeito da disponibilidade e interesse em participar de atividades remotas, da necessidade de capacitação e instrumentalização para o uso de ferramentas digitais, além do perfil pedagógico que consideravam mais adequado para o momento. Não bastava desenvolver atividades remotas, era preciso manter as diretrizes político-pedagógicas e o método da educação popular com metodologias participativas. Os instrumentos e ferramentas mudaram, mas as diretrizes pedagógicas não! E o PPP da Associação foi fundamental neste processo. Vamos conhecê-lo melhor?

2. Os processos políticos pedagógicos - O PPP da Associação Raízes

Pensar o planejamento educacional e, em particular, o planejamento visando ao projeto político-pedagógico da escola [neste caso, da Associação Raízes] é, em essência, exercitar nossa capacidade de tomar decisões coletivamente.

Paulo Roberto Padilha, adaptado por Associação Raízes

Para início de conversa, é importante entender o que é um projeto político-pedagógico (PPP) e a sua relevância para as instituições. Não se trata de produzir textos “bonitos e ousados” para apresentação em congressos e revistas, conforme Celso Vasconcellos (2013) nos chama a atenção. Refere-se ao compromisso em assumir um planejamento exigente que se comprometa ao processo de mudança da realidade.

O PPP se define teórico-metodologicamente como o plano global de uma instituição, entendido como a sistematização, ainda que não definitiva, de um planejamento processual participativo para definição clara do tipo de ação educativa que se quer realizar em nível institucional, considerando a leitura da realidade em questão.

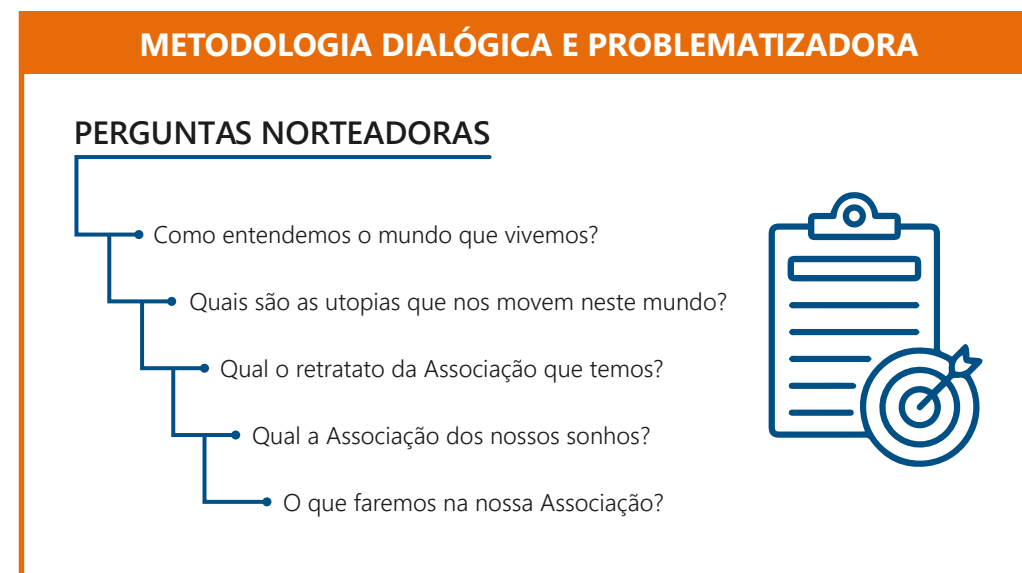
Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição, é um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados. (VASCONCELLOS, 2013, p. 17-18).

Considerando essas diretrizes, a elaboração do PPP visa nortear e ancorar as ações político-pedagógicas, definindo de forma crítica as suas necessidades e possibilidades, para construção de propostas de transformação da realidade. Digamos que, além de ser um documento que sistematiza as práticas educacionais, o PPP é a forma de codificar o jeito de fazer educação da instituição. Numa perspectiva crítica, consiste em definir e estabelecer um processo de aprendizagem que prime pela participação, emancipação e transformação junto às comunidades e a todos os atores e atrizes envolvidos.

De acordo com Padilha (2001) e Vasconcellos (2013), a elaboração de um PPP deve ser ancorada em uma metodologia problematizadora e dialógica, na qual o marco referencial do projeto explicita a visão de mundo de todos

os envolvidos com a instituição, os valores e compromissos assumidos na expressão de sua própria identidade, para definir o rumo e a direção pretendidos. Conforme afirma Padilha, “não se empreende uma *caminhada*, não se definem passos a dar sem uma direção, uma filosofia educacional.” (PADILHA 2001, p. 78, grifo do autor). Para tanto, é importante indagar aos partícipes algumas questões, para a análise da realidade e anseios em relação à instituição, conforme figura 04.

Figura 04: Metodologia para elaboração do PPP da Associação – marco referencial



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Padilha, 2001.

A proposta de elaboração do PPP da Associação nasceu da necessidade de refletir e sistematizar as suas dimensões político-pedagógicas e teórico-metodológicas, com vistas ao aprimoramento dos processos educativos construídos ao longo de sua atuação. Tendo em vista a potência de pensar e fazer educação com diversas comunidades e educadores, sua construção significou o avanço para a instituição, no campo da educação não formal.

Na ocasião do planejamento da III Fase do projeto NEA-BC, em 2014, a partir de várias propostas realizadas pelos comunitários, associados e trabalhadores da Associação, sistematizou-se um documento a fim de consolidar as proposições educativas. O evento contribuiu para despertar a equipe sobre a necessidade de consolidar as práticas educativas institucionais, para além do estatuto social e do projeto.

Desta forma, em 2015, a equipe gestora iniciou pesquisa em busca de referências para adaptação de metodologia com vistas à construção do

PPP, haja vista o farto material acerca da educação formal, em contraste com a escassez de referencial para a educação não formal².

A partir do referencial teórico (PADILHA, 2001; TIBOLA, 2001; VASCONCELLOS, 2003; GADOTTI, 1994; LIBÂNEO, 2004), delimitaram-se três eixos centrais para a construção do PPP, a saber: conceitual, situacional e operacional. O eixo **conceitual** engloba a idealização, o sonho de futuro, os princípios, os valores, a ética, a concepção de sociedade e de ser humano compartilhada pelo grupo. O eixo **situacional** aborda as características presentes no contexto, um diagnóstico da realidade socioeducacional local. No que se refere ao eixo **operacional**, o planejamento visa estratégias e ações a serem desenvolvidas decorrentes de uma análise que contempla os eixos **situacional** e **conceitual**.

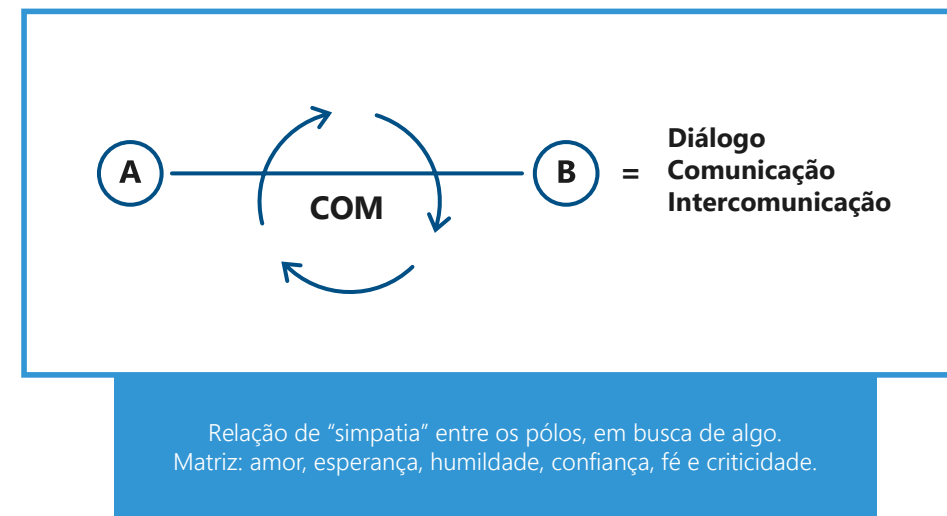
A Associação Raízes dialoga com a proposta teórica e metodológica de Paulo Freire, referência primordial para a instituição, que prima pela educação libertadora, bem como potencializa a emancipação dos sujeitos e o despertar para o olhar crítico acerca de suas condições sociais, para superação das situações de opressão. Assim, as dimensões significativas que, por sua vez, estão constituídas por partes em interação, ao serem analisadas, passam a ser percebidas pelos sujeitos como dimensões da totalidade; a análise crítica de uma dimensão significativo-existencial possibilita aos indivíduos uma nova postura, também crítica, em face das "situações-limites". Torna-se, então, efetiva a captação e a compreensão da realidade, que se refazem, ganhando um nível que até então não tinham (Associação Raízes, 2017).

Conforme afirma o próprio Freire (2011), os homens tendem a perceber que sua compreensão e a "razão" da realidade não estão fora dela. Por sua vez, ela não se encontra deles dicotomizada, como se fosse um mundo à parte, misterioso e estranho, que os esmagasse. Este processo desconstrói a cultura do silêncio e, assim, quebra o ciclo de indivíduos dependentes ou dominados, os quais, de acordo com o autor, "acham-se semimudos ou mudos, ou seja, são proibidos de participarem criativamente na transformação da sociedade e, por conseguinte, proibidos de ser." (FREIRE, 1976, p. 49).

Fundamentar a construção de um PPP na teoria freireana visa a formação de sujeitos sociais autônomos, "autores de sua própria história", primando pela educação crítica, dialógica e libertadora que somente é possível por meio de um método ativo, dialogal e participante, balizado na relação horizontal entre sujeitos.

² A referência sistematizada em documento no campo da educação ambiental, na modalidade da educação não formal foi o projeto das Salas Verdes, do Ministério do Meio Ambiente.

Figura 05: Relação dialógica entre sujeitos



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Freire, 1986

É importante salientar que o PPP não se trata apenas de um produto, mas de um processo, no qual a sua estrutura básica precisa ser indicativa, variando de instituição para instituição. Ao pensar a educação crítica e libertadora, seus princípios podem ser aplicáveis no modelo formal, desenvolvidos em aparelhos escolares institucionalizados, por exemplo, nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, assim como na educação não formal, definida como aquela que se aprende "no mundo da vida", a partir do compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivas cotidianas (Gohn, 2006), como é o caso da Associação Raízes.

Ao diferenciar as características entre a educação formal e a não formal, a autora salienta que, na segunda, o grande educador é o "outro", a pessoa com quem se interage ou se integra. Nesse sentido, os espaços educativos situam-se em territórios relacionados às trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, ambientes e situações interativos, construídos coletivamente, nos quais a participação dos indivíduos é optativa ou por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos

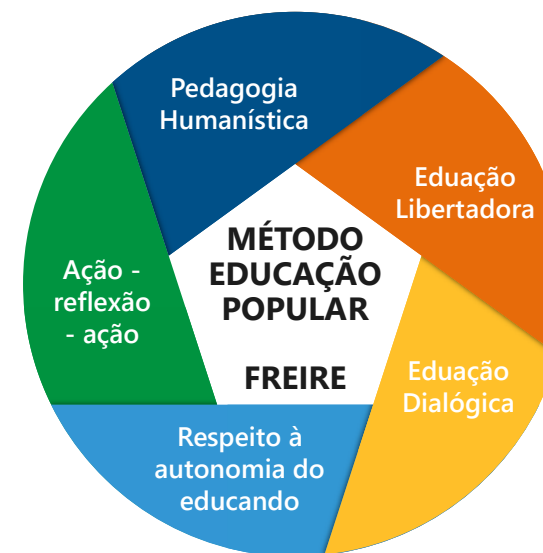
e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. **A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal.** Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006, p. 29-30) [grifo nosso]

Na Associação Raízes, instituição de educação não formal, a construção das atividades é realizada por meio da elaboração de projetos, nos quais os sujeitos da ação educativa constroem as propostas conjuntamente à equipe. A utilização de metodologias participativas permeia todo o processo: diagnóstico, atividades de aprendizagem e ações concretas. De acordo com a proposta político-pedagógica, as atividades são construídas por meio de metodologias participativas e a percepção de mundo trazida pelos partícipes.

As práticas educativas estão ancoradas em uma perspectiva do processo de ensino-aprendizagem voltada para a conscientização, na educação enquanto prática da liberdade, problematizadora e comprometida com a transformação social. Para isso, a proposta de educação leva em consideração "(...) a possibilidade do homem discutir corajosamente a sua problemática (...) que o leve a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço" (Freire, 1967). O educar engloba, então, o conhecimento da realidade concreta, das situações vividas, oportunizando um processo de aproximação crítica da própria realidade, que envolve compreender, refletir, criticar e agir. Essas são as ações pedagógicas pretendidas.

Nessa perspectiva, o projeto NEA-BC se ancora na educação ambiental crítica, por meio do **método pedagógico da Educação Popular** de acordo com a proposta pedagógica de Paulo Freire (figura 6) e suas ferramentas de garantia de participação, primando pela diversidade de público e conjugação de diferentes saberes na construção de novos. Almeja, ainda, contribuir para a mitigação dos impactos da cadeia da indústria de petróleo e gás em busca de uma sociedade justa e sustentável nas regiões de sua atuação. Este método pedagógico dialoga com os **princípios da política pública de educação ambiental no licenciamento** e com a gestão pública, a fim de transformar as realidades locais.

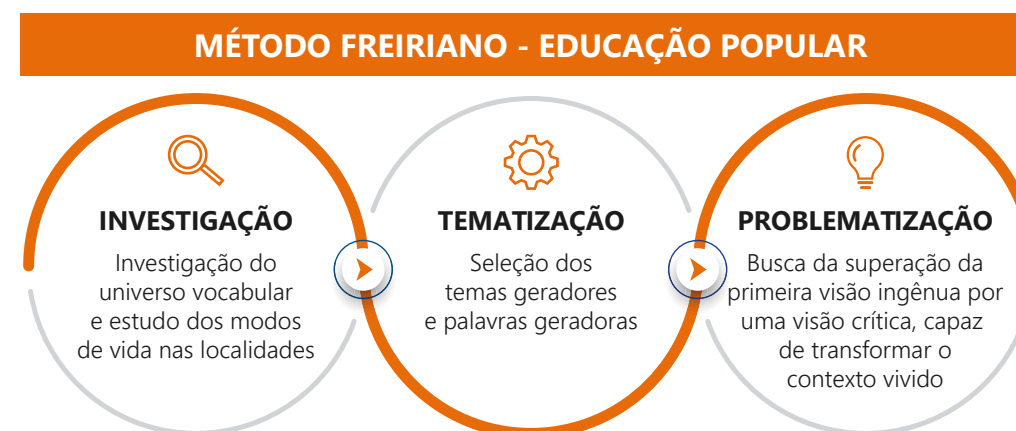
Figura 06: Método Freireano - Educação Popular



Fonte: Elaboração própria

De acordo com esta proposta, o método da Educação Popular se divide em três principais etapas: a da investigação, a da tematização e a da problematização, conforme figura 7. Ainda que seu método tenha sido desenvolvido para aplicação na alfabetização de jovens e adultos, tornou-se referência para outros âmbitos educacionais, inclusive para a educação não formal e para a educação ambiental crítica, uma vez que sua metodologia dialógica vai além da leitura das palavras e engloba também a leitura de mundo, no desenvolvimento da criticidade, com foco na autonomia dos sujeitos.

Figura 07: Etapas do Método da Educação Popular

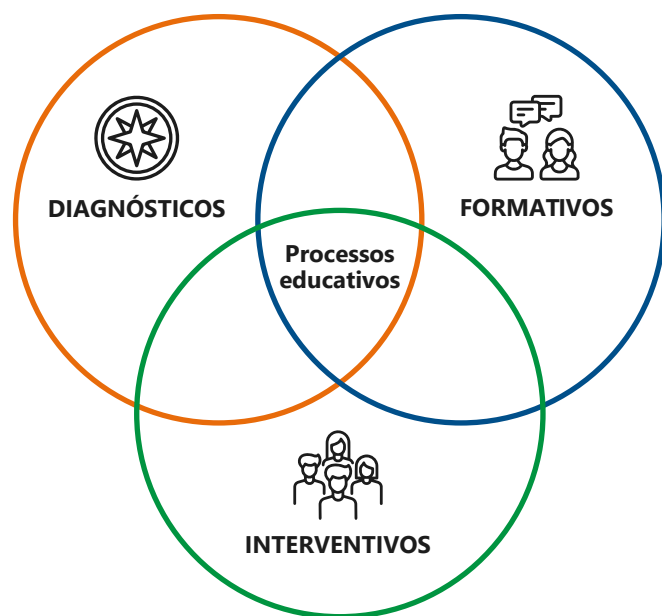


Fonte: Elaboração própria

A etapa de **investigação** permeia a identificação do universo vocabular e leva em consideração as realidades vivenciadas pelos sujeitos, produtores de cultura. Dessa forma, é preciso conhecer este universo em que está inserido para construção de processos educativos, com base na visão de mundo de quem o vivencia. A partir disso, originam-se os temas geradores que podem agrupar um conjunto de palavras geradoras. Na etapa de **tematização**, os temas geradores são codificados e decodificados pelos sujeitos, para construção de significados sociais, considerando as realidades vivenciadas, com foco em sua transformação, realizada na etapa da **problematização**.

Os processos educativos do projeto são divididos em **diagnósticos**, **formativos** e **interventivos** (figura 8), ancorados no método freireano, interligados e desenvolvidos a partir de metodologias participativas, com base na relação dialógica entre educador e educando, de forma horizontalizada e complementar. Não se trata de uma supremacia de saberes, mas de considerar educador e educando como sujeitos que aprendem e ensinam simultaneamente, em processos educativos: Diagnósticos, Formativos e Interventivos (ASSOCIAÇÃO RAÍZES, 2017).

Figura 08: Processos educativos do projeto NEA-BC



Fonte: Associação Raízes, 2021

Diagnósticos: visam compreender as características das realidades vivenciadas pelos sujeitos, de forma coletiva, para transformá-la. Exemplos: mapa falado, enquetes, diagnósticos e visitas técnicas.

Formativos: têm como objetivo construir e disseminar o conhecimento sobre temas pertinentes à educação ambiental e à gestão pública, baseados na educação dialógica e em metodologias participativas, com abordagem horizontalizada, ou seja, por meio de práticas pedagógicas que consideram os saberes do educador e do educando. Exemplos: grupos de estudo, oficinas, *webnários*, *lives*, rodas de diálogo, cineclubes, cinedebates, intercâmbios, visitas técnicas, seminários, encontros educativos, círculos de cultura e grupos de trabalho.

Interventivos: são planejados e executados com foco na transformação das realidades, através das intervenções realizadas e das formas de participação na gestão pública, a fim de enfrentar os problemas vivenciados pelas comunidades e de propor soluções. Exemplos: fóruns, conferências, apresentação de propostas de intervenção nas políticas públicas, participação e representação em espaços colegiados, elaboração de projetos de lei e diálogos com o poder público.

Todas as atividades são planejadas utilizando a **metodologia da problematização**: parte-se da realidade dos sujeitos (observação da realidade), para elencar pontos-chave. Em seguida, é trabalhada a teorização (os conceitos), com a finalidade de construção de possíveis soluções (hipóteses) aplicáveis à realidade, conforme demonstrado na figura 09.

Figura 09 - Metodologia da problematização



Fonte: Arco de Margueres apud Berbel, (1995, p.15)

Agora que você já conhece o PPP da Associação Raízes, que determina o "jeito de fazer" educação no projeto NEA-BC, vamos conhecer o planejamento de algumas de suas atividades?

Convidamos a todos para viajar neste universo de metodologias!

Metodologias dos processos diagnósticos



Visita Técnica do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças - Pró-Lideranças III

Local:

13 municípios da Baía de Campos.

Data:

setembro, outubro e novembro de 2017; janeiro de 2018.

Mediadores:

Rafael Corrêa Borba, Kariny Barreto, Reginaldo Firmo, Éverton Gama e Victor Souza (educadores contratados).

Público:

Participantes do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças- Pró-lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Visita Técnica.

Tempo:

De 4h a 6h.

Objetivo:

Compreender as realidades locais dos municípios da Baía de Campos, com base no processo de globalização, os nexos inerentes à organização do espaço por meio da observação e análise dos símbolos expressos na paisagem construída e desconstruída entre os diferentes agentes sociais.

Materiais:

Não foi necessário.

Desenvolvimento:

Esta atividade abordou a reflexão e construção continuada de saberes sobre a dinâmica da sociedade em escala planetária, considerando suas múltiplas faces: social, cultural, política e econômica e seu vínculo com a esfera local. Tendo em vista a metodologia da problematização, que parte da realidade do sujeito, as visitas técnicas aliam o conhecimento e prática para discussão e análise dos processos de globalização em seus municípios. Abaixo seguem os roteiros construídos por cada município:

Arraial do Cabo: Espaço da Alcalis - contexto histórico do município, a partir da perspectiva de sua emancipação; Pórtico de Arraial do Cabo; Praia dos Anjos - ocorrem vazamentos de esgoto, próximo ao porto, aos pescadores e passeios de barco;

Araruama: Casa de Cultura; Salinas em Praia Seca - produção de sal; Fazendas em Morro Grande - Museu Arqueológico; O Parque Hotel - Teatro, Biblioteca, Fundação de Apoio à Escola Técnica- Faetec; Igreja São Sebastião;

Armação dos Búzios: Visita ao Quilombo Baía Formosa; participação no III Encontro de Cultura Urbana na praça do Instituto Educacional de Habilitação Profissional e Formação Integral- INEFI;

Campos/ Farol de São Tomé: Museu Histórico de Campos; Praça do Liceu de Humanidades – Escola Estadual Liceu, Câmara de Vereadores e Vila Maria;

Cabo Frio: Praia do Siqueira: bairro na beira da Lagoa de Araruama que vive principalmente da pesca do Câmara e que atualmente sofre com a poluição da lagoa pelo esgoto e

pelo efluente; Morro da Guia: vista de Cabo Frio do alto; crescimento desordenado; **Carapebus:** Represa da Maricota; Estádio Municipal Carlos Mota da Silva, em Ubás; Centro de Carapebus; Assentamento João Batista Soares; pista de laço; praia e lagoa; **Casimiro de Abreu/ Barra de São João:** Caminhada pela comunidade que mais sofre com a falta do esgotamento sanitário; área turística do distrito; percurso histórico – prainha; praça das primaveras; museu; beira rio;

Macaé: Lyra dos Conspiradores - instituída contra o regime escravagista; Igreja Santana, no Morro de Santana - início do povoamento de Macaé; Forte Marechal Hermes - braço armado do Estado, criado para defender o porto;

Quissamã: Santa Catarina; Barra do Furado - considerada a “menina dos olhos” em 2010/2011 pelos governos de Campos e Quissamã, com a esperança do complexo do Porto Farol\Barra do Furado; Quilombo Machadinha; Museu Casa Quissamã;

Rio das Ostras: Zona Especial de Negócios (ZEN); bairro Mar do Norte; bairro Cantagalo - plantações de uva;

São Francisco de Itabapoana: Ruínas de Tipity; antiga Vila da Rainha (Barra de Itabapoana); Falésias (Lagoa Doce); Cemitério de escravos (Manguinhos);

São João da Barra: Palácio cultural Carlos Martins; Cine teatro São João da Barra; Igreja Matriz São João Batista; Estação das Derly Machado; Centro Cultural Narcisa Amália; antiga Casa da Câmara; cadeia pública; cais do Imperador;

Saquarema: saindo da Igreja Santo Antônio; Vilatur – bairro longe, com difícil acesso de alguns serviços públicos; Lixão de Bacaxá – conhecer a realidade do lixão e dos catadores; Itaúna – bairro turístico, representante da área central e nobre da cidade; ponto do surf; Sampaio Correia / Serra do Mato Grosso – bairro que não é bem servido pelos serviços públicos e que abriga uma riqueza do município que é a serra (conhecer uma cachoeira).

Avaliação:

Sob uma concepção dialética, os participantes das visitas técnicas foram instigados a, durante as etapas, construir, de forma responsiva, construtivista e dialógica, propostas de minimização das mazelas sociais e de fomento ao desenvolvimento local de forma integrada, sustentada e equitativa. Foi realizada uma avaliação do processo de ensino-aprendizagem por meio de questionário, pela Associação Raízes.

Resultados alcançados:

Os participantes puderam visitar e discutir sobre a realidade local observando pontos estratégicos dos seus municípios. Destaca-se uma articulação entre os participantes para a filmagem da situação dos moradores/pescadores da praia do Siqueira, em Cabo Frio. Diagnosticaram problemas pela falta de esgotamento sanitário desta praia, que culminou no processo de incidência política: o Grupo Gestor Local (GGL) participou da audiência pública sobre a revisão de contrato da concessionária responsável pelo saneamento básico na região e problematizou a poluição e o passivo ambiental da Lagoa de Araruama, principalmente na Praia do Siqueira. A participação dos GGLs na audiência resultou em reuniões entre o poder público e a comunidade para discutir a problemática, que culminou na sessão reparatória da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenssa), em que foi deliberada multa à empresa, bem como a realização de análises de monitoramento da água e ações para recuperação da referida praia.

Diagnóstico da mobilidade urbana em Quissamã

Local:

Quissamã.

Data:

Fevereiro a maio de 2018.

Mediadores:

Daniel Arrebola (educador social), Wagner Nunes (assistente de mobilização e logística) e Isroberta Araújo (pesquisadora social).

Público:

Moradores de Quissamã.

Tema:

Mobilidade urbana.

Tempo:

Sem carga horária definida.

Objetivo:

Realizar um diagnóstico sobre a mobilidade urbana no município de Quissamã.

Materiais:

Formulário impresso, papel A4, canetas, câmera fotográfica e mapas do município.

Desenvolvimento:

A partir dos diálogos com o poder público, o Grupo Gestor Local de Quissamã identificou a necessidade de coletar dados da população, a fim de contribuir com a elaboração de um Plano Municipal de Transporte que atenda às reais necessidades dos municípios.

A metodologia para realização do diagnóstico foi realizada em duas etapas: pelo formulário on-line, através da ferramenta Google Forms, e pela pesquisa de campo, indo a cada um dos bairros da cidade para perguntar diretamente aos moradores questões relativas à mobilidade urbana.

O intento de tal trabalho foi identificar, em cada bairro da cidade, as necessidades de trajeto do transporte público, os pontos de ônibus, os valores de tarifas consideradas justas pela população, os meios de transporte utilizados, horários e dias da semana com maior demanda, motivos relativos aos deslocamentos e, por fim, o grau de satisfação com os serviços prestados pelo município.

O formulário do diagnóstico contém as seguintes questões:

- Qual bairro você mora?
- Idade
- O que você acha do transporte público de Quissamã atualmente?
- Quais os três principais horários você sai, ou gostaria de sair, do seu bairro?
- Quais são os seus principais destinos (bairros) na cidade de Quissamã?
- Em quais dias da semana você costuma sair do seu bairro?
- Por quais motivos principais você se desloca do seu bairro?
- Em quais bairros e horários você mais gostaria de ir aos sábados e domingos?
- Quais os principais meios de locomoção que você usa hoje?
- Quais as principais ruas do seu bairro por onde o ônibus deve passar?
- Onde se deve instalar pontos de ônibus no seu bairro? Por quê? (Cite locais de referência como pontos de comércio ou prédios públicos)
- Qual valor você considera justo para a tarifa de ônibus na cidade?

Diante das informações, foi elaborado um relatório, assim como um mapa para a espacialização dos dados, com o objetivo de ser entregue ao poder público para contribuir na análise e melhoria da política pública de mobilidade urbana no município.

Avaliação:

A metodologia aplicada foi avaliada e aperfeiçoada durante as reuniões do Grupo Gestor Local (GGL).

Resultados alcançados:

No total, 709 pessoas no município foram entrevistadas, sendo 116 por meio do formulário, preenchido *online*. Todos os bairros da cidade foram pesquisados, com exceção de pequenos vilarejos como Capivari e KM 50. Mesmo sem ir a alguns vilarejos, a pesquisa *online* conseguiu atingir alguns deles, como Goiabal e Engenho. O diagnóstico gerou um relatório e um mapa com seus resultados, entregue ao poder público.



Monitoramento das sessões da Câmara de Vereadores de Saquarema

Local:

Câmara Municipal de Vereadores de Saquarema.

Data:

A partir do ano de 2017.

Mediadores:

Emídio Fernandes de Souza (assistente de mobilização e logística), Gina Alejandra Huerfano Aguilar (educadora social), Nattaly Meneses de Souza (assistente de mobilização e logística) e Priscila Amaro Lopes (educadora social).

Público:

Qualquer cidadão e/ou grupo interessado no acompanhamento das ações da Câmara Municipal de Vereadores.

Tema:

Controle Social.

Tempo:

Indefinido.

Objetivo:

Monitorar as sessões da Câmara, a fim de exercer o controle social frente às ações do Poder Legislativo, para alcançar melhorias nas políticas públicas, por meio da transparência e participação social.

Materiais:

Cada ação e/ou atividade demandará os materiais específicos.

Desenvolvimento:

1 - Organização

A organização foi fundamental para realizar o andamento do monitoramento da câmara. **Reuniões do Grupo Gestor Local para planejamento e devolutiva:** espaço em que o grupo delibera sobre ações a serem tomadas acerca do monitoramento, além de conceder espaço às devolutivas.

Grupo de trabalho / Comissão permanente de monitoramento da Câmara: A criação do GT/Comissão Permanente contribuirá para o desenvolvimento de responsabilidades dos participantes mediante tarefas e atividades realizadas durante o monitoramento.

Grupos de trabalho (GT): para otimizar a realização de tarefas específicas, como elaboração de material informativo e notícias, compilação e análise dos dados coletados, os grupos de trabalhos serão fundamentais para o monitoramento das sessões da Câmara.

Grupos de estudo, oficinas e intercâmbio: será importante, quando surgir algum assunto/temática que o grupo não tenha domínio, realizar atividades formativas para se apropriar do tema tratado e desenvolver embasamento ao se posicionar. Pode-se realizar grupos de estudos, com o objetivo de instrumentalizar os participantes sobre assuntos referentes às práticas legislativas. O intercâmbio pode ser realizado de forma a contribuir com a troca de conhecimentos sobre a temática da sessão da Câmara, com a finalidade de aperfeiçoar o monitoramento. As oficinas podem ser utilizadas com o objetivo de colocar em prática temas referentes aos assuntos tratados durante a realização do monitoramento.

2 - Coleta dos dados

O acompanhamento e participação nas sessões da Câmara foi fundamental para a coleta dos dados utilizados na divulgação do monitoramento.

Participação nas sessões da Câmara: essa participação é muito importante para a coleta dos dados, pois será nas sessões que a Câmara apresentará os seus trabalhos.

Acompanhamento remoto das sessões/Canal TV Câmara no Youtube: além disso, há a possibilidade de realizar o acompanhamento das sessões de forma remota, nos municípios em que exista a transmissão e gravação das sessões no formato virtual.

Site da Câmara de vereadores: no site da Câmara, é publicado o expediente do dia, contendo todas as proposições a serem analisadas.

Portal de transparência do município: os projetos de leis, quando são aprovados na Câmara, passam posteriormente pela sanção do (a) prefeito (a) e são inseridos no portal de transparência. A partir desse canal é possível visualizar quais projetos aprovados foram sancionados.

Diálogo com o Poder Público: esse diálogo é promovido para que possam ser acessadas informações que não estejam disponibilizadas nos canais acima. Esses diálogos, por vezes, apresentam melhorias nos atos e processos da Câmara e podem ser realizados por meio de reuniões, ofícios, solicitações, entre outros.

Dados a serem coletados: veja abaixo algumas das possibilidades de dados a serem coletados:

- Dados gerais da Câmara (quem são os vereadores e de que comissões fazem parte);
- Presença e justificativa de ausência dos vereadores;
- Projetos de lei apresentados (total e por vereador);
- Projetos de lei por área (total e por vereador ou Executivo);
- Situação dos projetos (total e por vereador ou Executivo);
- Número indicações por vereador;
- Uso da tribuna por vereador;
- Projetos de resolução;
- Moções;
- Decretos legislativos.

Obs.: A realização do monitoramento se dá no exercício de tentativas e erros. Algumas mudanças acontecerão e dados inicialmente monitorados deixarão de ser tão relevantes para o monitoramento, por isso, há necessidade de avaliação de todo o processo realizado.

3 - Compilação e análise dos dados

Compilação: pode-se usar uma pasta de trabalho/planilha do Excel para realizar a compilação dos dados, a partir da qual será possível organizá-los de forma separada por informação/categoria coletada. O Excel permite ainda o cruzamento dessas informações.

Análise: as análises são fundamentais para a divulgação clara das informações. Abaixo, seguem algumas possibilidades de análises e gráficos a serem feitos.

- Presença e justificativa de ausência dos vereadores (gráfico de barras);
- Projetos de lei apresentados (lista);
- Projetos de lei apresentados por vereador (gráfico de barras);
- Projetos de lei por vereador por área (gráfico de barras);
- Situação dos projetos (total e por vereador ou Executivo) (gráfico de pizza/gráficos de barra);
- Número indicações por vereador (gráfico de barras);
- Uso da tribuna por vereador (gráfico de barras);

- Uso de cores e tipos de gráfico de barras diferentes;
- Uso de uma cor base para cada ano;
- Comparação com percentual de presença e o disposto no regimento interno da Câmara;
- Comparação de número de projetos de lei e indicações apresentadas, reforçando a função de cada uma dessas possibilidades;
- Número x área dos projetos de lei (denominação de rua, por exemplo);
- Projetos de Lei (PLs) Legislativo e Executivo (número e percentual de aprovação);
- Áreas com maior PLs e destaque para os de meio ambiente;

Com os dados coletados e análises feitas, é possível realizar o controle social, sabendo como cobrar as ações dos vereadores: Os projetos apresentados estão respondendo às demandas da população? Os projetos aprovados estão sendo executados? Há monitoramento das indicações feitas? Os vereadores estão cumprindo seu papel de fiscalizador do Executivo? As ações dos vereadores têm contribuído para a melhoria das políticas públicas do município?

4 - Divulgação dos dados

Será necessário pensar em qual ferramenta de divulgação terá maior alcance junto à população. Abaixo seguem algumas possibilidades de ferramentas:

- boletim, *folder*, cartaz, vídeos.

Avaliação:

A avaliação ocorreu no decorrer do monitoramento das sessões, de forma a identificar pontos de melhorias na ação.

Resultados alcançados:

Como resultado do monitoramento das sessões da Câmara de vereadores do município de Saquarema, pode-se verificar uma atualização no site e nas redes sociais da Câmara municipal, nos quais é possível acessar diversas informações relacionadas ao trabalho do legislativo, identificando uma melhoria nos processos de transparência. Foi observado que o monitoramento do legislativo e a publicação destas informações serviram como base para a equipe legislativa, que atualmente publicam as mesmas informações que o Grupo Gestor Local monitora.

Diagnóstico Participativo sobre as realidades locais e os impactos da indústria do petróleo e gás da região da Bacia de Campos – pesquisa de dados primários

| | |
|---|--|
| Local: Bacia de Campos. | Data: Março de 2020 a dezembro de 2023. |
| Mediadores: Fabiana Arruda Reis, Isroberta Araujo, William Batista e Sandra Miscali (equipe de gestão do projeto NEA-BC). | |
| Público: Comunitários do projeto NEA-BC, equipe técnica e comunidade. | |
| Tema: Impactos da cadeia do petróleo e gás. | Tempo: De fevereiro de 2020 a abril de 2023. |
| Objetivo: Identificar os impactos regionais da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos e Santos por meio da pesquisa diagnóstica, com aplicação de questionário à comunidade residente nos municípios de atuação do projeto NEA-BC e conhecer suas realidades, percepções e perspectivas sobre a indústria do petróleo. | |
| Materiais: Tablet e chip com internet para aplicar os questionários; aplicativo de gerenciamento de pesquisa da Google – Google Forms; camisa do projeto, crachá de identificação e bolsa. | |
| Desenvolvimento: A pesquisa de dados primários contou com: Revisão bibliográfica com análise dos Relatórios de Impactos Ambiental (RIMA) e EIA (Estudos de impacto ambiental) dos empreendimentos da Bacia de Campos, Elaboração de ficha de indicadores com a sistematização dos dados, elaboração de questionário, aplicação de questionário e análise de resultados, que serão descritos de forma: Revisão Bibliográfica Nessa primeira etapa levantou-se as principais pesquisas e publicações acerca dos impactos da indústria do petróleo e gás na região, ao mesmo tempo que buscou-se conhecer as atividades licenciadas a partir da execução do projeto NEA-BC. Essa identificação nos levou a conhecer os EIAs e RIMAs nos quais foi possível identificar os impactos socioeconômicos incidentes sobre o uso e ocupação do solo. Essa etapa foi realizada entre 2020 e 2023 e forneceu insumos para construção dos objetivos do diagnóstico e recorte analítico. Ficha de indicadores Com base na análise dos dados levantados na etapa anterior, elaborou-se uma ficha de indicadores para cada impacto apontado nos relatórios técnicos. A ficha sistematizou os impactos por questões norteadoras e os dados secundários que possibilitariam sua comprovação. Questionário de dados - elaboração A ficha de indicadores deu subsídios à formulação do questionário, divididos por | |

temas/impactos. Dessa forma, elaborou-se 44 questões divididas por áreas: dados socioeconômicos; questões gerais sobre o que é esse tipo e se seus impactos são positivos ou negativos e matrizes energética; a demanda por empregos; demanda por bens e serviços; ocupação e uso do solo; migração diária, temporária e permanente; potencial e econômico. Cada questão corresponde a um indicador disposto nas EIAs e RIMAs. Os questionários contaram com perguntas mistas (abertas e fechadas) sobre o uso do solo, considerando o ordenamento urbano, a utilização do espaço e a infraestrutura urbana e as questões abordadas nos relatórios supracitados. Além das questões, o processo de elaboração do questionário contou a análise do tamanho da amostra, que considerou o erro amostral de 5% e nível de confiança de 95% em detrimento do tamanho da população, como representado no quadro 1. Optou-se ainda pela amostra do tipo a probabilística aleatória, aplicada em pontos centrais de circulação de pessoas, nesses municípios.

Quadro 1 – Número populacional por municípios do Projeto NEA-BC

| Cidades | População total (2021) | Amostra |
|-----------------------------|------------------------|---------|
| Araruama | 136.109 | 384 |
| Armação dos Búzios | 35.060 | 380 |
| Arraial do Cabo | 30.827 | 380 |
| Cabo Frio | 234.077 | 384 |
| Campos dos Goytacazes | 514.643 | 384 |
| Carapebus | 16.859 | 376 |
| Casimiro de Abreu | 45.864 | 381 |
| Macaé | 266.136 | 384 |
| Quissamã | 25.535 | 379 |
| Rio das Ostras | 159.529 | 384 |
| São Francisco de Itabapoana | 42.214 | 381 |
| São João da Barra | 36.731 | 381 |
| Squarema | 91.938 | 383 |
| Total | 1.635.522 | 4961 |

Fonte: IBGE, 2021.

Aplicação do questionário

A aplicação do questionário aconteceu em 13 municípios da Bacia de Campos, divididos em três grupos para facilitar e agilizar sua execução, conforme apresenta o quadro 2.

Quadro 2 - Municípios centrais e áreas de aplicação

| Cidades | População total (2021) |
|-----------------------|---|
| Campos dos Goytacazes | Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Quissamã. |
| Macaé | Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Carapebus. |
| Cabo Frio | Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo Araruama e Squarema. |

Pensando no público-alvo, organização da logística, quantitativo de questionários a serem distribuídos e fluxo de pessoas nos municípios, a aplicação foi facilitada por meio do convênio com o Instituto Federal Fluminense (IFF) para contratação de bolsistas em três campus centrais: Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Macaé. Além de serem bolsistas com formação na área de atuação do projeto, foram realizadas capacitações sobre o tema, bem como orientações sobre aplicação da pesquisa e conduta. Iniciou-se no período de janeiro a maio de 2023, por meio de revezamento entre os municípios. Os bolsistas de pesquisa eram orientados diariamente sobre o andamento da pesquisa, aspectos positivos e pontos de melhoria.

Análise dos dados

Os dados dos questionários são computados e apresentados pelo aplicativo *Google forms* em gráficos. Contudo, sua análise requer como ponto de partida analítico um olhar para a ficha de indicadores que expressa os objetivos de cada questão e sobre como elas podem ser utilizadas nos resultados. Assim, as questões foram analisadas, considerando os impactos de referência.

Avaliação:

A avaliação aqui não se refere apenas ao processo metodológico e a conhecimentos abordados, mas sim à análise dos resultados, considerando a proposta inicial de levantamento de dados sobre os impactos da indústria do petróleo e gás. Com base no planejamento e aplicação da pesquisa, por meio da construção de indicadores, a avaliação está contida na análise de dados, sendo o termômetro quanto ao êxito e pontos de melhorias do diagnóstico em questão.

Resultados alcançados:

Os dados coletados e analisados forneceram insumos para uma análise qualificada e para a pesquisa de indicadores secundários com conhecimentos técnicos para elaboração de relatório acerca das alterações socioespaciais da Bacia de Campos e Santos relacionados com a cadeia da indústria de petróleo e gás, identificando os impactos diretos e indiretos, positivos e negativos, de cada município e em âmbito regional.



Mapeamento das legislações socioespaciais

Local:

Armação dos Búzios.

Data:

Março a abril de 2020.

Mediadores:

Augusto Pascoal (educador social).

Público:

Grupo Gestor Local de Armação dos Búzios.

Tema:

Mapeamento das legislações socioespaciais.

Tempo:

Sem carga horária definida.

Objetivo:

Mapear as legislações que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município.

Materiais:

Quadro branco ou *flip chart*, caneta para quadro branco, cartolinas coloridas, papel pardo, canetas *pilot* de diversas cores, 3 computadores no mínimo, com acesso à internet, projetor, fita adesiva, tesoura, Plano Plurianual- PPA e Lei Orçamentária Anual- LOA vigente – 1 impressão de cada.

Desenvolvimento:

Devido ao período pandêmico da Covid-19, as atividades abaixo foram adaptadas e desenvolvidas em formato virtual.

1ª atividade – Levantamento das legislações

- Chuva de ideias: pedir ao grupo para falar o que entende sobre questões socioespaciais. O educador registra em um quadro ou cartolina. O objetivo desse item é refletir com o GGL sobre quais são as políticas públicas relacionadas com a gestão socioespacial (foco na IV Fase do projeto) e sua importância para o município.

- Apresentação das leis federais e estaduais: exposição dialogada das principais leis federais e estaduais que norteiam o assunto.

- Pesquisa em grupo: divisão em grupos para pesquisar em computadores as legislações existentes no município ligadas às questões socioespaciais.

- Mapeamento visual das leis: apresentação visual das leis, em tarjetas, ligando as leis federais e municipais (e estaduais, caso haja relevância).

2ª atividade – Saída de campo

Visitar algum local do município para visualizar um impacto (direto ou indireto) da cadeia da indústria de petróleo e gás, identificado no momento ou em algum Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) anterior. Vale instruir que, se não fizer mais sentido na realidade atual, recomenda-se visitar algum problema de cunho socioespacial do município.

3ª atividade – Relação teórico-prática

Neste momento, a ideia central é trazer o que foi visto e registrado na atividade anterior (saída de campo) e relacionar com a legislação já levantada na 1ª atividade. Podem ser distribuídas ao GGL fotos e informações já sistematizadas do campo e trazer novamente

o painel das legislações mapeadas. Pedir, então, para que, em grupos, eles façam essa relação, ou seja, procurem nas legislações os artigos ou itens que regem de alguma forma o problema ou impacto identificado.

4ª atividade – Identificando no orçamento público

- Identificação dos Programas de Trabalho no PPA e na LOA vigentes relacionados à questão socioespacial;

- Iniciar o preenchimento da tabela de monitoramento da execução orçamentária dos programas identificados.

5ª atividade – Sistematização visual

Nesse encontro, será feita a sistematização visual de todas as informações colhidas até o momento, com as outras atividades. A partir daí, serão feitas atualizações.

Atualizações: poderão ser realizadas através da atualização da execução orçamentária, verificação de alguma ação ou impacto específico, entrevistas com os gestores públicos sobre uma questão ou demanda etc.

Avaliação:

A avaliação foi realizada de forma oral durante as reuniões de GGL, após cada atividade realizada.

Resultados alcançados:

Foi realizado o mapeamento de acordo com as legislações da Linha de Ação C, legislações de cunho socioespacial. A partir desse mapeamento, foi elaborada uma planilha que será utilizada como um instrumento de apoio para os grupos de estudo sobre as legislações da linha C, assim como demais atividades do GGL de Armação dos Búzios.



Mapeamento das legislações que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município.

| | |
|---------------|------------------------|
| Local: | Data: |
| Saquarema. | Março e abril de 2020. |

| |
|---|
| Mediadores: |
| Priscila Amaro (educadora social) e Emídio Fernandes (assistente de mobilização e logística). |

| |
|----------------------------------|
| Público: |
| Grupo Gestor Local de Saquarema. |

| | |
|---|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Mapeamento de legislações socioespaciais. | 4h. |

| |
|--|
| Objetivo: |
| Mapear as legislações que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município. |

| |
|--|
| Materiais: |
| Quadro branco ou <i>flip-chart</i> , caneta para quadro branco (caso vá usar o quadro branco), cartolinas coloridas, papel pardo, canetas <i>pilot</i> de diversas cores, 3 computadores no mínimo, com acesso à internet, projetor, fita adesiva e tesoura. |

Desenvolvimento:

A metodologia foi dividida em dois momentos, um interno à equipe técnica e outro junto ao Grupo Gestor Local, todos realizados de forma on-line devido a pandemia da Covid-19.

1º momento – março/2020

Esse momento foi realizado pela equipe técnica, sob responsabilidade da educadora social. Utilizando a base legal já apresentada no Encontro Trimestral do projeto NEA-BC, a educadora buscou na internet, nos sites oficiais dos governos federal, estadual e municipal, as legislações que normatizam o uso e ocupação do território em Saquarema. As leis mapeadas foram organizadas em um arquivo e disponibilizadas para o restante da equipe. Esse mapeamento foi utilizado como base para o momento posterior e também para o planejamento dos grupos de estudo do Plano de Trabalho sobre esse tema.

2º momento – abril/2020

Chuva de ideias

A educadora pediu ao grupo que falasse livremente o que consideravam estar relacionado com questões socioespaciais em um município, registrando em quadro ou cartolina. O objetivo desse item foi refletir com o GGL sobre quais são as políticas públicas relacionadas com a gestão socioespacial (foco na IV Fase do projeto) e sua importância para o município.

Painel das legislações (federal e estadual)

Início da construção do painel com as legislações que interferem no município. A educadora trouxe, em diálogo com o grupo, as leis federais e estaduais que podem interferir na dinâmica socioespacial do município, de modo geral, sem adentrar em seu

conteúdo. No decorrer do debate, ela escreveu e colocou tarjetas com essas referências. A partir daí, iniciou-se a identificação com o grupo acerca de quais leis municipais poderiam se encaixar no que foi debatido até o momento. A educadora anotou e registrou no painel.

Pesquisa em grupo

O GGL foi dividido em grupos (duplas ou trios) para pesquisar em computadores as legislações existentes no município que normatizam as políticas socioespaciais. Apresentou também possíveis fontes de pesquisa das leis.

Painel das legislações (finalização)

A partir do que foi pesquisado pelos presentes, complementou-se a apresentação visual das leis, em tarjetas, ligando as leis federais e municipais (e estaduais, caso houvesse relevância). Ao final, o grupo teve o mapeamento visual das leis ligadas às questões socioespaciais em Saquarema e foi feita uma breve explicação do que cada legislação rege e em que atua.

Avaliação:

A avaliação ocorreu ao final da atividade, em formato de roda de conversa. Nesta, além das impressões dos participantes, registrou-se em relatório pela educadora a percepção da equipe em relação às dificuldades ou facilidades que o GGL apresentou durante a atividade.

Resultados alcançados:

Realizada a pesquisa e tabulação das legislações federais, estaduais e municipais que interferem nas questões socioespaciais de Saquarema, como produto dessa ação, foram elaborados fichamentos e resumos sobre as leis encontradas.

Grupos de Trabalho para o Webinário sobre os Resíduos Sólidos de Cabo Frio

| | |
|---------------|-----------------------|
| Local: | Data: |
| Cabo Frio. | Maio e junho de 2021. |

| |
|---|
| Mediadores: |
| Izabela Souza (educadora social), Raphael Evangelista (assistente de mobilização e logística), Lucas Freitas (bolsista), Alberto Lopes (comunitário). |

| |
|----------------------------------|
| Público: |
| Grupo Gestor Local de Cabo Frio. |

| | |
|------------------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Gestão dos resíduos sólidos. | 8h. |

| |
|---|
| Objetivo: |
| Identificar e analisar os processos de gestão dos resíduos em Cabo Frio a partir de 2015, a fim de construir uma apresentação para o <i>Webinário</i> de Resíduos Sólidos de Cabo Frio. |

| |
|------------------------|
| Materiais: |
| Computador e internet. |

| |
|--|
| Desenvolvimento: |
| Devido à pandemia da Covid-19, todas as atividades abaixo foram realizadas em formato virtual. |
| 1º Grupo de Trabalho- GT (maio) - 2h |
| O primeiro grupo de trabalho teve como objetivo pensar no conteúdo da apresentação e no método de análise da política pública de resíduos. Os participantes se reuniram e definiram os seguintes dados para análise: dados orçamentários, ações do GGL, contratos da COMSERCAF, legislações municipais, informações sobre a autarquia e sobre o sistema de coleta, notícias e ações sustentáveis, além dos relatos dos comunitários. Dois deles se disponibilizaram em construir a análise e a apresentação. Comprometeram-se em levantar os dados citados, realizar uma análise e apresentar no próximo grupo de trabalho. |
| 2º Grupo de Trabalho- GT (junho) - 2h |
| No segundo grupo de trabalho, a educadora apresentou a estrutura da apresentação montada no GT anterior, discutindo os tópicos com o grupo. Os comunitários responsáveis pelo conteúdo apresentaram as suas pesquisas e materiais que iriam compor a apresentação, tirando dúvidas e apresentaram suas análises. Como fonte de dados para a análise foram utilizados: Diário Oficial, Portal da Transparência, TCE, PMGIRS*, PNRS, NEA-BC, <i>Google maps</i> , SNIS, notícias de jornais. A tabulação dos dados foi realizada em tabelas, gráficos e fichamentos. A análise apresentada pelos comunitários relacionou os dados coletados com a realidade local relatada. Foi construída uma apresentação na ferramenta <i>Canva</i> com gráficos, imagens e tópicos de análise para maior compreensão dos participantes do <i>webinário</i> . |
| Webinário sobre resíduos sólidos (junho) - 4h |
| A apresentação com a análise da política pública de resíduos sólidos em Cabo Frio foi |

realizada no *webinário* e contou com o seguinte conteúdo:

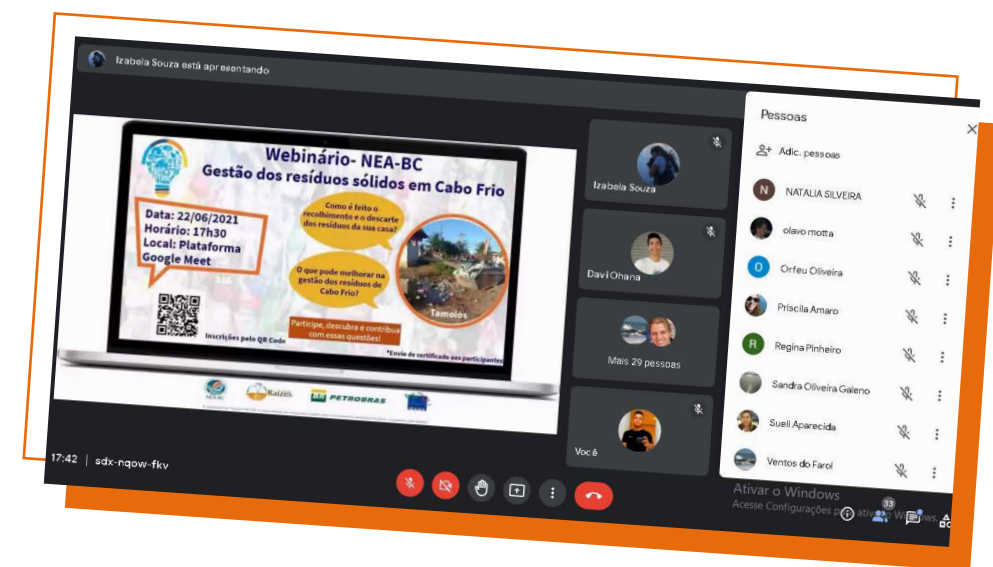
- Legislações municipais: leis municipais relacionadas aos resíduos: lei orgânica, leis gerais e específicas.
- Autarquia: o que é uma autarquia, quais são os serviços prestados pela COMSERCAFS.
- Orçamento público: receitas e despesas da COMSERCAF, arrecadação do município, investimentos anuais em relação à arrecadação.
- Notícias e imagens no *maps*: notícias a partir de 2015, que demonstravam a mudança no sistema de coleta e os impactos no serviço prestado.
- Gestão dos resíduos: explicação sobre a coleta direta e indireta e identificação no PMGIRS. Imagens reflexivas sobre a coleta indireta ser estratégica.
- Ações sustentáveis: elos da reciclagem e ações de incentivo a coleta seletiva e capacitação dos catadores.
- Ações do GGL: Ações do grupo relacionadas ao tema: eventos, formações, representações.

Avaliação:

A construção da análise foi sendo avaliada durante o processo, de forma oral, dentro das reuniões do grupo.

Resultados alcançados:

A partir dos dados levantados, os comunitários fizeram uma análise da política pública de resíduos no município, realizando reflexões e questionamentos sobre a forma como a gestão é realizada. Essa análise foi apresentada no webinário sobre resíduos sólidos, realizado pelo grupo, sendo base para o debate da política pública durante o evento.



1º Encontro Regional do Pró-Lideranças IV

Local:

Macaé.

Data:

Janeiro e março de 2023.

Mediadores:

Priscila Amaro, Izabela Souza, Fabiana Reis, Isroberta Araujo, Dagma Pontes, Fernanda Santos, Willian Batista e Sandra Miscali (equipe de gestão).

Público:

Participantes selecionados do Pró-lideranças IV.

Tema:

Impactos da cadeia do petróleo e gás.

Tempo:

7h.

Objetivo:

Identificar os impactos regionais da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos e Santos.

Materiais:

Flip chart, canetas coloridas, computador, projetor, mapa da Bacia de Campos e Santos em lona, canetas coloridas para desenho em lona, cubos com dados socioeconômicos.

Desenvolvimento:

A atividade foi dividida em três etapas:

1º Apresentação dos municípios

Os representantes de cada município realizaram uma apresentação de no máximo 10 minutos sobre os impactos socioespaciais identificados em seus territórios. Durante a apresentação, o mediador anotou em uma folha de *flip chart* os impactos citados para posterior uso.

2º Mapa-Ciclos econômicos e questões socioespaciais

Os participantes foram instigados por meio de uma roda de diálogo a falar sobre os ciclos econômicos e as transformações socioespaciais da Bacia de Campos e Santos. A roda foi mediada por dois educadores que conduziram o debate, a fim de identificar os impactos da cadeia do petróleo e gás, pensar as transformações do território e discutir os processos históricos de forma regionalizada. Utilizando um mapa da região para inserir a síntese do debate, um ilustrador retratou no mapa, através de desenhos, os principais pontos discutidos.

3º Atividade em grupo - indicadores

Os participantes foram divididos em grupos por sub-região: Grupo 1 - São João da Barra, São Francisco e Campos dos Goytacazes; Grupo 2 - Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Casimiro de Abreu e Quissamã; Grupo 3 - Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio; e Grupo 4 - Saquarema e Araruama. Foram entregues aos grupos um cubo com indicadores socioeconômicos de cada município e também a folha de *flip chart* com as anotações de suas apresentações (1ª etapa). Os participantes analisaram os dados trazidos pelo cubo, os impactos citados por cada município e o mapa construído na etapa anterior, relacionando os dados com os impactos, debatendo e analisando o cenário regional, com vistas a identificar os impactos regionais ligados à indústria do petróleo e gás.

Avaliação:

A avaliação do encontro regional foi realizada por meio de um *banner* contendo os itens de avaliação, que incluíam a metodologia, recursos pedagógicos, mediação, estrutura e tempo. Os participantes colaram *post-it* avaliando cada um desses itens. Além disso, os debates, a aplicação de conceitos e conhecimentos pelos participantes durante todo o evento também foram observados como parte do processo de avaliação.

Resultados alcançados:

Os participantes dos 13 municípios abrangidos pelo Pró-Lideranças* IV debateram e refletiram sobre as transformações no território da Bacia de Campos e Santos, relacionadas com a cadeia da indústria de petróleo e gás, identificando os impactos diretos e indiretos, positivos e negativos de cada município e em âmbito regional.



Monitoramento da aplicação da legislação socioespacial de acordo com os impactos da cadeia da indústria do petróleo

Local:

Núcleo Operacional de Arraial do Cabo.

Data:

09/08/2023.

Mediadores:

Emídio Fernandes de Souza (educador social).

Público:

Comunitários que participam do projeto NEA-BC em Arraial do Cabo.

Tema:

Plano Diretor.

Tempo:

3h.

Objetivo:

Realizar o monitoramento do Plano Diretor com a finalidade de identificar a realização e/ou execução de diretrizes voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas.

Materiais:

Notebook, acesso à internet, projetor e tela de projeção, Plano Diretor (documento).

Desenvolvimento:

Leitura guiada: Leitura do Plano Diretor e compartilhamento das diretrizes voltadas para as políticas públicas relacionadas a temas como monitoramento, juventude, saneamento, turismo, urbanismo e outros. O objetivo era nivelar o conhecimento dos participantes, garantindo que todos tivessem acesso à informação e pudessem contribuir com a definição das diretrizes.

Recorte do Plano Diretor: Momento para definir um recorte das diretrizes que serão monitoradas na aplicação do Plano Diretor. Ficaram definidas as políticas de juventude e saneamento básico.

Monitoramento da aplicação das diretrizes elencadas: Análise das leis orçamentárias vigentes, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), para identificar se havia dotações orçamentárias para a execução das diretrizes do plano. Além disso, o público-alvo acompanhou o Portal da Transparência para verificar se as ações estavam sendo realizadas e identificar seu progresso. Com base nas vivências de cada participante, foi possível realizar um debate sobre a execução das diretrizes.

Análise crítica do monitoramento e definição de proposta: O grupo realizou uma análise crítica da execução ou da não execução, de forma a definir propostas para aperfeiçoamento e execução das diretrizes elencadas.

Avaliação:

A avaliação coletou as percepções dos participantes relacionadas à atividade no geral, ao conteúdo, ao tempo e à mediação.

Resultados alcançados:

Realizou-se o recorte das diretrizes do Plano Diretor voltadas para as políticas de juventude, saneamento básico e dispositivos direcionados à efetivação do plano, além de monitoramento e análise sobre a aplicação das diretrizes recortadas.

Atualização do Mapa da Rota de Esgoto

Local:

Núcleo Operacional de Armação dos Búzios.

Data:

Agosto de 2023.

Mediadores:

Augusto Pascoal (educador social) e Rafaela Siqueira (assistente de mobilização e logística).

Público:

Membros do Grupo Gestor Local de Armação dos Búzios.

Tema:

Esgotamento sanitário.

Tempo:

2h.

Objetivo:

Atualizar o Mapa da Rota do esgoto produzido durante a III Fase do projeto com os pontos críticos relacionados ao esgotamento sanitário no território e inserir informações relacionadas ao atual sistema de coleta por rede separativa de esgoto no município.

Materiais:

Aplicativo *Google Earth*, registros fotográficos, vídeos, dossiê sobre esgotamento sanitário, relatos da comunidade local e mapa do sistema de coleta de esgoto por rede separativa no município.

Desenvolvimento:

Introdução: apresentação do Mapa da Rota do Esgoto aos novos integrantes do grupo, como forma de contextualizar sobre o trabalho de mapeamento dos pontos críticos relacionados ao esgotamento sanitário no território;

Comparativo passado x atualidade: análise e avaliação do status atual dos pontos críticos listados no mapa que apresentam problemas de despejo indevido de esgoto in natura devido à ausência de rede separativa de coleta;

Atualização: inserção de locais, imagens e relatos atualizados sobre os pontos críticos registrados no mapa e das localidades que dispõem do sistema de coleta de esgoto por meio da rede separativa;

Reflexão: avaliação das causas dos problemas registrados no Mapa da Rota do Esgoto de Armação dos Búzios e debate acerca de possíveis soluções;

Encaminhamento: medição da quilometragem da rede separativa de esgoto em relação à quilometragem da totalidade dos logradouros públicos, com o intuito de verificar a veracidade dos dados apresentados pelo poder público.

Avaliação:

A avaliação se baseou no envolvimento dos participantes no debate, na análise e no levantamento de possíveis soluções para os problemas registrados no mapa.

Resultados alcançados:

Atualização das informações sobre os pontos críticos relacionados ao esgotamento sanitário no território e sugestões para os problemas registrados.

Metodologias dos processos formativos



Oficina de orçamento público

Local:

Núcleo Operacional de São Francisco de Itabapoana.

Data:

13 e 14/02/2016.

Mediadores:

Luísa Santana, Fabiana Reis, Flávia Rabelo e Stephanie Freitas (educadoras sociais), Víctor Carvalho (assistente de mobilização e logística), Sandra Miscali (coordenadora executiva), Laudirléa Reis (coordenadora de educação).

Público:

Participantes do projeto NEA-BC.

Tema:

Orçamento público.

Tempo:

Dois dias, com média de 6h de duração cada.

Objetivo:

Apresentar ou ampliar conhecimentos acerca do controle social dos orçamentos públicos municipais.

Materiais:

Itens para a simulação da xepa, cartolinas, canetas, *datashow*, telão, *notebook*, caixa para a dinâmica inicial, chocolate e jogo do orçamento

Desenvolvimento:

A metodologia foi dividida em dois dias:

No primeiro dia, houve uma abordagem mais reflexiva e uma avaliação dos conhecimentos prévios do grupo. Em seguida, foi feita uma introdução ao conteúdo relacionado ao orçamento público, abrangendo suas principais leis, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

No segundo dia, a abordagem foi mais prática. Foram discutidos tópicos relacionados à execução orçamentária e aos mecanismos de controle e monitoramento do orçamento municipal. O dia também incluiu dinâmicas voltadas à fixação dos conhecimentos adquiridos.

1º DIA

1- Boas-vindas e Dinâmica da caixinha

Os participantes foram orientados a formar um círculo. Uma caixinha fechada foi trazida. O mediador explicou que seria colocada uma música e que todos deveriam passar a caixinha de mão em mão. Quando a música parou, quem estava com a caixa nas mãos a abriu e seguiu as instruções (uma "prenda") descritas no papel nela depositado. A música foi retomada. A pessoa que abriu a caixa viu um bombom e um papel com a mensagem "Coma o chocolate".

O objetivo dessa atividade era promover a reflexão de que não era necessário ter medo do desconhecido, como o orçamento público, pois poderia nos surpreender de maneira positiva.

2 - Dinâmica "Xepa do NEA-BC"

Objetivo: Refletir, de maneira lúdica, sobre as questões tratadas ao longo da oficina,

como planejamento, recursos, prioridades e coletividade.

Desenvolvimento: Havia uma mesa com oferta de alimentos. Foi pedido aos participantes que escolhessem três pessoas como representantes do grupo, informando que seriam os responsáveis pela escolha do lanche para os três dias da oficina.

Um mediador chamou esses representantes para outra sala, mantendo-os separados, e forneceu uma lista com o preço de cada alimento da mesa, juntamente com o valor disponível para a escolha do lanche, separado para os três dias. Esse montante era ligeiramente menor do que o gasto original. Além disso, o lanche continha itens supérfluos, para que os representantes fizessem escolhas. Apenas este grupo estava ciente desse valor.

Outro mediador permaneceu com o restante do grupo e pediu que elaborassem um planejamento do que gostariam de consumir nos três dias da oficina, com base no lanche exposto na mesa, separando por dia. O grupo definiu as prioridades dos produtos para o lanche às cegas (sem conhecer os valores).

Após 10 a 20 minutos, o grupo dos representantes foi chamado de volta à sala, onde todo o grupo estava reunido. Solicitou-se que realizassem a compra.

Durante esse momento e durante a dinâmica, diversas situações podiam surgir: o grupo da "sociedade civil" poderia perguntar se os produtos tinham preços, pedir para conversar com os representantes, entre outras coisas. Os mediadores respondiam honestamente a todas as perguntas feitas, permitindo que os grupos interagissem livremente, sem interferência, até a conclusão da tarefa, ou seja, a finalização da compra do lanche para os três dias.

A proposta era que os grupos interagissem como se fossem a sociedade civil e o poder público (sem conhecerem esses papéis), mas, principalmente, que refletissem sobre como precisavam dialogar para garantir um bom uso do dinheiro e sua destinação adequada. A ideia era que o grupo aprendesse a gerenciar o dinheiro, levando em consideração as necessidades coletivas. Era esperado que isso também provocasse reflexões sobre orçamento, prioridades e responsabilidades.

3- Exibição dos Vídeos 02 e 03 do Orçamento Fácil

Links:

<https://www.youtube.com/watch?v=u37F1fBwvEU>

<http://www12.senado.leg.br/orcamentofacil>

Foi feito um breve debate sobre os vídeos, relacionando os conceitos apresentados às receitas, despesas e ao planejamento elaborado pelos participantes.

4 - Linha do tempo

Objetivo: Construir junto com o grupo uma linha do tempo do orçamento público no Brasil, fazendo uma análise crítica de seus principais marcos.

Desenvolvimento: As datas estavam expostas como em um varal, em ordem cronológica. Os acontecimentos de cada ano foram distribuídos aos participantes, os quais, juntos, montaram a linha da forma que consideraram correta.

Ao término, realizaram-se o debate e a explicação das datas, relacionando os fatos históricos com as mudanças e conquistas sobre orçamento e a participação popular nesse processo.

5- Conhecendo o orçamento – apresentação dos conceitos orçamentários/Relação PPA/LDO/LOA

Foram apresentados por meio de uma exposição dialogada e reflexiva exemplos práticos de sua aplicabilidade.

6 - Apresentação e distribuição do "quebra-cabeça"

Além da distribuição da peça, foi realizada uma reflexão final junto com os participantes em recapitulação de todos os tópicos abordados.

2º DIA

7- Acolhida e Dinâmica de fixação

Foram solicitadas, aos participantes, a divisão em dois grupos e a escolha de um nome “de guerra”. Em seguida, representaram, em uma cartolina, por meio de desenhos ou textos, o que mais tinham aprendido nos dois dias e o que consideravam mais marcante. Posteriormente, cada grupo apresentou suas produções.

O objetivo desse exercício era proporcionar um momento para expressão do que haviam aprendido.

8 - O que tem no orçamento?

Objetivo: intercalar teoria e atividade em grupo para apresentar e fixar melhor os conhecimentos sobre o assunto.

Apresentação com os principais conceitos sobre como são formadas as leis orçamentárias e como o orçamento é executado.

1ª parte: Programa de Trabalho, ações orçamentárias, códigos. Distribuir uma cópia da LOA do município para cada grupo e pedir a identificação de conceitos abordados: receitas, despesas, Programa de Trabalho, projetos/atividades, códigos, despesas por função.

2ª parte: manter os grupos, mas apresentar no PPT* a fonte e a natureza das receitas, bem como pedir para que identifiquem no texto da LOA.

3ª parte: Execução orçamentária e suas etapas. Contingenciamento, remanejamento. Pedir para que encontrem essa discriminação na lei, do quanto foi destinado a cada processo.

9 - Como monitorar a execução do orçamento público?

Foi realizada uma exposição dialogada, abordando os instrumentos de controle social, como a Lei da Transparência e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de discutir a importância da prestação de contas e das audiências públicas.

10- Jogo do Orçamento e encerramento

Em seguida, foi conduzido o “Jogo do Orçamento” com as duas equipes formadas pelo mesmo grupo trabalhado ao longo do dia. Permitiu-se identificar os conhecimentos adquiridos pelo grupo. Ao final, a equipe vencedora recebeu um prêmio, cuja escolha dependeu das preferências do município.

Essas atividades contribuíram para o aprendizado e a compreensão dos participantes sobre os instrumentos de controle social e o orçamento público, tornando o encerramento do evento mais dinâmico e participativo.

Avaliação:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi formativa, à medida que se observaram a participação e as trocas realizadas durante a oficina. A avaliação da metodologia e execução da atividade foi feita verbalmente na próxima reunião do Grupo Gestor Local (GGL).

Resultados alcançados:

O Grupo Gestor Local se apropriou dos principais conceitos relacionados com o orçamento público e passou a monitorar mensalmente as funções de urbanismo, gestão ambiental e transporte, apresentando propostas de melhoria das políticas públicas, acompanhando a execução orçamentária municipal.

Encontro Educativo - Espaços de Controle e Participação Social

Local:

Colégio Estadual Oliveira Viana- Saquarema.

Data:

11/06/2016.

Mediadores:

Emídio Fernandes de Souza (assistente de mobilização e logística).

Público:

Estudantes do Colégio Estadual Oliveira Viana.

Tema:

Espaços de Controle e Participação Social.

Tempo:

2h.

Objetivo:

Promover debate acerca dos espaços de controle e participação social.

Materiais:

Cartolina, tarjetas, canetas coloridas, cartazes (Espaços de controle social e problemáticas).

Desenvolvimento:

Chuva de ideias sobre participação social

Foi realizada uma chuva de ideias sobre o que é, como se dá e onde acontece o controle e a participação social. Durante esse momento, as respostas fornecidas foram correlacionadas com os espaços e as formas de participação existentes no município.

Dinâmica (“Quebra-Cabeça”) formas/espaços de controle e participação social

Nessa etapa, foi realizada a dinâmica “Quebra-Cabeça”, que consistiu em peças centrais, representando problemas ou situações problemáticas relacionadas às questões locais, bem como peças que representavam espaços nos quais essas situações poderiam ser discutidas e possivelmente resolvidas. Encaixavam nas peças centrais. Durante esse momento, foram apresentados os espaços e as funções de cada um. Exemplos de espaços: audiências públicas, sessões da Câmara, conselhos, grêmios estudantis, comitê de bacias, entre outros.

Apresentação do Projeto NEA-BC

A equipe técnica do projeto realizou uma apresentação institucional do projeto NEA-BC, na qual explicou o arranjo da execução do projeto, a partir do licenciamento ambiental federal. Foram apresentadas as principais ações do projeto NEA-BC, de maneira a evidenciar a composição e atuação do grupo gestor local.

Avaliação:

Ao final da atividade, foi realizada uma avaliação para coleta das percepções dos participantes relacionadas ao conteúdo, à duração e à mediação.

Resultados alcançados:

O encontro gerou debates e troca de informações sobre os espaços de controle e participação social, com a atuação e interesse dos alunos, possibilitando a articulação com a escola para tornar a atividade contínua.

Oficina de Oratória

Local:

Núcleo Operacional de São Francisco de Itabapoana.

Data:

18/06/2016.

Mediadores:

Luísa Santana (educadora social), Victor Carvalho (assistente de mobilização e logística), Euline Alves (comunicadora social), Andral Filho (educador contratado), Suelen Pereira (equipe Petrobras).

Público:

Participantes do projeto NEA-BC.

Tema:

Oratória.

Tempo:

8h.

Objetivo:

Instrumentalizar os sujeitos da ação educativa para ocupar os espaços de controle social.

Materiais:

Datashow, púlpito, telão, microfone, cartolina, canetas e folhas.

Desenvolvimento:

Na dinâmica de apresentação, em duplas, os participantes foram convidados a entrevistar e apresentar-se uns aos outros. Foram expostas as cinco regras fundamentais da oratória. Na apresentação individual, cada participante foi convidado a informar seu nome, apelido, prato preferido, passatempo, lugar mais bonito que já visitou ou deseja visitar, o que mais o aborrece e o que esperava da oficina. Em seguida, foram convidados a caminhar e cumprimentar os demais com um abraço. Houve uma discussão sobre as regras fundamentais da oratória. Em duplas, os participantes listaram os conhecimentos, habilidades e atitudes de um bom orador, sendo que cada item mencionado foi seguido de orientações por parte do mediador.

Na dinâmica dos desenhos, cada participante recebeu uma cartolina dividida em 10 quadrantes e respondeu às perguntas feitas pelo mediador por meio de desenhos. Foi realizado um debate sobre a parte mais importante de um discurso.

Na atividade prática, cada participante elaborou individualmente um discurso com uma das seguintes propostas: defenda a candidatura de um presidente; seja um candidato à presidência; despeça-se de um colega que irá se mudar para o Japão; seja a pessoa que se mudará para o Japão; entregue um prêmio de um concurso; receba o prêmio do concurso; seja o perdedor do concurso; parabeneze uma pessoa recém contratada; seja a nova contratada; dê uma boa notícia; dê uma má notícia.

Percepções individuais dos participantes, análise e dicas do mediador:

Na atividade prática, os participantes receberam pequenos textos e, com base nas dicas fornecidas, fizeram discursos.

Houve uma simulação de uma audiência pública, abordando temas pertinentes à mobilidade urbana. Os participantes foram divididos em grupos, que elegeram um orador e elaboraram discursos como se estivessem, de fato, em uma audiência.

O evento foi encerrado com um abraço coletivo, seguido pela certificação dos

participantes.

Avaliação:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi formativa, à medida que se observaram a participação e as trocas realizadas durante a oficina. A avaliação da metodologia e da execução da oficina foi realizada verbalmente no final da atividade.

Resultados alcançados:

Os participantes praticaram as atividades e concluíram a oficina se sentindo mais seguros para uma fala em público, inclusive os mais inibidos conseguiram discursar e aproveitar as técnicas trabalhadas.



Oficina de multiplicação sobre audiovisual

Local:

Núcleo Operacional de São Francisco de Itabapoana.

Data:

05/06/2016 e 18/02/2017.

Mediadores:

Luísa Santana (educadora social), Victor Carvalho (assistente de mobilização e logística) Edson Conceição, Delcarla Batista e Marissol Junqueira (integrantes do Grupo Gestor Local).

Público:

Participantes do projeto NEA-BC.

Tema:

Audiovisual.

Tempo:

6h por dia.

Objetivo:

Instrumentalizar os novos integrantes do Grupo Gestor Local e nivelar conhecimentos em relação às técnicas do audiovisual.

Materiais:

Computador, câmeras, microfones, fone, *datashow*, telão, canetas e folhas para anotação.

Desenvolvimento:

Etapa 1 – Elaboração de roteiro, manuseio de equipamentos e captação de áudio e vídeo:

Houve uma exposição dialogada sobre a importância de dar voz às pessoas e permitir sua identificação com o vídeo. Os participantes compartilharam suas experiências individuais com audiovisual e os tipos de vídeos.

Foram exibidos os curtas “Rivello/menta” sobre o projeto “Soluções Urbanas”, “Ilha das Flores”, “Ilha das Flores: depois que a sessão acabou” e, em seguida, ocorreu uma breve discussão sobre a produção dos vídeos. O debate abordou a mudança de plano, a organização das cenas de acordo com o roteiro, a manipulação da informação e a importância de respeitar as pessoas presentes no vídeo, evitando exposições desnecessárias e garantindo a transparência em todas as etapas.

Os participantes receberam orientações sobre a elaboração adequada de um roteiro e sua importância, seguidos de um exercício prático relacionado à criação de roteiro-base para a produção de um vídeo sobre a oficina.

Foi apresentado o documento “Ordem do Dia”, com vistas à atribuição das funções necessárias à produção do vídeo.

Houve exibição de vídeos e orientações sobre o manuseio adequado dos equipamentos disponíveis no núcleo operacional, abordando tópicos como o tempo mínimo para captura de imagem, noção de profundidade, foco, iluminação, uso do gravador, entre outros detalhes.

Os participantes foram desafiados a criar vídeos espontâneos e realizar entrevistas, constituintes do vídeo final da oficina.

Foram fornecidas informações sobre a maneira correta de salvar os registros no computador, destacando a importância de incluir detalhes como equipamento, data e nome do responsável pelo registro.

Etapa 2 - Edição:

Foi feita uma apresentação do programa “Adobe Premiere” por meio de um vídeo do *YouTube*.

O programa foi exibido em funcionamento, seguido da apresentação da ilha de edição. O material coletado na primeira etapa da Oficina de Multiplicação foi disponibilizado.

Os participantes foram divididos em dois grupos e receberam orientações práticas sobre as ferramentas do programa, com o objetivo de iniciar a produção de material.

Avaliação:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi formativa, à medida que se observaram a participação e as trocas realizadas durante a oficina. A avaliação da metodologia e da execução da atividade foi feita verbalmente na reunião subsequente do Grupo Gestor Local.

Resultados alcançados:

Os novos integrantes do Grupo Gestor Local obtiveram informações e foram instruídos a utilizar as ferramentas de audiovisual, além de produzirem seus primeiros materiais.



Encontro educativo

| | |
|---|--|
| Local: Colégio Estadual São Francisco de Paula e Colégio Estadual Pedro Cerqueira- São Francisco de Itabapoana. | Data: 25/05/2017 e 14/09/2017. |
|---|--|

| |
|--|
| Mediadores: Luísa Santana (educadora social), Victor Carvalho (assistente de mobilização), Integrantes do Grupo Gestor Local de São Francisco de Itabapoana. |
|--|

| |
|---|
| Público: Discentes do ensino médio das referidas escolas. |
|---|

| | |
|---|------------------------|
| Tema: Políticas públicas e participação cidadã. | Tempo: 1h30. |
|---|------------------------|

| |
|--|
| Objetivo: Construir e disseminar conhecimentos sobre a importância da mobilização e do exercício do controle social. |
|--|

| |
|---|
| Materiais: Tarjetas, bombons, bloquinhos de papel, canetas, lista de presença, vídeos, datashow, caixa de som, microfones, telão, pilhas, extensão, filtro de linha e notebook. |
|---|

| |
|--|
| Desenvolvimento: <p>1- Dinâmica de quebra-gelo: A dinâmica de quebra-gelo envolveu a distribuição de papéis com qualidades descritas e uma caixa de balas ou bombons. Uma pessoa retirou da caixa um papel com uma qualidade e identificou quem na sala possuía essa qualidade. Em seguida, entregou a caixa à pessoa escolhida e explicou por que a escolheu. A caixa continuou passando de mão em mão até o último participante, que a abriu e distribuiu seu conteúdo para todos.</p> <p>2- Troca de saberes: Realizou-se uma troca de saberes com o tema “políticas públicas e participação cidadã”. Os participantes foram divididos em quatro grupos, cada um recebeu bloquinhos de papel e canetas. A cada pergunta relacionada ao tema, um grupo era sorteado para responder mediante o prazo de 30 segundos, para pensar em sua resposta, enquanto os demais grupos também pensavam. Após, o grupo sorteado respondia à pergunta, e todos os grupos mostravam em seus bloquinhos a resposta escolhida, justificando-a.</p> <p>3- Vídeos: A atividade foi encerrada com a exibição dos vídeos produzidos pelo Grupo Gestor Local de São Francisco, que abordavam a política pública de mobilidade urbana.</p> |
|--|

| |
|--|
| Avaliação: A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi formativa, à medida que se observaram a participação e as trocas realizadas durante a atividade. |
|--|

| |
|---|
| Resultados alcançados: Os participantes puderam obter conhecimentos sobre a importância da mobilização e do exercício do controle social. |
|---|

Live sobre saúde pública

| | |
|---|-----------------------------|
| Local: Atividade <i>on-line</i> . | Data: 29/07/2021. |
|---|-----------------------------|

| |
|---|
| Mediadores: Fabio Santos (educador social). |
|---|

| |
|--|
| Público: Grupo Gestor Local do Projeto NEA-BC e web espectadores (Transmitido pelo youtube). |
|--|

| | |
|--|----------------------|
| Tema: Políticas públicas para a manutenção da vida: A importância do SUS, do SUAS e da participação social em tempos de pandemia e pós-pandemia. | Tempo: 2h. |
|--|----------------------|

| |
|---|
| Objetivo: Construir e disseminar conhecimentos acerca das políticas públicas de saúde e assistência social, assim como a importância da organização comunitária em tempos de pandemia e pós-pandemia. |
|---|

| |
|--|
| Materiais: Computador, internet. |
|--|

| |
|--|
| Desenvolvimento: Nessa <i>live</i> , contamos com a participação de três convidados externos: um representando o poder público, um representando a sociedade civil atuante nos conselhos e um especialista no tema em discussão. Cada um dos três apresentou diferentes tópicos, todos relacionados ao tema principal, proporcionando uma perspectiva abrangente e enriquecedora para a discussão. |
|--|

| Convidado | Assunto | Abordagem |
|-----------------|---|---|
| Poder Público | Enfrentamento à pandemia | Panorama das ações de saúde e assistência social |
| Sociedade Civil | Papel dos conselhos e da organização comunitária | Posicionamento dos conselhos em relação à análise de políticas públicas, representatividade da sociedade civil, importância da participação e controle social. |
| Especialista | Pandemia por covid-19, ações gerais de enfrentamento, perspectiva para o pós-pandemia | Abordagem técnica sobre o momento pandêmico e pós-pandêmico, saúde coletiva e políticas públicas para manutenção da vida, organização comunitária e políticas públicas para o pós-pandemia. |

Durante essa *live*, o evento contou com a participação de vários elementos essenciais para um debate aberto e informativo. Inicialmente, um representante do Grupo Gestor Local fez a abertura, apresentando o grupo e expondo o objetivo da atividade. Em seguida, os três convidados externos, representando o poder público, a sociedade civil nos conselhos e o especialista no tema, realizaram suas apresentações, proporcionando diferentes perspectivas sobre o assunto em pauta.

Após as apresentações, houve um momento de debate e esclarecimentos, com perguntas e respostas. As perguntas foram direcionadas aos convidados e à assistência, permitindo uma discussão mais ampla e participativa. Nesse momento, um representante do Grupo Gestor Local voltou à cena para realizar a leitura das perguntas enviadas pela assistência. O mediador desempenhou um papel fundamental ao longo do evento: fez a abertura, apresentou de forma objetiva o projeto NEA-BC e introduziu os convidados. Além disso, estabeleceu conexões entre as apresentações e forneceu comentários, orientações e contribuições, sempre que necessários. Também conduziu o momento de debate, garantindo o ordenamento das falas e o respeito ao tempo previsto para o evento.

Dessa forma, a participação de todos os envolvidos permitiu um debate organizado e esclarecedor, enriquecendo a discussão sobre o tema em questão.

Compunham, portanto, a cena: 1 mediador / 1 GGL / 3 convidados

Avaliação:

A avaliação foi realizada de forma oral durante a primeira reunião de GGL após o evento.

Resultados alcançados:

A *live* promoveu um espaço de esclarecimento sobre as ações do poder público durante a pandemia, formas de atuação que a população pode assumir e contribuir no planejamento, elaboração e fiscalização dessas políticas públicas. Esclareceu à população sobre o trabalho da Fiocruz e o posicionamento perante as vacinas e aos possíveis cenários pós-pandêmicos.



Oficinas de mobilidade urbana

Local:

Núcleo Operacional de São Francisco de Itabapoana.

Data:

29/04/2023 e 15/06/2023.

Mediadores:

Luísa Santana (educadora social), Isroberta Araújo (pesquisadora social), Kássia Figueiredo (assistente de mobilização e logística).

Público:

Participantes do projeto NEA-BC.

Tema:

Mobilidade urbana.

Tempo:

4h por dia.

Objetivo:

Construir e disseminar conhecimentos sobre os principais conceitos de mobilidade urbana, bem como as políticas públicas sobre o tema. Elaborar propostas e elencar estratégias para a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

Materiais:

Computador, *datashow*, telão, muletas, cadeiras de rodas, vendas, bengalas, *flip chart*, canetas e folhas para anotação.

Desenvolvimento:

1. Dinâmica de abertura: Como você chegou até aqui?

Durante o evento, uma folha de *flip chart* disponibilizava vários modais de transporte aos participantes. Eles foram instruídos a marcar os tipos mais utilizados para chegar ao núcleo operacional, bem como a explicar o motivo de sua escolha. Essa atividade proporcionou uma problematização inicial e geral da questão do transporte no município, base para os debates subsequentes.

2. O que eu preciso saber?

Os principais conceitos relacionados à mobilidade urbana e ao direito à cidade foram abordados por meio de apresentações e interações com vídeos durante o evento. Isso permitiu que os participantes se familiarizassem com esses conceitos e os compreendessem de maneira mais abrangente.

3. Que mobilidade queremos e qual mobilidade temos?

Com base nos conceitos de mobilidade, os participantes foram divididos em cinco grupos durante o evento. Cada grupo analisou, a partir da praça central, diferentes campos relacionados à mobilidade urbana, tais como: vias públicas, acessibilidade para pedestres e cadeirantes, transporte urbano, transporte privado e a prestação de serviços públicos de transporte. Levando em consideração os conceitos de mobilidade e acessibilidade apresentados na sessão "O Que eu preciso saber?", os grupos realizaram suas análises. Após, retornaram ao núcleo operacional, onde se reuniram, compartilharam suas observações e apresentaram suas conclusões aos demais grupos.

4. O que é o plano de mobilidade?

Durante o evento, foi feita uma apresentação sobre o que é um plano de mobilidade urbana, destacando suas principais características e como ele pode ser construído. Isso

permitiu que os participantes entendessem a importância e os componentes essenciais de um plano de mobilidade urbana no processo de sua elaboração.

5. O que podemos fazer para melhorar?

Com base no trabalho realizado no item 3, os grupos elaboraram propostas de melhoria para a mobilidade urbana no município. Foram desenvolvidas a partir de um plano de ação, que serviu como diretriz para identificar e priorizar ações concretas para a melhoria da mobilidade na região. Essa atividade incentivou os participantes a pensarem em soluções práticas e viáveis para os desafios da mobilidade urbana.

Avaliação:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi formativa, considerando a participação e as trocas de informações ocorridas durante a oficina. Além disso, a avaliação da metodologia e de sua execução foi realizada de forma verbal na reunião seguinte do Grupo Gestor Local, proporcionando um espaço para discussões e *feedback* sobre o evento.

Resultados alcançados:

Os participantes alinharam informações sobre os principais conceitos de mobilidade urbana, realizaram um diagnóstico, elaboraram propostas e elencaram estratégias para pressionar o poder público na elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana

Grupo de estudo sobre Plano Diretor

| | |
|--|--------------|
| Local: | Data: |
| Núcleo Operacional de Arraial do Cabo. | 17/05/2023. |

| |
|--|
| Mediadores: |
| Emídio Fernandes de Souza (educador social). |

| |
|---|
| Público: |
| Comunitários, participantes ativos do projeto NEA-BC, em Arraial do Cabo. |

| | |
|----------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Plano Diretor. | 3h30. |

| |
|---|
| Objetivo: |
| Promover o compartilhamento de informações e conhecimento a respeito do Plano Diretor (PD), bem como apresentar pontos do processo de revisão do PD de Arraial do Cabo e suas principais características. |

| |
|--|
| Materiais: |
| <i>Notebook</i> , acesso à internet, projetor e tela de projeção, <i>post-its</i> , canetas, flip chart e Plano Diretor. |

Desenvolvimento:

Dinâmica inicial:
Nesse momento, foi realizada uma chuva de ideias sobre o que é um plano diretor e/ou quais dúvidas existem sobre essa lei. Os participantes receberam *post-its* de diferentes cores para expressar seus conhecimentos prévios e suas dúvidas. Isso permitiu uma visualização clara das opiniões e questões dos participantes.

Apresentação de vídeo:
Com o auxílio do vídeo "Planejamento Urbano", disponível no canal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, foram apresentados aos participantes os principais pontos relacionados ao Plano Diretor, os quais incluíram a base legal da política urbana, a definição e os objetivos do Plano Diretor, o processo de aprovação, a participação pública e um resumo do conteúdo do plano. Isso proporcionou aos presentes uma compreensão mais abrangente sobre o Plano Diretor e seus elementos essenciais.

Apresentação da linha do tempo da revisão do PD de Arraial do Cabo:
Nesse momento, durante o evento, os participantes foram convidados a conhecer o processo de revisão do Plano Diretor de Arraial do Cabo, bem como a participar do projeto NEA-BC nessa etapa. Foi projetada uma linha do tempo, com destaque às principais ações desenvolvidas ao longo do processo de revisão do Plano Diretor, proporcionando uma visão clara das etapas e do envolvimento do projeto NEA-BC nesse íterim.

Análise crítica do Plano Diretor:
Foi realizada uma leitura guiada do Plano Diretor de Arraial do Cabo e destacados os instrumentos de mobilidade urbana sustentável, participação democrática e operacionalização do plano. Depois, os participantes fizeram uma análise crítica desses

instrumentos para balizar a construção de propostas.

Construção coletivas de propostas:

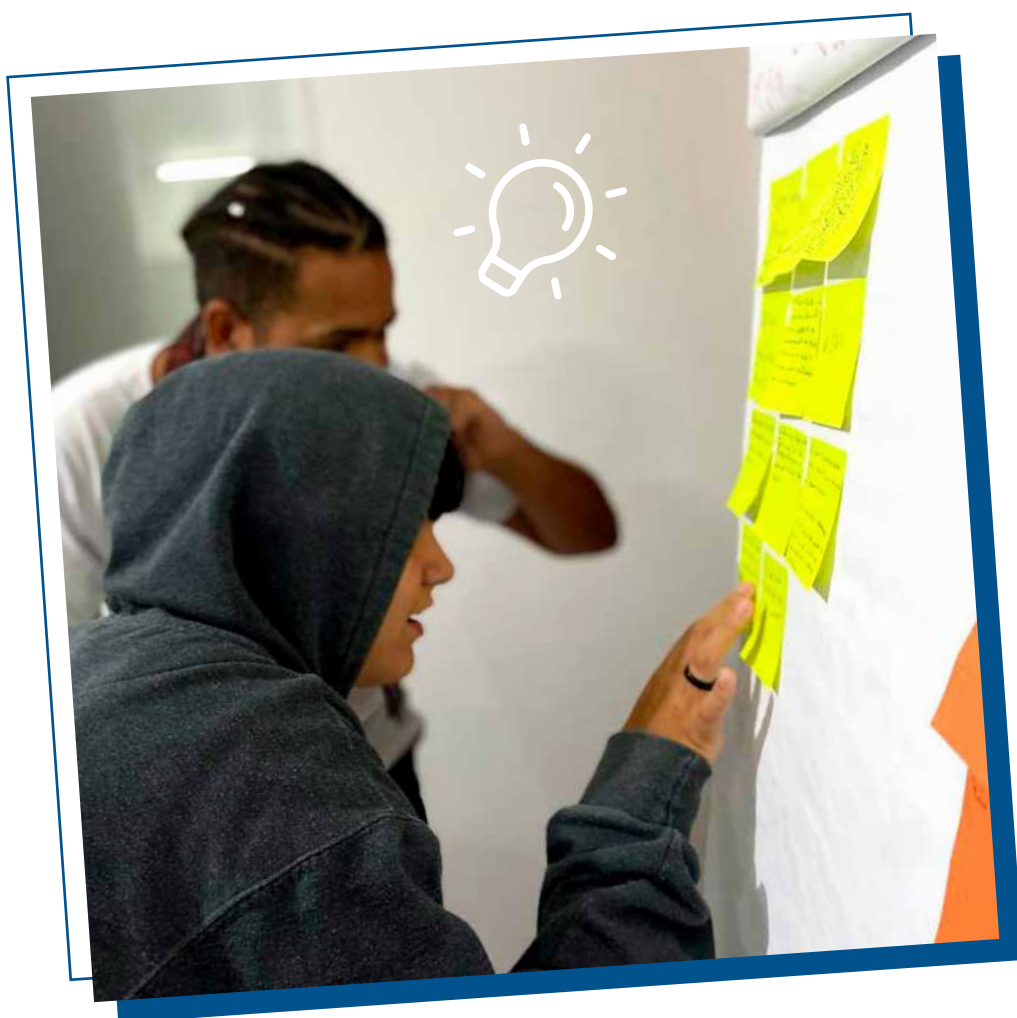
A partir de debates gerados durante toda a atividade, foi realizada uma compilação de propostas e/ou sugestões, para que fossem encaminhadas e deliberadas na apresentação de melhorias para a política pública de desenvolvimento urbano.

Avaliação:

Ao final da atividade foi realizada a avaliação, com coleta das percepções relacionadas à atividade no geral, ao conteúdo, ao tempo e à mediação.

Resultados alcançados:

Os presentes tomaram conhecimento, de forma coletiva, das diretrizes do Plano Diretor do município e debateram sobre o processo de revisão da lei. Foram construídas propostas de melhorias para a execução do Plano Diretor de Arraial do Cabo, cujas temáticas foram: Plano de Mobilidade Urbana, Fundo de Urbanismo e Conselho de Efetivação do Plano Diretor.



Aulas públicas

Local:

Núcleo Operacional de São Francisco de Itabapoana.

Data:

15/07/2023 e 29/07/2023.

Mediadores:

Luísa Santana e Pedro Campeão (educadores sociais), Kássia Figueiredo (assistente de mobilização e logística) e Ednilson Junior (mediador).

Público:

Participantes do projeto NEA-BC e demais interessados.

Tema:

Chegada de empreendimentos em São Francisco de Itabapoana e Plano Diretor.

Tempo:

4h por dia.

Objetivo:

Proporcionar uma reflexão sobre a expansão de grandes obras de infraestrutura no município de São Francisco do Itabapoana e sua relação com o planejamento do território municipal, com foco na análise do Plano Diretor.

Materiais:

Mapa municipal impresso, lápis, caneta, hidrocor, notebooks ou tablets com acesso à internet, *datashow*, telão, canetas e folhas para anotação.

Desenvolvimento:

1 – Exposição dialogada: Foram apresentados os principais empreendimentos com previsão e instalação no município, como os Portos Norte Fluminense e Central, a Usina Termelétrica de Barrinha, a Ferrovia Vitória-Rio e seus vínculos com outras atividades, como a exploração do petróleo e gás na Bacia de Campos. Em seguida, os principais e possíveis impactos e conflitos socioambientais foram apresentados, estabelecendo um vínculo entre os empreendimentos e a realidade local. Por fim, uma apresentação sobre o Plano Diretor foi feita, abordando suas principais características e realizando uma comparação com os planos de Presidente Kennedy e São João da Barra. Neste momento, o foco foi apresentar e debater a importância do mapeamento das macrozonas, um documento ausente no plano de São Francisco de Itabapoana.

2 – Análise do Plano Diretor Municipal e Mapeamento Participativo: O grupo realizou a leitura dos trechos mais relevantes do Plano Diretor municipal, buscando identificar informações sobre as zonas industriais. Em seguida, foi conduzida uma atividade prática com o tema do macrozoneamento. Os participantes se dividiram em pequenos grupos; cada um recebeu um mapa impresso do município e canetas coloridas. Eles debateram quais áreas do município estavam aptas a receber as principais atividades demarcadas no macrozoneamento, como zona industrial, turística, agricultura, preservação ambiental e expansão urbana.

A partir dos debates gerados, o grupo refletiu sobre a atualização da referida lei, desenvolvendo propostas a serem utilizadas para adequação à realidade local. Essa atividade prática promoveu a participação ativa na discussão sobre o macrozoneamento e suas implicações no desenvolvimento municipal.

3 – Construção coletiva de propostas: Para encerrar o encontro, o mediador estimulou que, com base nos dados e reflexões feitas durante a aula, o grupo pensasse em propostas para fomentar um debate sobre a revisão do Plano Diretor do município. Nessa etapa, os participantes contribuíram com ideias e sugestões que poderiam ser consideradas no processo de revisão do Plano Diretor, promovendo, assim, a participação ativa na construção das políticas públicas locais.

4- Etapa de campo: Realizou-se uma breve contextualização e uma visita técnica às áreas impactadas com a instalação do Porto Central, conforme descrito a seguir:

1ª parada: Ponte sobre o rio Itabapoana;

2ª parada: Igreja das Neves;

3ª parada: Local onde será construído o Porto Central.

Avaliação:

A avaliação da aprendizagem foi realizada durante as demais atividades do projeto, levando em consideração a participação e o envolvimento nos debates propostos. Além disso, um quiz foi aplicado no final do encontro, proporcionando um momento lúdico e descontraído para avaliar o conhecimento adquirido pelos participantes. Essa abordagem permitiu uma avaliação contínua e interativa do aprendizado ao longo da atividade.

Resultados alcançados:

Os participantes discutiram a expansão de grandes obras de infraestrutura no município de São Francisco do Itabapoana e sua relação com o planejamento do território municipal. Com foco na análise do Plano Diretor, deliberaram pela elaboração de um ofício, solicitando resposta aos ofícios protocolados anteriormente e propondo o início da discussão para a revisão do Plano Diretor em função da chegada dos referidos empreendimentos.



Roda de conversa - Atividade de articulação entre os Projetos de Educação Ambiental (PEAs)

Local:

Sede do Núcleo Operacional de Quissamã.

Data:

02/06/2023.

Mediadores:

Fábio Santos (educador social), Wellington Silva (assistente de mobilização e logística), Samara Dias (bolsista) e comissão de articulação (membros do projeto NEA-BC, Pescarte e Territórios do Petróleo).

Público:

Membros dos PEAs: NEA-BC, Territórios do Petróleo, Pescarte e comunidade local de Barra do Furado, Quissamã – RJ.

Tema:

Usina Termelétrica (UTE) em Barra do Furado: O que você vai ganhar ou perder com isso?

Tempo:

2h.

Objetivo:

Promover um momento de diálogo e reflexão sobre os possíveis impactos ambientais e socioespaciais decorrentes da iminente instalação da Usina Termelétrica (UTE) Barra do Furado.

Materiais:

Computadores, papéis, canetas, mesas, cadeiras, caixa de som e microfone. Material didático: *banners*, fotos e impressões de parte do EIA-RIMA, apresentação (PPT).

Desenvolvimento:

1º Momento – Abertura/Credenciamento: Neste momento, as pessoas foram recepcionadas pela equipe, composta pela comissão de articulação entre PEAs, que coletou os nomes em uma lista de presença e, em seguida, conduziu os participantes para o espaço reservado à atividade. Esse processo de recepção e registro é fundamental para organizar o evento e garantir a participação dos presentes.

Boas-vindas e apresentação dos PEAs: O mediador concedeu as boas-vindas aos participantes e iniciou a apresentação dos PEAs, realizada pela equipe técnica de cada projeto. Essa introdução foi importante para contextualizar os participantes sobre os programas de educação ambiental envolvidos na atividade.

2º Momento – Apresentação sobre impactos ambientais: Foi abordado, de forma sucinta, o conceito de impactos ambientais, permitindo aos participantes refletirem sobre esses impactos e sua relação com a UTE e com o dia a dia da comunidade. Essa abordagem permitiu conscientizar os participantes sobre as questões ambientais relacionadas à usina termelétrica.

3º Momento – Apresentação sobre conflitos socioespaciais: nessa segunda apresentação, os palestrantes abordaram os conflitos socioespaciais, relacionando-os aos impactos apresentados e ilustrando-os com situações cotidianas. Isso permitiu aos participantes uma compreensão mais aprofundada das questões envolvidas nos conflitos

relacionados à usina termelétrica.

4º Momento – Apresentação sobre a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA)- Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) realizada pelo PEA Pescarte: as comunitárias do projeto, pescadoras da localidade de Barra do Furado, compartilharam suas experiências e vivências, apresentando o resultado da análise do documento do EIA-RIMA da UTE Barra do Furado. Isso proporcionou uma perspectiva única e relevante, demonstrando como as comunidades locais estão envolvidas e preocupadas com os impactos do empreendimento.

5º Momento – Debate sobre o conteúdo abordado: O mediador provocou o público a compartilhar suas percepções e dúvidas em relação ao que foi apresentado, bem como a expressar suas expectativas em relação ao empreendimento. Essa interação permitiu um diálogo construtivo entre os participantes e contribuiu para uma compreensão mais aprofundada dos temas apresentados.

6º Momento – Encerramento: Ao final, o mediador agradeceu a presença e participação de todos

Avaliação:

Foi realizada de forma oral ao final da atividade.

Resultados alcançados:

Neste evento, os projetos de educação ambiental NEA-BC, Territórios do Petróleo e Pescarte apresentaram os projetos e destacaram sequencialmente abordagens temáticas relacionadas aos impactos previstos no EIA-RIMA do empreendimento da Usina Termelétrica (UTE) em Barra do Furado, que se encontra em fase de licenciamento. Com as apresentações sobre impactos ambientais, conflitos socioespaciais e com a análise do EIA-RIMA, o evento pode esclarecer esses conceitos, conduzindo os participantes a identificar as relações dos efeitos mencionados no EIA-RIMA e os conflitos socioespaciais, além de proporcionar a compreensão sobre como a instalação desse empreendimento poderá interferir no cotidiano da população local.

Oficina Gênero e raça/etnia

Local:

Núcleo Operacional de Macaé.

Data:

31/08/2023.

Mediadores:

Ana Caroline Tomaz e Dara Carvalho (educadoras contratadas) e Wagner Nunes Firmino (educador social).

Público:

Membros do Grupo Gestor Local de Macaé; lideranças comunitárias; representantes de associações, grupos e coletivos; representantes do poder público e população em geral, garantindo a diversidade sociocultural entre os participantes.

Tema:

Gênero e etnia.

Tempo:

4h.

Objetivo:

Apresentar os conceitos ligados aos temas gênero e raça/etnia e identificar, junto aos participantes, como as questões de raça e gênero estão em seu cotidiano, relacionando-os com o uso e ocupação do solo, em Macaé.

Materiais:

Computador, projetor, *post-it* colorido, canetas coloridas, cartolinas coloridas, caixa de som com microfone, papel A4 (branco), canetas esferográficas, mapa, *notebooks*, barbante e impressora.

Desenvolvimento:

Dinâmica inicial (1h)

Dinâmica da teia/rede: Cada participante escolheu um objeto em sua bolsa que representava quem eles são. Durante o debate da dinâmica, eles compartilharam os objetivos dessa roda de diálogo, explicando por que o grupo achou importante trazer esse tema e por que é essencial falar sobre o assunto. Essa atividade permitiu que os participantes compartilhassem suas perspectivas e motivos para se envolverem no diálogo, promovendo uma compreensão mais profunda e uma conexão entre os membros do grupo.

Exposição dos temas (1h30min)

A atividade iniciou com 15 minutos de exposição para cada tema, por cada educador(a). Nesse primeiro momento, não foi concedida a fala para os participantes. Os educadores utilizaram imagens, notícias e exemplos para ilustrar suas apresentações. A ordem foi escolhida pelos educadores com base no perfil do grupo e no que consideraram melhor para a compreensão dos participantes.

Após a exposição, concedeu-se a fala a todos os participantes. Nesse momento, os educadores fizeram a mediação entre o que foi apresentado com as experiências trazidas pelos participantes. Utilizaram o *flip chart* para registrar as palavras-chave relacionadas aos temas da roda de diálogo, sugeridas pelos participantes. Isso permitiu uma conexão mais direta entre as apresentações e as experiências do grupo.

Espaços seguros e políticas públicas (1h30)

Nesta etapa, os participantes foram convidados a marcar em um mapa de Macaé,

com desenhos de ruas e bairros, um lugar onde se sintam seguros e outro, inseguros. Essa atividade teve o objetivo de mapear as percepções de (in)segurança espacial no município. Além disso, as informações coletadas durante o preenchimento das fichas de inscrição também incluíram indicações de pontos seguros e inseguros do município pelos SAEs.

A partir dessas marcações, foram realizados diálogos que exploraram as interseções entre questões de raça, gênero e o direito à cidade e ao território. Essas discussões visaram construir uma relação entre o acesso a direitos e as desigualdades de gênero e raça, destacando como esses fatores podem influenciar na sensação de segurança e na percepção de espaços (in)seguros na cidade.

Avaliação:

A avaliação do encontro foi medida após a execução da roda de conversa, de maneira a verificar se os sujeitos da ação educativa e a equipe técnica envolvida no projeto compreenderam os conceitos e a essência das discussões feitas em debate, podendo aplicar os conhecimentos obtidos em seus cotidianos e na elaboração do mapa "Espaços seguros/inseguros e Políticas Públicas".

Resultados alcançados:

Os participantes construíram e compartilharam conhecimentos sobre os conceitos relacionados a gênero e raça/etnia, assim como relataram sobre as suas vivências no território e como discriminação, preconceito, machismo, racismo, entre outras formas de violência são acentuadas no município. Associaram os problemas à falta de identidade dos novos moradores com a cidade, intensificada através do aumento populacional acarretado pela presença da indústria de petróleo e gás (Macaé, capital nacional do petróleo). Refletiram sobre as violências presentes nos ambientes públicos e nos espaços de controle social. Por fim, o grupo realizou o mapeamento dos pontos (in)seguros e os locais, em Macaé, onde há presença ou ausência de políticas públicas, que integraram o mapa da Cartografia Social do NEA-BC.



Grupos de Estudo sobre o Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural

| | |
|---------------|-------------------|
| Local: | Data: |
| Quissamã. | 31/08 e 05/09/23. |

| |
|-------------------------------|
| Mediadores: |
| Educador Social Fabio Santos. |

| |
|---------------------------------------|
| Público: |
| Grupo Gestor Local do Projeto NEA-BC. |

| | |
|--------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Plano Macro. | 3h. |

| |
|--|
| Objetivo: |
| Nivelar as informações sobre o Plano Macro para promover maior compreensão dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) e analisar a proposta do Eixo 4 – "Intervenção: ações Formativas de Apoio à Gestão Ambiental Pública". |

| |
|--|
| Materiais: |
| Internet, computador, projetor, canetas, papéis, caixa de papelão, espelho, apresentação temática (PPT), materiais impressos (INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 14, DE 12 DE MAIO DE 2023 e Propostas do PARMIS para o EIXO 4). |

Desenvolvimento:

1º Momento: A dinâmica da caixa surpresa foi aplicada para introduzir o tema, proporcionando uma abordagem lúdica e destacando a perspectiva dos participantes no processo de elaboração do Plano Macro. A caixa surpresa, envolta em interrogações e contendo a frase "O segredo do sucesso do projeto NEA-BC", continha um espelho. Cada vez que um dos participantes abria a caixa, o espelho refletia a imagem de seu rosto. Essa dinâmica buscou enfatizar a importância de todos os envolvidos no projeto NEA-BC e destacou como cada participante desempenha um papel fundamental no sucesso do projeto.

2º momento: Compreensão do Plano Macro
Neste momento, o educador apresentou ao grupo os principais pontos do Plano Macro, citando documentos relacionados ao plano e fomentando a reflexão e o debate sobre o tema. Mediante a compreensão e os apontamentos do grupo, foram realizadas propostas para o eixo 4 – "Intervenção: Ações Formativas de Apoio à Gestão Ambiental Pública", caso o grupo identificasse a necessidade.

O educador utilizou as apresentações do II e III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento de Petróleo e Gás, a Instrução Normativa IBAMA Nº 14, de 12 de maio de 2023, destacando o objetivo do Plano Macro, os eixos conceituais, indicadores do programa e o organograma, demonstrando a interligação dos eixos. Além disso, versou sobre a estrutura atual, com a visualização do site do PEA-BC e dos PEAs que abarcam o programa atual, com o objetivo de permitir que os participantes compreendessem

a base das orientações da nota técnica 01/2010 do IBAMA/CGPEG/DILIC. Em seguida, o grupo analisou a estrutura da proposta do eixo 4 e debateu os possíveis pontos de melhoria para o Plano Macro.

Avaliação:

Foi realizada de forma oral, ao final da atividade.

Resultados alcançados:

Nivelamento em relação às informações sobre o processo de elaboração do Plano Macro. O educador trabalhou os pontos principais do Plano Macro de forma dialogada, com utilização de dinâmica e apresentação visual de material impresso, partindo do cenário vigente para chegar à compreensão da proposta do cenário futuro, com a implementação do Plano Macro. Os participantes discutiram e apresentaram propostas para os programas 1 e 2, do eixo 4.



Formação aberta à comunidade – Encontro educativo no Núcleo – “NEA-BC de portas abertas”

Local:

Sede do Núcleo Operacional de Quissamã.

Data:

05/10/2023.

Mediadores:

Educador Social Fabio Santos.

Público:

Grupo Gestor Local do Projeto NEA-BC e comunidade local.

Tema:

NEA-BC de portas abertas.

Tempo:

3h.

Objetivo:

Promover um espaço de diálogo e interação entre o projeto NEA-BC e a comunidade, a fim de compartilhar informações sobre mobilidade urbana, apresentar as incidências e dar visibilidade ao projeto.

Materiais:

Tenda, banners, panfletos sobre o Projeto NE-BC, tablets (Com vídeo produzido pelo GGL), *notebook*, projeto, papel, canetas, formulários, urna, jogos pedagógicos do NEA-BC.

Desenvolvimento:

A metodologia aplicada contou com as seguintes etapas:

- 1) Mobilização inicial** (abordagem e primeiro diálogo com a população, convidando a conhecer o espaço do Núcleo Operacional) – Membros do Grupo Gestor Local (GGL) realizaram este primeiro contato com as pessoas presentes na praça e no ponto de ônibus, em frente ao Núcleo, conversando e convidando para participarem da atividade.
- 2) Apresentação e aplicação do formulário sobre a situação da mobilidade no município** (ocorrida na tenda, na área externa em frente ao NO, contendo uma mesa, uma cadeira, uma urna e os formulários.) – No momento de mobilização foi aplicada uma pesquisa de satisfação com relação à mobilidade urbana de Quissamã.
- 3) Recepção** (primeiro momento dentro do espaço do NO) – Contextualização sobre o objetivo da atividade – Quando os comunitários chegaram ao núcleo, foram recebidos por outra equipe dos membros do GGL que conduzirão as próximas etapas, com suporte da equipe técnica.
- 4) Mesa de materiais** – Cartilhas do Pró-Lideranças, Materiais produzidos pelo GGL (Cartilhas e *folders*). Foram apresentados exemplares dos materiais impressos disponíveis no NO, e distribuídos alguns panfletos e cartilha sobre o projeto NEA-BC.
- 5) Exibição da animação sobre o projeto NEA-BC e a atuação do GGL de Quissamã** – Os participantes foram conduzidos a utilizar os *tablets* e fones de ouvido para assistir, individualmente, à animação produzida pelo GGL.
- 6) Apresentação dialogada de banners sobre o projeto e sobre “Mitigação de Impactos”** – Terminada a exibição da animação nos *tablets*, o GGL explicou sobre sua atuação e apresentou os banners produzidos pelo grupo.

7) Exibição do vídeo produzido pelo GGL sobre a mobilidade urbana em Quissamã e diálogo sobre as incidências do GGL – Utilizando o espaço do mezanino, os participantes tiveram um espaço de cinema, com a exibição do vídeo “Mobilize-se Já”, uma produção do GGL, construída durante uma atividade educacional em uma oficina de audiovisual. Ao final do vídeo, os convidados participaram de um momento de diálogo com o educador e alguns membros do GGL para sanar as possíveis dúvidas e falar sobre as incidências do grupo.

8) Utilização dos Jogos pedagógicos do NEA-BC (quebra-cabeças e dominó) – Ao final, os participantes foram convidados para uma rodada dos jogos pedagógicos do NEA-BC.

Avaliação:

A avaliação foi realizada no momento de saída de cada participante do espaço do NO.

Resultados alcançados:

Esta atividade propiciou ao GGL uma experiência de aproximação com a comunidade, dando visibilidade ao projeto e fazendo do espaço do NO um ambiente de diálogo e interação entre o projeto NEA-BC e a população local, que pode receber informações sobre mobilidade urbana, educação ambiental e impactos da cadeia produtiva do petróleo, através dos diálogos, vídeos e jogos pedagógicos do NEA-BC. Para além disso, o GGL pode apresentar as incidências alcançadas no município.



Encontro Educativo

Local:

Escola Francisco Porto de Aguiar, Centro, Arraial do Cabo.

Data:

16/06/2016.

Mediadores:

Priscila Amaro (Educadora Social; Mariana Araújo e Lucas Barbosa (Assistentes de Mobilização e Logística.

Público:

Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC (GGL) e alunos da escola Francisco Porto de Aguiar.

Tema:

Processo Eleitoral.

Tempo:

3h.

Objetivo:

Construir conhecimento e fomentar a reflexão a respeito da importância do voto e da participação social nos espaços de deliberação.

Materiais:

Urna feita de papelão, cédulas feitas de papel, crachás para os candidatos fictícios, fichas dos jogos dos conceitos, papéis e canetas-piloto.

Desenvolvimento:

A metodologia aplicada contou com as seguintes etapas:

- 1) Apresentação do GGL e montagem do quadro de palavras (participação social e política, políticas públicas, liberdade, educação libertadora, controle social, democracia, alienação, nepotismo, cooptação e direito);
- 2) Contextualização sobre o objetivo e a temática da atividade;
- 3) Representação teatral de um processo eleitoral, com a turma: escolha de um nome fantasia para a “cidade”; apresentação de dois candidatos(as) à Prefeitura dessa cidade; debate de cada candidato com o grupo da “população” escolhido; conversa entre toda a população; e voto.
- 4) Debate com a turma, utilizando as palavras do quadro e fazendo referência ao processo eleitoral realizado.
- 5) Contagem dos votos e declaração do vencedor
- 6) Reflexão final.

Avaliação:

A avaliação formativa foi realizada a partir da participação dos jovens durante todas as etapas de realização da atividade.

Resultados alcançados:

Participaram dos encontros quatro turmas, sendo um total de 96 alunos. Em três turmas a atividade foi acompanhada pelas professoras, que depois concederam um retorno positivo ao grupo. Em geral os alunos foram participativos e a atividade gerou reflexões sobre o processo eleitoral e interesse em conhecer o projeto.

Oficina de Educação Ambiental para o Processo de Gestão Ambiental

| | |
|--------------------------------------|----------------|
| Local: | Data: |
| Os 13 municípios da Bacia de Campos. | julho de 2017. |

| |
|---|
| Mediadores: |
| Sandra Miscali, Rachel Carvalho, Fabiana Reis, Isroberta Araújo, Euline Alves e Fernanda Santos (equipe de gestão). |

| |
|--|
| Público: |
| Participantes do Pró-Lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade. |

| | |
|--|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Oficina de Educação Ambiental para o Processo de Gestão Ambiental. | De 4h a 6h. |

| |
|---|
| Objetivo: |
| Fomentar o conhecimento dos sujeitos da ação educativa do Pró-Lideranças III sobre o Meio Ambiente, a Educação Ambiental, o Licenciamento Ambiental e a Gestão Ambiental Pública, considerando a relevância da interdependência sociocultural, política, econômica e ecológica em zonas urbanas e rurais. |

| |
|---|
| Materiais: |
| Papel pardo, <i>pilots</i> , canetas, lápis, revistas e jornais; móveis/varal com fotos com cenários internacionais, nacionais, estaduais e municipais para linha do tempo do meio ambiente e educação ambiental; jogo educativo – <i>poker</i> do Licenciamento Ambiental; projetor de <i>slides</i> ; jogo da Memória – Programa e projetos de educação ambiental da Bacia de Campos; mapa da Bacia de Campos e post-its. |

| |
|---|
| Desenvolvimento: |
| <p>1) Construindo o conceito de ambiente: trabalho em grupo – Levando em consideração a metodologia da problematização, partiu-se da realidade dos participantes, divididos em grupos. Por meio de cartazes, expressaram o conceito de ambiente.</p> <p>2) Linha do tempo e apresentação da política ambiental – Após a apresentação dos cartazes, as mediadoras construíram com os participantes o conceito de ambiente, a partir das políticas públicas expostas numa linha do tempo. Foram utilizados móveis/varais com fotos de cenários internacionais, nacionais, estaduais e municipais.</p> <p>3) Poker do Licenciamento Ambiental – Os participantes se dividiram em grupos e receberam cartas com as etapas do licenciamento ambiental federal. A proposta do jogo era entender as etapas e colocar as cartas em ordem, seguindo o processo de concessão de licença.</p> <p>4) Apresentação do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) e Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 – Foi realizada a apresentação sobre os elementos da Nota Técnica e os principais atores e instituições, que compõem o cenário do licenciamento ambiental, seguida pela retomada do conceito de Educação Ambiental Crítica na Gestão Ambiental por meio da apresentação de <i>slides</i>.</p> |

5) Jogo da Memória do PEA-BC – Durante esta etapa, foi montado um painel de cartas com informações sobre o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Os participantes foram convidados a correlacionar as cartas correspondentes aos seus pares, por exemplo, “Órgão fiscalizador – Ibama”. Isso permitiu que os participantes conhecessem e compreendessem melhor os atores e instituições envolvidos no licenciamento ambiental e na gestão ambiental da região.

6) Painel de impactos – Nesta etapa, os participantes produziram um mapa do município com os tipos de impacto identificados em sua realidade, decorrentes da exploração do petróleo e gás. Para isso, receberam um mapa impresso e etiquetas coloridas, que utilizaram para identificar os impactos negativos e positivos. Além disso, foram estimulados a pensar em formas de solucionar os impactos negativos por meio do projeto de educação ambiental vinculado à Nota Técnica 01/2010. Essa atividade permitiu que os participantes refletissem sobre os impactos da indústria do petróleo e gás em sua região e contribuíssem com propostas de soluções dentro do contexto da educação ambiental.

| |
|--|
| Avaliação: |
| A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi formativa, observando a participação e as interações durante a oficina. Além disso, as peças produzidas pelo grupo forneceram <i>insights</i> sobre a percepção do grupo em relação à Educação Ambiental no contexto da Gestão Ambiental. Para avaliar o desempenho na atividade foi aplicado um questionário. Isso permitiu uma avaliação mais abrangente e uma compreensão aprofundada do aprendizado e da eficácia da oficina. |

| |
|---|
| Resultados alcançados: |
| Os participantes trocaram conhecimento sobre a gestão ambiental e seus processos, utilizando estes conhecimentos na atuação do GGL. O grupo de Búzios fez uma incidência política no Conselho Municipal de Meio Ambiente para ampliação da educação ambiental no município. O GGL de Arraial fez uma intervenção na Audiência Pública da etapa 3 do Pré-sal na Bacia de Santos e no Conselho de Segurança. Em São Francisco de Itabapoana, os participantes diagnosticaram que, na implantação do Porto de Kennedy, não houve consulta à população local. |



Oficina sobre globalização e realidade local

Local:

Os 13 municípios da Bacia de Campos.

Data:

Setembro, outubro e dezembro de 2017.

Mediadores:

Reginaldo Firmo Júnior (educador contratado).

Público:

Participantes do Pró-lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Globalização e Realidade Local.

Tempo:

De 4h a 6h.

Objetivo:

Compreender as características do processo de globalização, no mundo contemporâneo, da escala local à escala global.

Materiais:

Estrutura para apresentação de PPT (*PowerPoint*), com som (*datashow*); folha de papel A4; *post-it* e canetas; mapa-múndi e mapas municipais; reportagens de jornais; jogo da memória.

Desenvolvimento:

1º Momento / Etapa:

A primeira atividade do Encontro de Aprendizagem teve como objetivo criar um ambiente favorável para as discussões. Para isso foi realizado uma dinâmica de quebra-gelo. Os participantes se organizaram em círculo ou fila. A dinâmica começou com o primeiro participante recebendo uma folha A4 contendo uma pergunta, como "O que é globalização?" ou "O que é mídia?". O primeiro participante respondeu à pergunta em uma única linha e, em seguida, dobrou a parte da folha que contém a pergunta, de modo que os demais não podiam lê-la. O próximo participante, que não teve conhecimento da pergunta, baseando a sua resposta apenas na linha escrita pelo participante anterior. Ele também dobrou a folha, cobrindo a pergunta original, e passou para o próximo participante. E assim por diante, até o final da fila.

Após a conclusão da dinâmica, o educador, mediador da atividade, leu em voz alta todas as linhas escritas pelos participantes, revelando como a informação foi transmitida e transformada ao longo do processo. Essa dinâmica destacou como a comunicação e a compreensão de um tópico puderam ser influenciadas pela interpretação e perspectiva de cada indivíduo.

2º Momento / Etapa:

A atividade foi realizada por meio de uma representação do planeta Terra, com logomarcas de multinacionais diversas, como: *Petrobras*, *Shell*, *HP*, *Ford*, *Coca-Cola*, *Nestlé*, entre outras. Os sujeitos da ação educativa foram questionados sobre a nacionalidade dessas empresas e se possuíam alguma filial em seu município ou algum lugar conhecido. Trabalhou-se o viés econômico da globalização, com a utilização do mapa-múndi, nomeando e localizando os países sedes das multinacionais. Em seguida, foram exibidos vídeos de curta duração sobre comerciais da Copa do Mundo de 2014, demonstrando

seu caráter financeiro. Pelos vídeos, foi possível identificar que cada país fez seu próprio comercial para falar da Copa do Mundo, direcionando-o à exaltação da nação para o espetáculo futebolístico. Para vincular ao conteúdo, foi conceituada a globalização, segundo os critérios do Milton Santos. Usaram-se mapas da globalização das comidas, que representam culturas locais e se tornaram franquias mundiais, como: hambúrguer, sushi, pizza e kebab. Com vistas a finalizar esse momento, houve um jogo da memória, para lembrar as multinacionais e suas respectivas nacionalidades, vinculando com a realidade. O objetivo era identificar, no cenário local, a presença dessas empresas, refletindo sobre o seu papel no desenvolvimento regional.

3º Momento / Etapa:

Exibição dos mapas de fluxos de redes, utilizados pela globalização: transporte (portos, aeroportos e rodovias); rede de turismo (lugares mais visitados e suas relações) e rede de comunicação; mapa da nacionalidade das maiores corporações do mundo. Ao tratar as redes de comunicações, o papel da mídia foi discutido, com o auxílio de um vídeo editado sobre o documentário "O mundo visto do lado de cá". Foi realizada uma roda de debate. Por fim, foi realizada uma dinâmica de grupo, em que os participantes foram dispostos em grupos de 4 a 6 pessoas. Cada grupo recebeu duas reportagens impressas, de mídias diferentes, com abordagem do mesmo assunto: era digital e consumismo. Para trabalhar a parcialidade das mídias, os sujeitos da ação educativa fizeram uma atividade em que produziram uma reportagem, de acordo com as orientações dadas pelo educador.

4º Momento / Etapa:

No quarto momento, o *ranking* econômico dos países e seus respectivos IDHs foram apresentados. Em seguida, o educador trabalhou, em conjunto com os sujeitos da ação educativa, os mapas dos municípios, estabelecendo conexões entre as realidades locais e o processo de globalização. Nessa etapa, as dimensões sociais, políticas e culturais foram destacadas, e os participantes foram convidados a debater sobre a criação de alternativas locais, considerando a predominância das questões econômicas em relação às demais dimensões da globalização. O conceito de cultura popular e cultura de massa de Milton Santos foi utilizado.

Avaliação:

Os momentos do Encontro de Aprendizagem foram marcados pelo processo formativo, com ênfase na participação ativa, debates, reflexões e trocas entre os participantes ao longo da atividade.

No encerramento, foi aplicada uma avaliação de desempenho da atividade, por meio de um questionário avaliativo, com o objetivo de coletar *feedback* e avaliar o impacto do encontro.

Resultados alcançados:

Aprendizado sobre o conceito de globalização, segundo Milton Santos: fábula, perversidade e possibilidade; análise sobre o poder da mídia e o papel das multinacionais; compreensão acerca das influências da globalização na realidade local; reflexão sobre tecnologia e consumo; levantamento dos problemas sociais; e apresentação de impactos ambientais dos municípios.

Oficina sobre a formação do estado brasileiro e participação social

Local:

Os 13 municípios da Bacia de Campos.

Data:

Julho, agosto e setembro de 2017.

Mediadores:

Marcos Abrão Ribeiro e Diego Carvalhar (educadores contratados).

Público:

Participantes do Pró-Lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Formação do Estado Brasileiro e Participação Social.

Tempo:

De 4h a 6h.

Objetivo:

Proporcionar aos participantes uma visão abrangente e crítica sobre a formação social e política brasileira, desde o início da colonização portuguesa até os conflitos políticos contemporâneos, como a corrupção sistêmica que atinge todas as esferas de poder da Federação.

Materiais:

Tarjetas de papel, canetas, *pilots*, linha do tempo com imagens e dados sobre o histórico do Brasil, jogo educativo: dominó da Formação do Estado brasileiro.

Desenvolvimento:

1) Apresentação inicial e acordo de convivência: os educadores fizeram a apresentação do minicurso da Formação do Estado brasileiro e reforçaram as propostas do acordo de convivência já construídas pelos educandos.

2) Dinâmica inicial – construindo o conceito de Estado: esta dinâmica foi realizada em grupos e seguiu os parâmetros da metodologia da problematização, que leva em conta a realidade dos educandos. Os alunos sistematizaram o conceito de Estado a partir de suas vivências. Os grupos receberam uma tarjeta e uma caneta para expressarem no papel o conceito construído em grupo. Após a construção do conceito, cada grupo apresentou sua produção.

3) Dialogando sobre a Formação do Estado Brasileiro através da Linha do Tempo da História: Na atividade, foi realizada a apresentação do conteúdo sobre a formação do Estado brasileiro, abordando fatos históricos, processos e fenômenos sociais e políticos que demonstram a dinâmica de construção do Estado brasileiro e da participação social. Essa estratégia foi utilizada para auxiliar os educadores na exposição do conteúdo, com cartazes contendo pontos de cada tópico do conteúdo, acompanhados de fotos e imagens que ilustravam cada período da história brasileira.

4) Dominó da Formação do Estado brasileiro: O jogo de dominó com conceitos e definições cruzadas foi uma estratégia eficaz para envolver os participantes e incentivá-los a pensar criticamente sobre os tópicos apresentados. Além disso, ao jogar em grupos, os participantes puderam colaborar e discutir os conceitos, o que promoveu a aprendizagem colaborativa.

Avaliação:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi realizada durante a oficina, mediante a atividade inicial, na qual foram levantados os conceitos trazidos pelos educandos e a final, à medida que os conceitos foram sendo revisados, indicando o grau de apreensão dos conteúdos pelo grupo. A avaliação de desempenho foi realizada em consonância com o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Associação NEA-BC (2017), por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Resultados alcançados:

Reflexão sobre atualidade, considerando a formação histórica do país; compreensão sobre correlação de forças, desigualdade social e as demandas da sociedade; entendimento sobre os 3 poderes e a obrigação do Estado com os cidadãos; compreensão de conceitos como patriarcalismo, escravidão, racismo, cidadania, coronelismo, clientelismo, democracia, entre outros; conhecimento sobre o surgimento dos movimentos sociais no país. O grupo de Macaé salientou que o EA4 contribuiu para a prova do ENEM e em Saquarema um sujeito da ação educativa aplicou o conhecimento no colégio com os outros alunos.



Formação sobre lideranças comunitárias

Local:

Os 13 municípios da Bacia de Campos.

Data:

Julho e agosto de 2017.

Mediadores:

Fransérgio Goulart (educador contratado).

Público:

Participantes do Pró-lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Lideranças Comunitárias.

Tempo:

De 4h a 6h.

Objetivo:

Refletir sobre o papel da liderança comunitária como gestora de uma comunidade sustentável.

Materiais:

Cartolina, papel, *pilots* e canetas, projetor de *slides*.

Desenvolvimento:

1) Apresentação dos (as) participantes (15 minutos);

2) Dinâmica do Ratatá (40 minutos) - Os participantes formaram um círculo. O educador contou a história de uma comunidade: "Há algum tempo, um morador da comunidade 'X' percebeu que a maioria das pessoas nessa comunidade estava se comportando de uma maneira muito similar - agindo como robôs. No dia seguinte, o facilitador, representando esse morador, propôs uma reflexão: por que todos agem assim? Falando em voz alta, ele sugeriu que fizessem algo diferente. Enquanto ainda estavam formando um círculo, como robôs, ele marchou, gritou e bateu nas mãos, fazendo um som de 'ratatá' - nesse momento, ele observou como os participantes se sentiam e se comunicavam. Logo depois, o morador (dynamizador) propôs um 'ratatá' ainda mais diferente.

Sugeriu que um participante criasse um 'ratatá' diferente junto com ele. Em seguida, todos representaram essa nova imagem, pedindo que dissessem 'ratatá, guri guri.' A ideia era que, ao longo da dinâmica, os moradores (participantes) se sentissem mais acolhidos e que experimentassem várias formas diferentes de 'ratatá', sempre incentivando a participação de mais um integrante na atividade. No final, o mediador propôs um 'ratatá' coletivo, com o objetivo de demonstrar que a mobilização das comunidades requer abordagens diversificadas."

3) Mapa de Construção de uma Liderança Comunitária (60 minutos) - O educador dividiu os participantes em grupos e solicitou que construíssem um mapa com características de uma liderança comunitária. Nesse mapa, eles apontaram os desafios de construção de uma liderança comunitária. Em seguida, promoveram um debate. Para essa atividade, em cada grupo, havia um participante destacado para fazer uma observação de como o trabalho foi conduzido e como os membros dos grupos participaram.

4) Construindo uma liderança a partir do processo de Gestão Coletiva (50 minutos)

O educador dividiu os participantes em grupos e solicitou que construíssem um mapa com características de uma liderança comunitária. Nesse mapa, apontaram os desafios da construção de uma liderança comunitária. Em seguida, promoveram um debate. Para essa atividade, em cada grupo, havia um participante destacado para fazer uma observação de como o trabalho foi conduzido e como os membros dos grupos participaram.

5) Apresentação de slides sobre o trabalho da liderança comunitária democrática. (50 minutos) - O dinamizador apresentou *slides* sobre liderança comunitária, estabelecendo o diálogo com o que seria construído.

6) Ferramentas para construir uma liderança comunitária democrática e o trabalho comunitário (50 minutos) - O educador apresentou uma proposta de instrumento (plano de ação) que permitirá diagnosticar, planejar, comunicar, monitorar e avaliar o trabalho

Avaliação:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi realizada a partir da construção de uma ficha com o perfil de atributos e competências necessárias para a formação de uma liderança comunitária, preenchida por cada participante da atividade. Ao final, os participantes elaboraram um perfil de liderança comunitária para o projeto NEA-BC, com base nas discussões realizadas durante a atividade. A avaliação de desempenho da atividade foi conduzida por meio de um questionário.

Resultados alcançados:

Entendimento do conceito de liderança comunitária; identificação de lideranças comunitárias, inclusive entre os participantes do Pró-Lideranças e no GGL; reflexão sobre a realidade e o papel das lideranças; conscientização sobre a importância de lideranças comunitárias; identificação de perfis de lideranças: mediadores, fomentadores, que têm atitude e visão. Em Macaé, uma comunitária aplicou os conhecimentos do EA no grêmio estudantil, disseminando a metodologias, a fim de construir outras lideranças. Participantes de Saquarema relataram que o conhecimento construído durante a oficina foi compartilhado com outras pessoas da comunidade.

Oficina sobre políticas públicas

Local:

Os 13 municípios da Bacia de Campos.

Data:

Agosto, setembro e outubro de 2017.

Mediadores:

Leandro Fernandes Viana e Felipe Amaral de Vasconcellos (educadores contratados).

Público:

Participantes do Pró-lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Políticas Públicas.

Tempo:

De 4h a 6h.

Objetivo:

Realizar os encontros de aprendizagem planejados no eixo temático de políticas públicas, inserido no Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças III, visando estimular a reflexão crítica e ampliar o conhecimento sobre o processo de planejamento e consolidação das políticas públicas.

Materiais:

Banner com relógio (evidenciando as 24h de um dia); cartolina, papel, pilotes e canetas; projetor de slides; bombons ou outro elemento simbólico.

Desenvolvimento:

1) Como perceber as políticas públicas no cotidiano?

Relógio Rotina Diária - Para construir o conceito e os tipos de políticas públicas, foi elaborado um diagnóstico com a participação dos envolvidos, destacando as principais questões e desafios relacionados às políticas públicas em seus territórios do dia a dia. Durante esse processo, houve uma integração e articulação de saberes entre os participantes, com a troca de experiências e informações. Foi criado coletivamente um "relógio das rotinas", no qual foram registradas as ações realizadas ao longo de 24 horas. A partir dessa identificação das atividades, as políticas públicas relevantes foram listadas, auxiliando na compreensão de sua importância na vida cotidiana.

2) Raio X das Políticas Públicas – Entender para Transformar - Exposição Dialogada

A partir dos elementos trazidos pelos participantes na atividade anterior, a exposição dialogada abordou os conteúdos relacionados às fases, ao histórico e ao financiamento das políticas públicas. Nesta estratégia, o foco principal foi o diálogo entre os educandos e o educador, proporcionando um espaço para questionamentos, críticas, discussões e reflexões. O conhecimento foi compartilhado por meio da exposição dialogada, com o auxílio de slides e cartazes que apresentavam informações através de gráficos, tabelas, esquemas e resolução de situações-problema.

3) Dinâmica de Encerramento - Passa ou Repassa

Para concluir os debates que serão levantados pelos grupos, foi realizado um jogo com o objetivo de resumir e assimilar as discussões produzidas nos grupos, promovendo um clima de descontração e relaxamento entre os participantes. Os participantes foram divididos em grupos para responder perguntas sobre o conteúdo abordado. O grupo

que não soube responder passou a vez para o próximo. Ao final, o educador entregou bombons (ou outro elemento simbólico) para todos os participantes, independentemente do grupo que acertou mais perguntas.

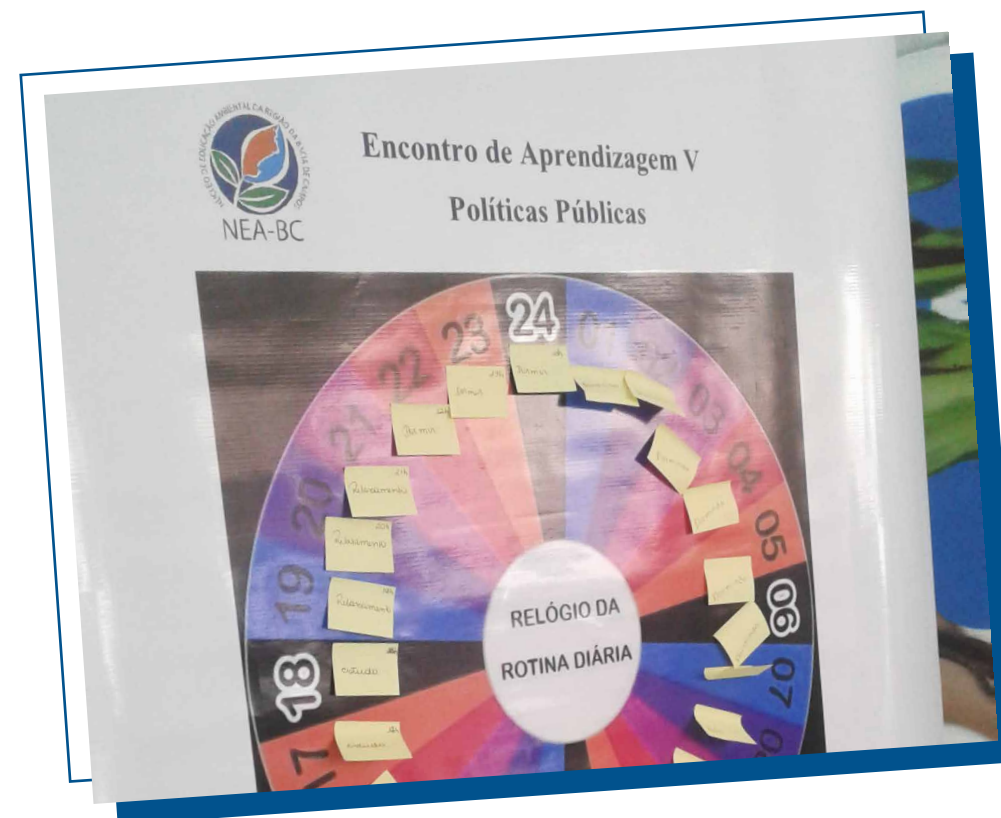
Avaliação:

O processo de ensino-aprendizagem foi pautado na avaliação formativa durante toda a atividade de aprendizagem – na fase inicial (Relógio Rotina Diária), para compreender os conceitos trazidos pelos sujeitos; na fase de desenvolvimento (exposição dialogada), para verificar se o aprendizado está ocorrendo conforme o planejado e ao final (Passa ou Repassa), para revisar os conhecimentos construídos.

A avaliação de desempenho foi por meio de um formulário com perguntas abertas e fechadas, ao final da oficina.

Resultados alcançados:

Os partícipes construíram e compartilharam conhecimento sobre políticas públicas que fomentaram as ações dos grupos. Em Quissamã, os participantes novos ressaltaram que, a partir deste encontro compreenderam melhor o que são políticas públicas. Os jovens assumiram a Câmara Jovem no município; proposta de investimento e continuidade do turismo local, com a valorização do potencial turístico; passaram a olhar os problemas sociais de outra forma, e também, a atuação do poder público e as formas de participação social. Uma participante do Pró-Lideranças assumiu uma cadeira no Conselho de Juventude. Os comunitários de Macaé focaram no conhecimento das políticas públicas de juventude, primando pela implementação do Conselho Municipal de Juventude. Em Saquarema, um participante ponderou que utilizou o conhecimento na faculdade.



Roda de diálogo sobre gênero, raça/etnia e juventude

Local:

Os 13 municípios da Bacia de Campos.

Data:

Novembro de 2017.

Mediadores:

Solange Dacach, Maria Olina Souza, Patrick Melo (educadores contratados).

Público:

Participantes do Pró-Lideranças III: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Gênero, Raça/Etnia, Juventude.

Tempo:

De 4h a 6h.

Objetivo:

Apresentar conceitos e definições de gênero, raça/etnia e juventude, na perspectiva da interseccionalidade e dos direitos humanos, a partir da localização dos sujeitos políticos (mulheres, homens, negros, jovens e demais faixas etárias) focando na história da sociedade brasileira, cultura, movimentos sociais e participação política, considerando o potencial de mobilização, organização e incidência política dos(as) referidos(as) atores e atrizes no diálogo com as políticas públicas (demandas, conquistas, perspectivas), a partir de exemplos concretos.

Materiais:

Projetor, computador, *flip chart*, canetas *pilot*, caixa de som.

Desenvolvimento:

Essa oficina utilizou a metodologia de roda de diálogo, com três educadores, responsáveis por cada tema. As atividades foram desenvolvidas da seguinte forma:

1. Os ritmos da diversidade: Para desenvolvimento da atividade, todos estavam posicionados em círculo (em pé). Na sequência, de forma silenciosa, foi proposto um exercício de expressão corporal. Posteriormente, tocaram diversos ritmos musicais, e os participantes foram desafiados a se movimentar (dançar) de acordo com o ritmo.

2. Apresentação: Iniciou com a apresentação dos(as) participantes. Cada um falou o seu nome e o ritmo com o qual mais se identificou/motivo.

3. Conceitos e suas definições: Indagação sobre o que entendiam dos temas propostos. Apresentação dos conceitos de Gênero; Raça/Etnia; Juventude. Três painéis (escritos anteriormente) com os conceitos e suas definições foram afixados na parede para serem retomados a qualquer momento que se fizer necessário.

4. Avenidas e vidas (teatro):

4.1. Os sujeitos da ação educativa foram divididos em grupos, de acordo com o número de participantes. Cada grupo escolheu um nome, a exemplo: Coletivo de Teatro.

4.2. Cada coletivo recebeu flipetas contendo sugestões de personagens e situações possíveis. Exemplos do conteúdo de um dos envelopes no quesito personagens: mãe, pai, filha, filho, professor. No quesito situação: racismo, solidariedade, possibilidade de mobilização contra o racismo e política pública que considerarem importante.

4.3. Com tais elementos, criaram um ato cênico.

Apresentação das cenas teatrais

5. Roda de diálogo:

5.1. Instrutores(as) chamaram para a roda de diálogo

5.2. Os educadores solicitaram que os sujeitos da ação educativa dessem sua impressão sobre os temas em relação a algum ato/fala da cena que quiserem. Os(as) educadores(as) anotaram simultaneamente em um painel os argumentos ou questionamentos por eles(as) apresentados que serviram de subsídios às suas falas.

5.3. Exposição temática, segundo o seguinte roteiro:

A) Retomada dos conceitos e definições (já expostos nos painéis)

B) Formação (história, política e cultural) das identidades de gênero; raça/etnia, juventude na sociedade brasileira;

C) Relações de gênero; interraciais; intergeracionais (incluindo as orientações sexuais);

D) Movimentos sociais e demandas;

E) Conquistas de direitos e políticas públicas no que tange a cada segmento: educação, trabalho, saúde, segurança, representatividade e poder político;

F) Espaços de controle social e incidência política (Conselhos, Secretaria Especiais, Delegacias da Mulher) referentes às questões de gênero, raça/etnia, juventude. E nos municípios?

G) Os desafios atuais em relação aos direitos adquiridos;

H) O papel das mídias. Formas de expressão e mobilização.

Debate

5.4 Apresentação de vídeos curtos sobre cada tema como aquecimento para o debate

5.5. Debate (2 minutos para cada participante).

5.6. Os(as) educadores(as) arguiram no final, considerando as falas dos/as participantes.

Avaliação:

Foi avaliado com sujeitos da ação educativa o que entenderam sobre a perspectiva da interseção entre gênero, raça/etnia e juventude e a importância deste "olhar crítico no que concerne as temáticas apresentadas", além do preenchimento do formulário de avaliação prevista pelo próprio NEA-BC, para análise do processo de ensino-aprendizagem.

Resultados alcançados:

A atividade contou com intensa participação dos sujeitos da ação educativa, que relataram terem sentido liberdade de expressão, identificação com o tema abordado, representatividade e sentimento de pertencimento durante a atividade. Os participantes avaliaram que a roda de conversa fomentou o crescimento enquanto cidadãos, a valorização das diferenças, o amadurecimento do grupo em relação ao comportamento e respeito com as demais pessoas, resultado da mudança de visão para questões de etnia, juventude e gênero. Em Campos dos Goytacazes, os GGLs realizaram atividades formativas do plano de trabalho com base nos temas debatidos durante a roda; Macaé realizou debate sobre etnia/raça e gênero como atividade do Plano de Trabalho; em Saquarema, um sujeito da ação educativa aplicou o conhecimento no colégio em que estuda; em Casimiro de Abreu, o encontro fomentou o desejo pela implementação do Conselho de Juventude.

Oficina sobre saneamento básico

Local:

Núcleo Operacional do NEA-BC de Arraial do Cabo.

Data:

De 31/10/2016 a 24/06/2017.

Mediadores:

Fábio Oliveira (educador social), Mariana Araujo (assistente de mobilização e logística) e Fabiana Reis (coordenadora de educação).

Público:

Membros do projeto NEA-BC.

Tema:

Saneamento Básico.

Tempo:

30h.

Objetivo:

Compreender a política pública de saneamento básico como um direito; conhecer a realidade da temática na cidade; e apresentar as ferramentas para o exercício do controle social do saneamento básico.

Materiais:

Tarjetas, canetas, barbante, fita adesiva, *post-it*, *flip chart*, projetor, computador, adesivos, cartolina, pincéis, tintas, caixa de som, microfone, jogos artesanais (*twister*, memória, conceitos).

Desenvolvimento:

A metodologia será desenvolvida em três dias de atividade, contando com as seguintes etapas:

Dia 1

Dinâmica reflexivo-associativa ao tema

A atividade foi iniciada com uma breve contextualização do tema, seguida por uma dinâmica de aproximação dos participantes com a temática. Os participantes foram divididos em grupos, com a tarefa de construir um cenário atual relacionado às questões de saneamento básico. Cada grupo teve acesso a recortes, imagens, notícias e documentos que abordavam situações cotidianas relacionadas ao saneamento. Posteriormente, os grupos apresentaram os cenários criados em relação ao saneamento. Em seguida, foi realizada uma contextualização geral dos cenários, destacando os quatro eixos do saneamento (abastecimento de água, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem).

Apresentação dos eixos do saneamento

Neste momento foi exibido o vídeo, "as 4 vertentes do saneamento básico", que trará de forma dinâmica cada eixo do saneamento. A partir da exibição, foi proposta uma roda de conversa, em que os participantes puderam trazer suas impressões e reflexões baseadas nos eixos e sua situação no município.

Saneamento como direito

Neste momento, parte-se da pergunta norteadora "o que é que garante o direito ao saneamento?" Foi adotada a metodologia de "chuva de ideias", na qual os participantes foram apresentando, de forma oral, suas reflexões sobre a pergunta. Em seguida uma nova pergunta "como a gente cobra esses direitos?" Inicia-se uma nova "chuva de

ideias". Após, foram apresentados os principais instrumentos que regem o saneamento no Brasil, com destaque para os que garantem o saneamento como direito básico e o exercício do controle social.

Dia 2

Recapitulando o encontro anterior

Os participantes foram convidados a apresentar os destaques do primeiro dia da oficina, com o objetivo de nivelar o conhecimento adquirido na primeira oficina e resumir os tópicos abordados. Questionou-se sobre os quatro eixos do saneamento e como avaliaram os serviços relacionados a eles. Foi realizada uma breve revisão do encontro anterior, destacando a existência de uma base legal que regula a política pública e o acesso da população a esse direito.

Base legal

Nesta etapa, a proposta foi apresentar as legislações e documentos que regem o saneamento. Isso incluiu destacar os artigos 1, 6 e 225 da Constituição Federal de 1988, que tratam do direito ao saneamento, bem como os artigos 21, 23, 25 e 30, que estabelecem as competências relacionadas. Além disso, foi necessário apresentar a Lei 11.445/2007, que versa sobre o Saneamento Básico, e outras legislações correlatas. Quando disponível, o Plano Municipal de Saneamento Básico da cidade também deve ser apresentado.

Responsabilidade compartilhada

A proposta deste momento da oficina foi apresentar os atores responsáveis por cada serviço de saneamento na cidade. Para isso, os participantes receberam crachás com o nome dos órgãos, instituições e setores responsáveis pela elaboração, execução, fiscalização e avaliação da política pública de saneamento. Conforme os crachás eram entregues, foi perguntado se as pessoas sabiam qual era a atribuição de cada entidade e explicada a função de cada uma delas. Os crachás incluíram atores federais, estaduais e municipais, bem como a sociedade. O número de representantes da população foi maior, refletindo a realidade.

Após a distribuição dos crachás, os participantes formaram um círculo e receberam um rolo de barbante. O segmento federal começou lançando o barbante e segurando a sua ponta, de acordo com a hierarquia observada entre os segmentos, com justificativas por sua escolha. Isso foi seguido pelos demais segmentos. Após todos lançarem o rolo de barbante, formando uma espécie de "rede", foi perguntado a cada um o que eles esperavam para o saneamento de sua cidade. As expectativas foram anotadas em tarjetas pelo mediador da atividade.

Depois de anotar as expectativas, o mediador acessou as interconexões geradas pelos encontros dos barbantes e equilibrou as tarjetas na rede formada pelo barbante. Em seguida, ele conduziu uma reflexão sobre o fato de que, para os desejos individuais se tornarem coletivos, é necessário equilibrar as responsabilidades entre os diferentes atores e a sociedade. Neste momento, foi solicitado que as instituições federais soltassem a ponta do barbante, seguidas pelas instituições estaduais e municipais. A ideia foi refletir sobre a responsabilidade compartilhada na gestão do saneamento.

Fechamento do dia 2

Os participantes foram convidados a um diálogo aberto com base na dinâmica anterior, no qual pretendeu consolidar a aprendizagem e fortalecer a compreensão da importância do exercício do controle social.

Dia 3

Visitas Técnicas

Foram realizadas visitas técnicas junto aos participantes com vistas a conhecer como se dá o saneamento da cidade.

Dia 4

Culminância das formações sobre saneamento

A atividade começou com uma breve explicação das etapas da oficina e das temáticas trabalhadas. O objetivo das atividades deste dia foi encerrar a oficina, consolidando todo o aprendizado adquirido. Foi proposto um jogo de conceitos, que consistiu em disponibilizar cartas com o nome de um tema relacionado ao conteúdo trabalhado e cartas com o conceito da temática. As cartas foram distribuídas de forma que cada participante ficasse com uma carta apenas. Aqueles que ficaram com a palavra tentaram defini-la com base em seu conhecimento e aqueles que estavam com o conceito fizeram a leitura para fortalecer a compreensão do tema.

Twister do controle social

A proposta aqui foi simular o jogo *Twister* tradicional. Os participantes ficaram sobre uma base com círculos coloridos alocados de forma vertical e usaram pés e mãos para realizar as conexões definidas em uma roleta. A roleta continha indicações para o pé direito, pé esquerdo, mão direita e mão esquerda, todas com a opção de quatro cores, que são as mesmas usadas na base do jogo. Foi possível confeccioná-lo a partir de adesivos, tarjetas e papelão, permitindo criatividade na sua elaboração. As cores representavam o governo federal, estadual, municipal e a população. O objetivo dessa atividade foi refletir sobre os desafios das conexões entre os segmentos e sobre a existência da interdependência.

Jogo da memória

A atividade consistiu em um jogo confeccionado com base nas temáticas trabalhadas nas oficinas, incluindo os eixos do saneamento, práticas de gestão compartilhada, uso consciente dos recursos e outros tópicos relevantes para a construção de conhecimento. Essa atividade foi realizada com os participantes divididos em grupos. O objetivo foi que, ao encontrar um par, o participante fornecesse uma breve explicação sobre a carta virada. Isso ajudou a reforçar o conhecimento adquirido durante as oficinas.

Apresentação individual do conteúdo aprendido

Nesta atividade, foi proposto que cada pessoa expressasse o conteúdo aprendido durante as oficinas, podendo ser através de desenho, pintura, música, teatro ou fala e, após a produção, apresentasse sua perspectiva.

Avaliação:

A avaliação da atividade foi realizada através de um cartaz com *emojis* que representaram as percepções da pessoa sobre a formação. O quadro teve carinhas que demonstravam que foi bom, ótimo, regular e ruim, com espaços para que as pessoas justificassem sua opção.

Resultados alcançados:

Entendimento sobre o tema proposto, com apresentação dos conhecimentos adquiridos através de jogos, desenhos, fala, entre outros; apropriação do território e dos serviços prestados; e fortalecimento dos instrumentos de controle social.

Grupo de estudo sobre o Plano Diretor

Local:

Núcleo Operacional do NEA-BC de Arraial do Cabo.

Data:

18/07/2018.

Mediadores:

Fábio Oliveira (educador social) e Mariana Araujo (assistente de mobilização e logística).

Público:

Membros do projeto NEA-BC.

Tema:

Grupo de estudos sobre o Plano Diretor.

Tempo:

4h.

Objetivo:

Compreender a importância do Plano Diretor para o planejamento e gestão democrática da cidade.

Materiais:

Tarjetas, canetas, barbante, fita adesiva, *post-it*, flip chart, Plano Diretor da cidade impressos.

Desenvolvimento:

A metodologia contou com as seguintes etapas:

Dinâmica reflexivo-associativa ao tema

A atividade começou com uma breve contextualização sobre o Plano Diretor do município, seus prazos e vigência. Em seguida, foi aplicada a dinâmica de prospecção temporal, utilizando uma linha do tempo colaborativa, composta por uma tarjeta indicando o ano vigente, outra indicando o ano que estará vigente em 10 anos (por exemplo, se o ano vigente era 2018, a outra tarjeta indicava 2028) e um barbante conectando esses dois pontos. A linha do tempo foi representada em cartolina.

A dinâmica solicitou que os participantes escrevessem, em *post-its*, como e onde se viam em 10 anos. Depois que todos preencheram a linha do tempo, fizeram a leitura das expectativas e promoveram uma reflexão sobre a importância do planejamento e da organização para que os desejos e metas sejam alcançados. Nesse momento, iniciou-se uma problematização dos processos necessários para a efetivação das metas, relacionando o planejamento aos fatores dependentes da atuação das pessoas e aos fatores dependentes de outros atores sociais.

Apresentação sobre os objetivos do Plano Diretor ao GGL

Neste momento, foi pedido aos participantes que compartilhassem o que entendiam sobre um Plano Diretor. Começou incentivando-os a refletir sobre o significado das palavras "Plano" e "Diretor". À medida que os participantes forneceram suas respostas, foi registrado, em um local visível, como um quadro ou papel, para que, após coletar as definições individuais, pudesse colaborativamente construir uma definição geral de Plano Diretor.

Foi explicado que o Plano Diretor estava intrinsecamente relacionado a outras legislações importantes do município, como a Lei Orgânica, as Leis Orçamentárias e os Planos Municipais e Setoriais. Essa compreensão ajudou os participantes a contextualizar a importância e a abrangência do Plano Diretor no planejamento urbano da cidade.

Análise da lei e sua aplicação

Neste momento, os participantes foram divididos em pequenos grupos, aos quais foram atribuídos alguns capítulos do documento para análise. O objetivo era que identificassem como esses capítulos poderiam ser aplicados no território com base em suas próprias experiências. Dessa forma, buscava-se identificar oportunidades, necessidades de aplicação e possíveis ações que poderiam ser incorporadas para melhorar a área de análise de cada grupo.

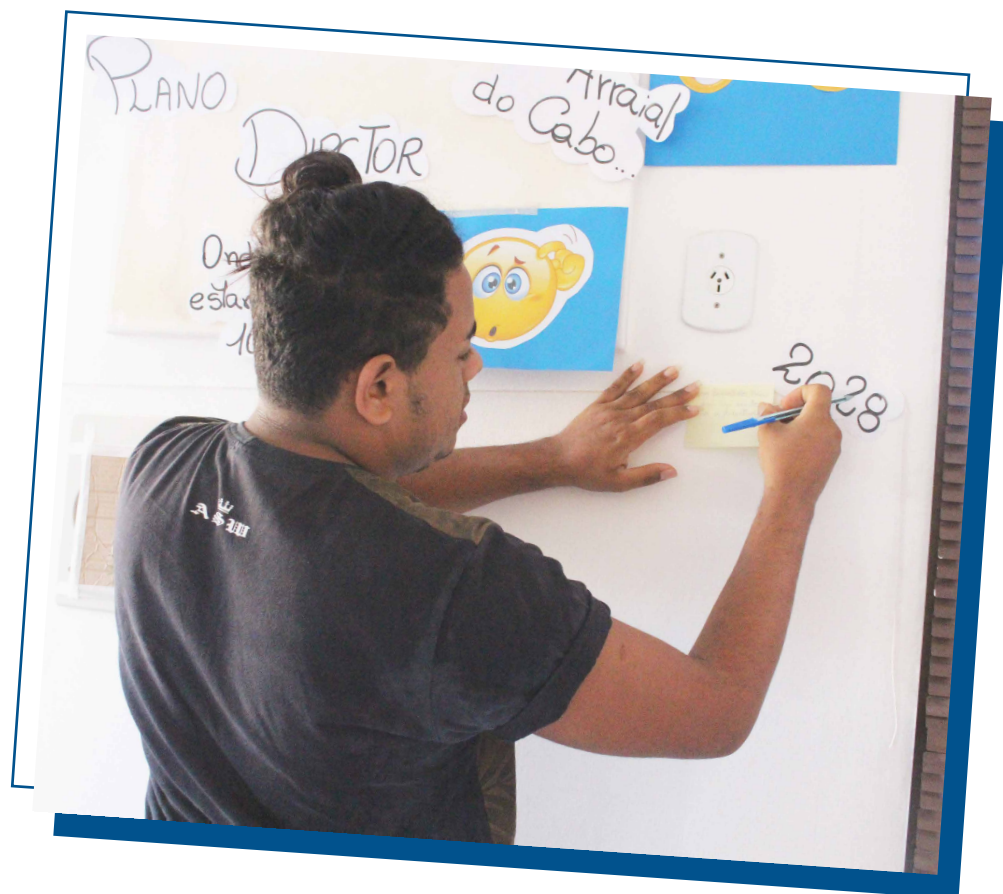
Depois, os grupos apresentaram os pontos analisados e, ao final das apresentações, todos os participantes fizeram uma análise geral do Plano Diretor da cidade. Eles também definiram os próximos passos para a utilização qualitativa das análises obtidas, bem como os encaminhamentos a serem tomados com base nas informações coletadas.

Avaliação:

A avaliação da atividade foi realizada de forma oral, trazendo as principais impressões e sugestões dos participantes.

Resultados alcançados:

Participação efetiva e envolvimento dos participantes; entendimento sobre o tema proposto; e análise qualitativa do Plano Diretor.



Oficina sobre orçamento público

Local:

Núcleo Operacional do NEA-BC de Arraial do Cabo.

Data:

14/03/2023.

Mediadores:

Emídio Fernandes e Mariana Araujo (educadores sociais); e Lucas Rosindo (assistente de mobilização e logística)

Público:

Moradores da cidade de Araruama.

Tema:

Formação sobre Orçamento Público.

Tempo:

3h.

Objetivo:

Promover formação aberta à comunidade, sobre orçamento público, com ênfase no processo de formulação das leis orçamentárias.

Materiais:

Post-it, canetas, cartolina ou mesa, fita crepe, caixas ou potes, bombom, amendoim, computador, projetor e caixa de som.

Desenvolvimento:

A metodologia contou com as seguintes etapas:

Dinâmica sobre a importância do planejamento público

Para realizar esta dinâmica, foram delimitados quadrados em uma mesa ou no chão, representando o número de distritos da localidade, de acordo com o número de participantes. Cada quadrado foi dividido em quatro partes numeradas de 1 a 4. Os passos da dinâmica foram os seguintes:

Foi solicitado a um voluntário que se retirasse do espaço do grupo e aguardasse instruções. Os envolvidos com a atividade escreveram seus nomes em quatro *post-its* e distribuíram suas prioridades nos quadrados numerados (1, 2, 3 e 4), indicando os grupos a que pertenciam e a ordem de prioridade para degustação.

O voluntário recebeu a mesma quantidade de itens e teve a missão de redistribuí-los entre os quadrados.

O voluntário colocou os itens em caixas e aguardou novas instruções.

O mediador contextualizou a atividade, explicando que cada quadrado representava um distrito da cidade e cada participante representava um cidadão residente em um distrito. Os grupos representavam a comunidade local e juntos todos os moradores da cidade. Foi destacado que muitas vezes existem demandas individuais, mas, quando se pensa no território, é necessário entender e atender às demandas coletivas. Os itens na caixa representavam o Plano Plurianual (PPA), o planejamento do executivo para o município em um horizonte de quatro anos e a ordem de prioridades dada pelos participantes correspondia à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define como e quando as coisas acontecem. O ato de possuir os itens disponíveis em determinado tempo representava a Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina o recurso a ser empregado para a ação. Degustar os itens equivalia à execução das ações. Os participantes foram

questionados sobre a função do voluntário.

O voluntário retornou e apresentou a nova configuração da divisão dos itens, explicando que teve o papel de distribuir os recursos entre os distritos, de acordo com as prioridades que havia elencado. Foi realizada uma reflexão sobre as prioridades do governo e a relação das escolhas feitas pela comunidade. Foi explicado que o orçamento é elaborado pelo poder público e votado e aprovado pela Câmara de Vereadores, representante dos interesses da população. Os itens foram redistribuídos de acordo com a vontade da comunidade como um todo, refletindo a vontade popular na alocação de recursos.

Exposição dialogada

Neste momento, foi iniciada uma apresentação em Genially. PPT sobre as leis orçamentárias, o ciclo orçamentário, e a integração entre as leis. O objetivo aqui foi consolidar os termos e processos trabalhados na dinâmica.

Encerramento

Apresentou-se, nesse momento, algumas dicas de cursos gratuitos e *online*, sobre orçamento e as referências utilizadas na construção do material da oficina. Além disso, levantaram-se as principais dúvidas que ainda ficaram sobre a temática.

Avaliação:

A avaliação foi feita de forma oral.

Resultados alcançados:

Aproximação dos participantes à temática do orçamento público; entendimento sobre o tema proposto; e conhecimento sobre ferramentas de apoio à aquisição de mais informações sobre a temática.

Roda de Conversa Saneamento Básico

Local:

Associação de Moradores do Parque das Garças e das Gaivotas, Arraial do Cabo.

Data:

21 de junho de 2023.

Mediadores:

Emídio Fernandes de Souza.

Público:

Essa atividade visa alcançar a população cabista, em especial os moradores do 3º distrito (Figueira) de Arraial do Cabo.

Tema:

Saneamento Básico.

Tempo:

2h.

Objetivo:

Apresentar informações sobre os serviços de esgotamento sanitário e drenagem urbana, a partir da promoção de debate sobre a temática, com a finalidade de propor a contemplação da rede separativa, na revisão do plano municipal de saneamento básico.

Materiais:

Notebook, acesso à internet, projetor e tela de projeção, mapa do município.

Desenvolvimento:

Apresentação do projeto NEA-BC e do Grupo Gestor Local

A equipe técnica realizou uma apresentação institucional do projeto NEA-BC, onde explicou seu arranjo de execução, a partir do processo de licenciamento ambiental federal, sendo destacados os impactos da cadeia produtiva do petróleo.

Foram apresentadas as principais ações do projeto NEA-BC de forma a evidenciar a composição e atuação do grupo gestor local.

Exposição dos presentes

Explicação sobre os eixos do saneamento básico e fixação de cartaz sobre os eixos: nesse momento foi oportunizado um tempo de fala aos presentes. Com base nas questões norteadoras – “O que você identifica como dificuldade na prestação do serviço de Saneamento Básico” e “Como o serviço de Saneamento Básico pode ser melhorado no seu bairro?” –, pretendia-se promover um debate, a partir das principais percepções da população, sobre a importância da melhoria na qualidade desse serviço.

Apresentação do Mapa Rota do Saneamento

Após debates, foi compartilhado com os presentes o mapa da Rota do Saneamento. A proposta era apresentar a ferramenta de cartografia social e, a partir dela, elaborar proposta e encaminhamento ao poder público.

Deliberação de Proposta

A partir de debates gerados durante toda a atividade, foi realizada uma compilação de propostas e/ou sugestões, para serem encaminhadas e deliberadas a apresentação de melhorias para a política pública de Saneamento Básico.

Avaliação:

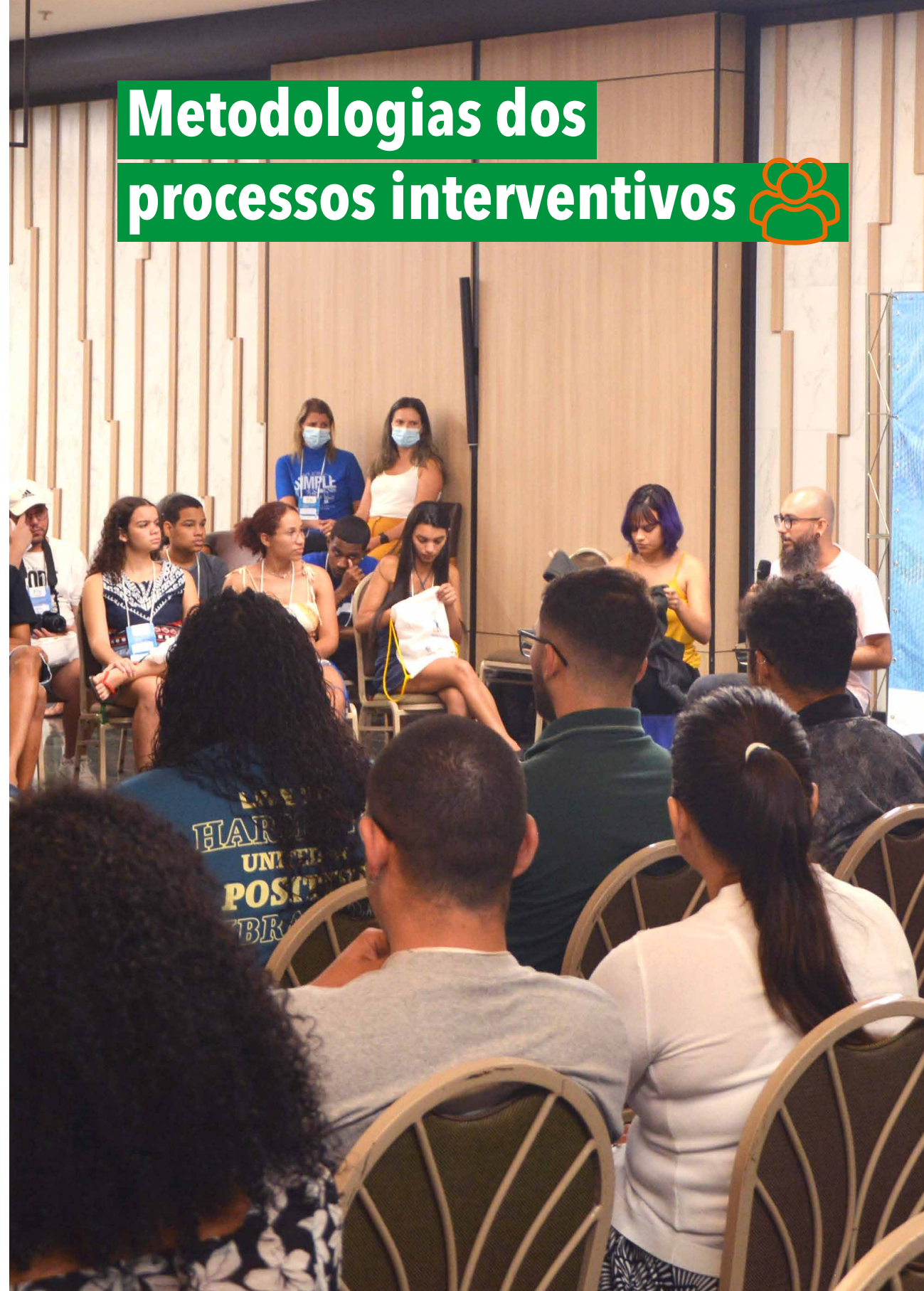
Ao final da atividade, foi realizada sua avaliação, que coletou as percepções dos participantes relacionadas à atividade no geral; ao conteúdo, ao tempo e à mediação.

Resultados alcançados:

Os presentes tomaram conhecimento do projeto de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC) e de ações que são realizadas pelo Grupo Gestor Local, bem como ficaram cientes de informações sobre os serviços de saneamento básico, em especial, o esgotamento sanitário e drenagem urbana. Os participantes construíram coletivamente propostas e/ou sugestões de melhorias para a política pública de Saneamento Básico.



Metodologias dos processos interventivos



Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas ao poder público

| | |
|--------------------|-----------------------------------|
| Local: | Data: |
| São João da Barra. | Maio de 2017 a fevereiro de 2019. |

| |
|--|
| Mediadores: |
| Flávia Rabello (educadora social) e Thays Almeida (assistente de mobilização e logística). |

| |
|--|
| Público: |
| Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC (GGL) de São João da Barra. |

| | |
|------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Controle social. | A definir. |

| |
|--|
| Objetivo: |
| Construir propostas de melhoria para o município a partir dos conhecimentos adquiridos no intercâmbio ao Rio Grande do Norte durante o III Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde. |

| |
|--|
| Materiais: |
| Projetor e tela de projeção, canetas, <i>flip chart</i> , papel. |

| |
|--|
| Desenvolvimento: |
| <p>O grupo chegou a Natal, para participar do III Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde. Nos dias 29, 30/04 e 01/05 o grupo participou do Pré-Congresso, que aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nos dias 02, 03 e 04/05, o grupo participou do Congresso, que aconteceu no Centro de Convenções do Rio Grande do Norte. Nesses 6 dias, entre Pré-Congresso e Congresso, o grupo assistiu a diversas palestras, participou de movimentos sociais, trocou contato com pessoas relacionadas à bandeira de luta do município (saúde) e trouxe experiências exitosas em saúde, para replicar no município de SJB.</p> <p>Após o retorno do intercâmbio, foi realizada uma reunião do Grupo Gestor Local para discutir e deliberar quais experiências exitosas seriam encaminhadas ao poder público de São João da Barra.</p> <p>O grupo deliberou 3 propostas, duas foram executadas. A primeira proposta foi apresentada na reunião do Conselho Municipal de Saúde de São João da Barra no dia 13/06/2017, através de um ofício solicitando que as reuniões do Conselho se tornassem itinerantes, cada mês em um distrito de São João da Barra, a fim de ouvir as demandas da população e torná-lo mais participativo. A proposta foi aprovada de forma unânime pelos conselheiros de saúde. No dia 04/07/2017, aconteceu na Escola Municipal Chrisanto Henrique de Souza, no 5º distrito Açú, a primeira reunião itinerante do Conselho Municipal de Saúde.</p> <p>A segunda proposta foi uma emenda orçamentária para o Plano Plurianual (PPA) 2018 – 2021, encaminhada à Câmara de vereadores de São João da Barra, solicitando a implantação do Sistema de Prontuário Eletrônico para Saúde, a proposta foi aprovada pela Câmara de Vereadores e executada pelo poder público, em 18/02/2019 ocorreu a Adesão ao Sistema de Informatização e Modernização do Parque Tecnológico da</p> |

Secretaria Municipal de Saúde, o sistema de Prontuário Eletrônico foi implantado. Aproximadamente 32 mil pessoas estão cadastradas no SUS do município de São João da Barra, foram beneficiadas.

| |
|---|
| Avaliação: |
| A atividade foi avaliada durante o seu processo e com o retorno das propostas apresentadas. |

| |
|--|
| Resultados alcançados: |
| O Grupo Gestor Local de São João da Barra construiu conhecimentos relacionados à política, planejamento e gestão em saúde e através das experiências exitosas apresentadas por outros municípios no intercâmbio, elaborou propostas para serem apresentadas ao poder público e as mesmas foram aprovadas e executadas. |



Audiência Pública do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Cabo Frio

| | |
|---------------|-----------------------------|
| Local: | Data: |
| Cabo Frio. | Setembro e outubro de 2019. |

| |
|---|
| Mediadores: |
| Izabela Souza (educadora social) e Raphael Evangelista (assistente de mobilização e logística). |

| |
|----------------------------------|
| Público: |
| Grupo Gestor Local de Cabo Frio. |

| | |
|-------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Resíduos Sólidos. | 7h30min. |

| |
|---|
| Objetivo: |
| Participar da audiência pública e apresentar propostas para o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Cabo Frio. |

| |
|---|
| Materiais: |
| Computador, internet, proposta do plano de resíduos impressa. |

Desenvolvimento:

1º Audiência Pública - 3h

A audiência pública foi divulgada com apenas dois dias de antecedência. O Grupo Gestor Local (GGL) de Cabo Frio se organizou e participou dessa audiência. Durante o evento, o grupo questionou a sua publicidade e acesso da sociedade civil ao documento (PMGIRS) que estava sendo apresentado, assim como a oportunidade de realizar propostas ao mesmo. Após colocações do grupo e demais pessoas presentes, o poder público deliberou por realizar uma segunda audiência e disponibilizar o documento por 15 dias para análise e contribuições, em uma consulta pública disponibilizada no site da prefeitura.

Grupo de estudo sobre o projeto de PMGIRS disponibilizado - 3h30

Após a primeira audiência, o grupo teve acesso ao documento disponibilizado pelo poder público e realizou um grupo de estudo para analisar e contribuir com o mesmo. A educadora social apresentou em uma projeção o documento e discutiu com o grupo sobre cada capítulo apresentado. O bolsista também apresentou o levantamento que realizou de outros planos e destacou que o plano construído anteriormente pela Serenco, contratada para fazer o plano de Saneamento Básico do Município, estava melhor estruturado, apesar de estar desatualizado. Além desses destaques, o bolsista apresentou o PMGIRS da prefeitura de São Paulo, destacando a sua estrutura organizada. O grupo avaliou cada plano apresentado e durante a discussão elaborou 11 propostas que foram organizadas em um ofício protocolado junto ao poder público. A educadora também fomentou que o grupo divulgasse a consulta pública e incentivasse os demais municípios a contribuírem e participarem da segunda audiência sobre o tema.

2º Audiência Pública - 1h

O grupo se mobilizou e participou da audiência reforçando os seus questionamentos e

propostas apresentadas e o poder público apresentou o documento após inclusão de algumas contribuições, informando que cerca de 60% das propostas da Associação foram incluídas no documento e que responderia o ofício enviado posteriormente. Durante o evento o grupo reforçou a importância de ter mais publicidade e acessibilidade à sociedade civil nessas audiências, assim como a construção de planos com um maior planejamento e participação da sociedade civil.

Avaliação:

A avaliação das atividades foram realizadas durante o processo, com análise oral de seus participantes.

Resultados alcançados:

O grupo participou e contribuiu para a realização de uma nova audiência pública e a criação de uma consulta pública ao documento que foi apresentado, assim como apresentou 11 propostas, tendo cerca de 60% de suas propostas aprovadas e incluídas no PMGIRS de Cabo Frio.



Grupos de Estudo sobre licenciamento dos oleodutos do projeto SPOT (Açu x Barra do Furado). Preparação para participação em audiência pública virtual em 22/07/2020.

| | | | |
|--------------------|---|---------------|-------------|
| Local: | Atividade planejada e realizada de forma remota (<i>on-line</i>). | Data: | 20/07/2020. |
| Mediadores: | Fabio Santos (educador social). | | |
| Público: | Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC. | | |
| Tema: | Licenciamento dos oleodutos do projeto SPOT. | Tempo: | 2h. |
| Objetivo: | Compreender o projeto SPOT e seus possíveis impactos no município a fim de preparar o Grupo Gestor Local de Quissamã para a audiência pública do licenciamento dos oleodutos do projeto SPOT. | | |

| | |
|-------------------|---|
| Materiais: | Computadores ou celulares, acesso à internet. |
|-------------------|---|

Desenvolvimento:

Devido à pandemia da Covid-19, todas as atividades abaixo foram realizadas em formato virtual.

Leitura e análise dos materiais

Os materiais foram disponibilizados com antecedência para que o grupo possa realizar seu primeiro contato e iniciar a leitura. Durante a atividade foi realizada a leitura focal dialogada e direcionada aos objetivos específicos.

O material de apoio produzido pelo educador social, Fabio Santos, apresentou a síntese dos documentos citados a seguir:

- EIA/RIMA do empreendimento (Instalação de dois oleodutos – Projeto SPOT)
- Link do site da empresa Açú Petróleo para conhecimento do empreendedor e para realização de inscrição dos participantes da audiência
- Portaria INEA PRES nº 861 de 12 de agosto de 2019 que cria grupo de trabalho (GT) para elaboração de instrução técnica, análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e acompanhar o processo de licenciamento ambiental, referente à instalação de dois oleodutos de 44 km que farão a integração da Unidade para Tratamento de Petróleo (UTP) no Porto do Açú à Estação Barra do Furado, da Petrobras, no município de Quissamã)
- Instrução Técnica PRES/CEAM nº 06/2019 que orienta a elaboração de EIA/RIMA para análise da viabilidade ambiental.
- Material com apresentação corporativa da Açú Petróleo
- Convocação para audiência pública divulgada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Ano XLVI – nº 120 – parte 1 – segunda-feira 06 de julho de 2020)

- Folder – Convite para audiência pública
- Material de orientação (Passo a passo para participação da audiência pública)
- Matéria sobre a audiência publicada no dia 16/07/2020 no blog do professor Marcos Pedlowski (Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense em Campos dos Goytacazes, RJ. Bacharel e Mestre em Geografia pela UFRJ e PhD em “Environmental Design and Planning” pela Virginia Tech. Pesquisador Colaborador Externo do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Universidade de Lisboa). (Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2020/07/16/em-meio-a-pandemia-da-covid-19-porto-do-acu-passa-do-licenciamento-ambiental-fragmentado-ao-virtual/>)

Debate

Em seguida, o educador fomentou o debate sobre os pontos destacados do EIA/RIMA incluindo informações dos outros materiais de referência para o grupo fazer seu posicionamento perante a situação.

Consolidação do aprendizado

Após o estudo e debate do Grupo Gestor Local, todos os pontos destacados nos documentos e debatidos foram sistematizados em um material de apoio para auxiliar na participação mais segura e qualificada na audiência pública do licenciamento dos oleodutos do Projeto SPOT.

Avaliação:

Ao final, o grupo deverá avaliar a atividade oralmente.

Resultados alcançados:

O grupo conheceu as principais características do Projeto SPOT, tais como: Extensão dos oleodutos, período de execução, expectativa de contratações, impactos e ações mitigadoras. A partir disso, o grupo identificou os impactos e destacou os que possivelmente afetarão Quissamã, destacando pontos de debate e aprofundamento para participação na audiência pública. Desta forma, o grupo se sentiu mais preparado para participação na audiência (durante a audiência pública o GGL realizou pronunciamentos).

Grupos de Estudo sobre o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB)

Local: Atividade planejada e realizada de forma remota (*online*).
Data: 19/08 e 30/09/2021.

Mediadores: Fabio Santos (educador social).

Público: Grupo Gestor Local do Projeto NEA-BC.

Tema: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB).
Tempo: 3h.

Objetivo: Construir e disseminar conhecimentos acerca do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para capacitar o GGL na atuação qualitativa no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.

Materiais: Computadores ou celulares e acesso à internet.

Desenvolvimento:

Devido à pandemia da Covid-19, todas as atividades abaixo foram realizadas em formato virtual. Todo o conteúdo foi elaborado a partir de perguntas norteadoras elaboradas pelo GGL. Perguntas:

- O que é o FUNDEB?
- Qual a origem e composição do recurso deste fundo?
- Qual o papel do conselheiro CACS-FUNDEB?
- Qual é a autonomia que o conselho tem em relação ao recurso?
- Em que pode e em que não pode ser utilizado este recurso?

Abordagem

- Definição sobre o FUNDEB e o CACS-FUNDEB
- Elemento que compõe o FUNDEB
- Atuação do GGL dentro do CACS- FUNDEB

Metodologia

Apresentação dialogada

O conteúdo foi abordado com utilização de materiais visuais e/ ou audiovisuais que conduziram o grupo a reflexão e entendimento do tema. Durante a exposição do conteúdo, que foi de forma dialogada, o grupo fez colocações, ponderações ou questionamentos para facilitar a compreensão e dinamismo da atividade.

Debate

O mediador fomentou o debate do grupo sobre o entendimento de representação e representatividade, com intuito de construir coletivamente, de forma orientada, os

conceitos e definições sobre os termos e seu sentido para a atuação do GGL.

Proposta de definição de estratégia de atuação

Após o estudo e debate do Grupo Gestor Local, foi sugerida uma proposta de planejamento para o fortalecimento da atuação no CACS-FUNDEB, com estudos periódicos, ou Alinhamentos pré-reuniões, apoio jurídico e pedagógico da Associação Raízes ou outras possibilidades que o GGL possa trazer.

Avaliação:

Ao final o grupo deverá avaliar a atividade oralmente.

Resultados alcançados:

Os participantes compreenderam o que é o FUNDEB, como ele é composto e para que é destinado este recurso. No segundo momento, o grupo adquiriu conhecimento com relação ao papel do CACS-FUNDEB, entendendo a importância do controle social por esta representação. Conheceram a lei de criação do CACS-FUNDEB em Quissamã e seu regimento interno, identificando assim elementos importantes da constituição e das prerrogativas do colegiado. Também aprenderam como acessar o site oficial, onde a população pode buscar informações e documentos, o que fortaleceu a atuação do grupo na representação.



Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas ao poder público

| | |
|--|---------------------------------------|
| Local: | Data: |
| Núcleo Operacional de São João da Barra. | Durante os anos de 2021, 2022 e 2023. |
| Mediadores: | |
| Flávia Rabello (educadora social). | |
| Público: | |
| Membros do Grupo Gestor Local. | |
| Tema: | Tempo: |
| Reunião do Grupo Gestor Local. | Indefinido. |
| Objetivo: | |
| Elencar e apresentar propostas para o Plano Plurianual- PPA 2022-2025. | |
| Materiais: | |
| Notebook, acesso à internet, canetas, flip chart, post-its. | |

Desenvolvimento:

Devido a pandemia da Covid-19, as atividades abaixo (chuva de ideias, roda de diálogo e encaminhamentos) foram realizadas em formato virtual.

Chuvas de ideias

O Grupo Gestor Local se reuniu para elencar propostas de emendas orçamentárias para o Plano Plurianual. Foi realizada uma chuva de ideias, através de *post-its*, cada participante teve um espaço para expor suas ideias e justificar sua entrada na PPA.

Roda de diálogo

O grupo discutiu as propostas elencadas e, em seguida, foram enumeradas no *flip chart*. O grupo deliberou algumas propostas novas e outras que já encaminhadas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA de outros anos foi mantida.

Uma das propostas que, por quatro anos consecutivos, vem sendo apresentada pelo Grupo Gestor Local é a construção da primeira Praça Pública Municipal no 5º Distrito de São João da Barra.

Encaminhamentos

A proposta de construção de uma Praça Pública Municipal no 5º Distrito de São João da Barra foi encaminhada ao Plano Plurianual de 2022-2024, no dia 17/12/2021 através de ofício, e aprovada no dia 29/12/2021.

Reunião do Grupo Gestor Local

Os participantes do Grupo Gestor Local de São João da Barra se reuniram para elaborar propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A proposta da construção da primeira praça municipal no 5º distrito do Açú foi mantida e reapresentada à Câmara de Vereadores no dia 04/07/2022 e aprovada sua inclusão na LDO no dia 26/07/2022.

No período de elaboração das propostas a serem encaminhadas para Lei Orçamentária Anual, a proposta de construção de uma Praça Pública Municipal no 5º Distrito de São João da Barra, foi reapresentada dia 16/12/2022 e aprovada 19/12/2022.

No dia 13/04/2023, a proposta foi executada, a Prefeitura de São João da Barra iniciou a construção da primeira praça da localidade do Açú, no quinto distrito, orçada em R\$ 1.361.210,24.

Visita Técnica

No dia 04/07/2023, representantes do Grupo Gestor Local exerceram o controle social fazendo uma visita técnica à construção da primeira Praça Pública Municipal do Açú analisando a construção e cobrando um cronograma da obra.

Avaliação:

No final de cada reunião de deliberação de propostas para PPA, LDO e LOA, o grupo sempre discutia as necessidades da comunidade e avaliava a inclusão de novas propostas e/ou permanência das que já haviam sido enviadas.

Resultados alcançados:

Os representantes do Grupo Gestor Local de São João da Barra, após persistência nas propostas orçamentárias encaminhadas, tiveram propostas aprovadas e executadas, se destaca a proposta da construção da praça municipal do Açú que foi apresentada por quatro anos seguidos, sendo aprovada e em fase de execução, com a construção em andamento.



Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas ao poder público

| | |
|--|--------------|
| Local: | Data: |
| Núcleo Operacional de São João da Barra. | 21/11/2022. |

| |
|--|
| Mediadores: |
| Flávia Rabello (educador social), Fabiana Reis (assessora de coordenação) e Camila Silveira (educadora convidada). |

| |
|--|
| Público: |
| Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC (GGL) de São João da Barra e membros do programa de formação. |

| | |
|------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Controle social. | 4h. |

| |
|--|
| Objetivo: |
| Apresentar proposta para melhorar a transparência do município, a partir dos conhecimentos adquiridos no encontro do Pró-Lideranças IV "Espaços de Controle Social e Incidência Política". |

| |
|--|
| Materiais: |
| Notebook, acesso à internet, projetor e tela de projeção, datashow, cartolinas, flip-chart, canetas. |

| |
|--|
| Desenvolvimento: |
| Encontro do Pró-Lideranças IV "Espaços de Controle Social e Incidência Política" A educadora convidada fez uma rodada de apresentação dos participantes e pediu para que eles falassem o nome, atuação/conhecimento sobre instâncias de controle social (conselhos) e a localidade dos conselhos. Convidou os participantes para identificarem, no mapa municipal de São João da Barra, os espaços de controle social no município e informar se esses Conselhos Municipais encontram-se ativos. Em seguida, utilizando o flip chart ocorreu a identificação dos espaços de controle social no município. Foram 11 Conselhos identificados. Foi realizada uma roda de conversa, em que os participantes discutiram sobre as dificuldades de frequentar os espaços de controle social, a falta de informações dos dias e horários das reuniões, a falta de divulgação no diário oficial e em outros meios de comunicação, pois nem todos têm acesso à internet. Em seguida, os participantes foram divididos em dois grupos. Foi solicitado, pela educadora, que os grupos fizessem uma reflexão sobre uma situação-problema, identificada dentro dos espaços de controle social ou espaços frequentados pela comunidade, sob o domínio do poder público. Entre os desafios identificados, o grupo deveria elencar alternativas possíveis de solução. Entre as situações elencadas, o grupo identificou a inexistência de informações sobre os conselhos municipais no site da prefeitura e, assim, foi deliberado pelos presentes o envio de um ofício ao Secretário de Comunicação Social, solicitando a inclusão dos Conselhos Municipais no site da prefeitura. |

Apresentação da proposta

A proposta foi encaminhada através de ofício no dia 09/01/2023. Não havendo resposta, em uma reunião do Grupo Gestor Local, os participantes deliberaram marcar uma reunião com Secretário de Comunicação Social para solicitar resposta ao ofício enviado. A reunião com o Secretário de Comunicação Social de São João da Barra aconteceu no dia 26/06/2023, por meio da qual foi solicitada a inclusão dos Conselhos Municipais no site da prefeitura, com a disponibilização de sua agenda, sua composição e das convocações, prezando pela transparência e pelo acesso à informação. O secretário aprovou a proposta, que foi executada dia 12/08/2023.

Avaliação:

As atividades foram avaliadas ao longo do processo, de forma oral, durante as reuniões do grupo.

Resultados alcançados:

Os participantes do Grupo Gestor Local do projeto NEA-BC de São João da Barra apresentaram a proposta que foi aprovada e executada pelo poder público, incluindo os Conselhos Municipais no site da prefeitura, com a disponibilização de sua agenda, sua composição e convocações, prezando pela transparência e pelo acesso à informação.



Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas ao poder público

| | |
|---------------|------------------------|
| Local: | Data: |
| Carapebus. | Durante o ano de 2022. |

| |
|--|
| Mediadores: |
| Educador Social - Pedro Campeão e Assistente de Mobilização e Logística – Priscila Vasconcellos. |

| |
|---|
| Público: |
| Comunitários do projeto NEA-BC e comunidade em geral. |

| | |
|--------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Orçamento Público. | 8h a 12h. |

| |
|---|
| Objetivo: |
| Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas durante a construção do orçamento municipal. |

| |
|--|
| Materiais: |
| Acesso às legislações orçamentárias vigentes (LOA, LDO e PPA). |

| |
|--|
| Desenvolvimento: |
| <p>A realização das audiências públicas prévias com ampla divulgação e metodologias participativas eficazes caracteriza uma ação obrigatória do poder executivo nos atos de aprovação das leis orçamentárias (Lei de Orçamento Anual – LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual – PPA) e, prerrogativa do poder legislativo, caso não sejam convocadas pelo executivo, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, §1º, que prevê a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e de discussão dos planos lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, bem como o Estatuto das Cidades, que define, em seu art. 44, como condição obrigatória para sua aprovação na Câmara Municipal.</p> <p>Visando incidir no processo legislativo por meio da apresentação de propostas de emenda via sociedade civil organizada, o Grupo Gestor Local de Carapebus se organizou para elaborar e apresentar propostas voltadas para a melhoria na qualidade da mobilidade urbana no município.</p> <p>1- Nas reuniões de GGL foram levantadas e priorizadas as principais demandas do grupo e selecionadas as temáticas para sua construção. Na primeira atividade, foram debatidos critérios de importância para a comunidade e o grupo, e maiores chances de a proposta ser incorporada à legislação orçamentária, considerando a realidade local. Em seguida, o grupo selecionou duas propostas, uma com maior prioridade para a comunidade, e outra com maior chance de ser contemplada na análise dos participantes. Os critérios de escolha deveriam seguir a perspectiva dos participantes e o contexto local.</p> <p>2- Com os temas definidos, o GGL realizou um grupo de estudo para a análise das legislações anteriores (LOA, LDO e PPA), de modo a verificar se as propostas elencadas já possuíam programas e/ou ações que as contemplassem. Nesse processo de análise das legislações orçamentárias, foram identificados no PPA programas que poderiam</p> |

contemplar algumas das ações debatidas. Com isso, o grupo elaborou duas propostas voltadas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enquadrando-as nos Programas já previstos no PPA vigente. Em seguida, as propostas de ações foram estruturadas no formato apresentado nas legislações orçamentárias vigentes, com indicação do Programa inserido, macro objetivos, público-alvo, indicador, ação, produto, unidade de medida, tipo de ação e justificativa.

3- Com as propostas definidas, foram elaborados os ofícios formais para serem protocolados de acordo com os atos previstos nas audiências públicas. Foram elaboradas propostas para a “Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana – PMMU” e “Pavimentação e Drenagem da estrada do Imbiú”

| |
|--|
| Avaliação: |
| As atividades foram avaliadas ao longo do processo, de forma oral, durante as reuniões do grupo. |

| |
|---|
| Resultados alcançados: |
| O grupo avançou consideravelmente na compreensão sobre o processo de elaboração das leis orçamentárias, gerando resultados formativos e de participação social positivos. Por meio dessa metodologia de ação, o grupo elaborou suas primeiras propostas de incidência na legislação orçamentária. A partir desse processo, foram elaboradas outras diferentes propostas voltadas para as diferentes legislações (PPA, LDO e LOA). |



Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas ao poder público

| | |
|---------------|------------------------|
| Local: | Data: |
| Carapebus. | Durante o ano de 2021. |

| |
|---|
| Mediadores: |
| Educador Social - Pedro Campeão, Assistente de Mobilização e Logística – Priscila Vasconcellos e Assessoria Jurídica – Fernanda Santos. |

| |
|---|
| Público: |
| Comunitários do projeto NEA-BC e comunidade em geral. |

| | |
|--------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Orçamento Público. | 8h. |

| |
|--|
| Objetivo: |
| Noticiar junto ao Ministério Público a falta de realização de Audiência Pública para votação das Leis Orçamentárias. |

| |
|---|
| Materiais: |
| Acesso à internet, notebook e impressora. |

Desenvolvimento:
Um desafio identificado no processo de incidência e participação popular na elaboração das legislações orçamentárias, inicialmente, é o descumprimento dos ritos que visam garantir a participação social prevista em lei. A não realização das audiências públicas, a ausência de mecanismos que viabilizem a efetiva participação e apresentação de propostas, a falta de resposta dos poderes executivo e legislativo são alguns elementos que dificultam a participação social.

No caso de Carapebus, frente a diferentes dificuldades para garantir a participação do grupo no processo de construção das legislações orçamentárias, além da elaboração de novas estratégias de participação, foi avaliada pelo grupo a necessidade de formalizar junto aos órgãos de controle o descumprimento das medidas básicas de garantia da participação social.

1- O grupo realizou uma reunião para avaliar as melhores estratégias para a condução das ações no aspecto jurídico. Especialmente em municípios menores, essas ações devem ser mediadas com o devido cuidado e atenção à realidade local e ao contexto político do momento, evitando e minimizando o risco de exposição pública de participantes do projeto, garantindo o princípio da imparcialidade e apartidarismo, bem como reduzindo também o risco de colocar as ações do grupo em função de interesses exclusivos da oposição ao governo.

2- Logo após, foram reunidos todos os elementos e ações formalizadas, desenvolvidos pelo grupo, a fim de comprovar o descumprimento dos ritos obrigatórios. Sempre que possível, solicitar formalmente por ofício ou instrumentos de ouvidoria informações sobre as legislações orçamentárias, sobre a previsão de realização das audiências, capturas de tela dos sites oficiais e monitoramento do Diário Oficial e das redes oficiais, gerando um dossiê sobre o tema. Buscar articulação em rede com outras organizações

sociais de interesses correlacionados.

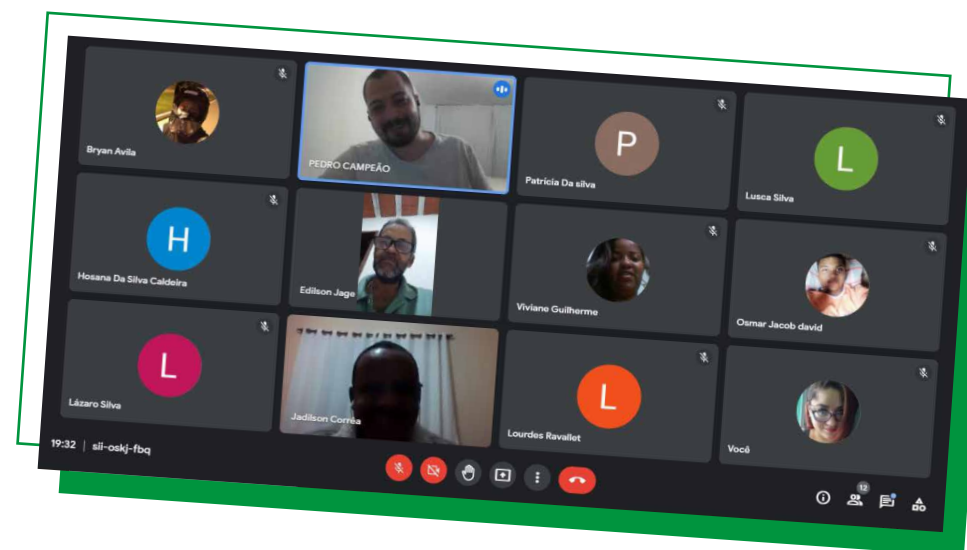
3- Por fim, o grupo formalizou a documentação direcionada ao órgão de fiscalização, no caso, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE-RJ), noticiando o fato, apresentando o embasamento legal e anexando os documentos levantados e produzidos na elaboração do dossiê.

Avaliação:

As atividades foram avaliadas ao longo do processo, de forma oral, durante as reuniões do grupo.

Resultados alcançados:

Após o acionamento ao MPE-RJ, o município passou a realizar as Audiências Públicas. Em alguns casos, o órgão não formaliza retorno sobre a demanda apresentada, mas as denúncias podem ser agrupadas em um único processo de maior consistência e, quando há constatação do descumprimento legal, o município é notificado pelo fato.



Apresentar propostas de melhorias das políticas públicas ao poder público

| | |
|---------------|----------------|
| Local: | Data: |
| Carapebus. | Julho de 2021. |

| |
|--|
| Mediadores: |
| Educador Social - Pedro Campeão e Assistente de Mobilização e Logística – Priscila Vasconcellos. |

| |
|---|
| Público: |
| Comunitários do projeto NEA-BC e comunidade em geral. |

| | |
|--------------------|---------------|
| Tema: | Tempo: |
| Orçamento Público. | 8h a 12h. |

| |
|---|
| Objetivo: |
| Dar continuidade prática nos processos formativos do projeto NEA-BC sobre orçamento público, buscando participar e incidir politicamente na elaboração das leis orçamentárias municipais. |

| |
|--|
| Materiais: |
| Acesso às legislações orçamentárias vigentes (LOA, LDO e PPA). |

Desenvolvimento:
Devido à pandemia da Covid-19, todas as atividades abaixo foram realizadas em formato virtual.

Os processos de incidência nos atos legislativos orçamentários ainda representam grandes desafios para grupos e organizações da sociedade civil sem vínculos diretos com partidos políticos.

A realização das audiências públicas, com divulgação ampla e metodologias participativas eficazes, representa, em diversos municípios, um entrave à participação social efetiva.

No município de Carapebus, após diversas tentativas frustradas de incidência e apresentação de propostas nas diferentes legislações orçamentárias por meio das audiências públicas obrigatórias, o grupo buscou diferentes caminhos visando garantir sua participação no processo.

Para isso, o grupo buscou se adiantar ao calendário formal das consultas públicas e organizou suas propostas para serem encaminhadas diretamente à Secretaria Municipal de Planejamento, de modo que as propostas fossem inseridas na fase de elaboração da legislação, antes de seu envio à Câmara Municipal.

1-Foi realizado um Grupo de Estudo para a análise das legislações anteriores (LOA, LDO e PPA), de modo a fomentar o debate sobre os objetivos do grupo e a estruturação do formato das propostas a serem apresentadas.

2-Reunião de avaliação sobre a forma de incidência por meio dos mecanismos formais e análise de outras possibilidades. A atividade consiste em debater e estimular o pensamento crítico na elaboração de estratégias que atendam suas demandas, a partir da reflexão sobre a realidade local.

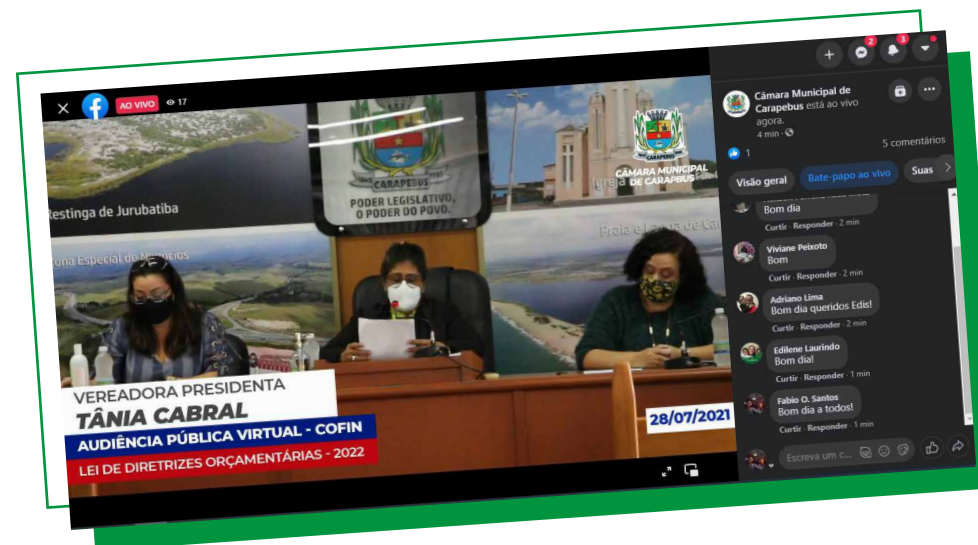
3-Um novo encontro foi realizado para definição do tema, objetivo e elaboração da

proposta, em acordo com diretrizes e programas expressos no PPA.

4-Com a proposta elaborada no formato apresentado na LOA e LDO vigentes, foi realizado um protocolo junto à Secretaria Municipal de Planejamento antes do prazo definido para o envio à Câmara Municipal. De acordo com a estratégia utilizada, pode ser anexado o protocolo de representação feito junto ao Ministério Público Estadual sobre a dificuldade de participação social no processo de elaboração das leis orçamentárias.

| |
|--|
| Avaliação: |
| As atividades foram avaliadas ao longo do processo, de forma oral, durante as reuniões do grupo. |

| |
|---|
| Resultados alcançados: |
| Com essa ação, o grupo conseguiu, pela primeira vez, após diferentes tentativas, inserir suas propostas na legislação orçamentária municipal. |



2º Encontro Regional do Pró-Lideranças IV

Local:

Macaé.

Data:

Julho e agosto de 2023.

Mediadores:

Natalia Silveira, Izabela Souza, Fabiana Reis, Isroberta Araujo, Dagma Pontes, Willian Batista e Sandra Miscali (equipe de gestão).

Público:

Participantes do Pró-lideranças IV: comunitários do projeto NEA-BC, lideranças comunitárias e demais pessoas da comunidade.

Tema:

Mitigação dos impactos da indústria do petróleo.

Tempo:

10h30min, distribuídos em 3 dias de evento.

Objetivo:

Propor ações para mitigação, de forma regionalizada, dos impactos da cadeia do petróleo e gás natural na dinâmica socioespacial.

Materiais:

Cubos de papelão, cartas com nome e indicadores dos impactos, *banners* com as perguntas do plano de ação, folha A4, tarjetas, canetas coloridas.

Desenvolvimento:

1- Jogo dos impactos e indicadores (1h30min)

Os participantes foram convidados a compreender a importância de qualificar o impacto e aprender como fazê-lo usando indicadores.

No jogo, foram apresentados quatro impactos regionais relacionados à indústria do petróleo: movimento pendular, reordenamento territorial, dependência econômica e royalties. Os participantes foram divididos em quatro grupos, por sub-região, e receberam um cubo que tinha um lado com o nome do impacto, outro com a régua do projeto e quatro lados em branco. Eles tiveram acesso a indicadores e escolheram quatro indicadores para cada impacto, relacionando-os e preenchendo o cubo coletivamente. Após o preenchimento, cada grupo apresentou seu cubo, e os mediadores explicaram cada indicador, relacionando-o ao impacto e destacando a importância de qualificar os impactos para comprovação e análise.

2- Apresentação da proposta do Plano de Ação (30min)

Ao explicar a atividade proposta, foi apresentada uma ferramenta para auxiliar o grupo: o plano de ação baseado na metodologia 5W2H (What – o que; Why – por quê; How – como; Where – onde; Who – quem; When – quando e How Much – quanto), na arte do plano de ação. Os participantes preencheram a construção realizada nos grupos das sub-regiões.

3- Atividade em grupo por sub-região – elaboração do Plano de Ação: O que e Por quê? (2h30min)

Os participantes foram divididos em grupos por sub-região em um espaço disponibilizado para cada um, com dados/mapas daquela sub-região e ferramentas para construção

coletiva (quadro branco, papeis, canetas, mapa, etc.). Cada grupo teve pelo menos um(a) mediador(a) da equipe de gestão e integrantes da equipe de campo daqueles municípios. Foi iniciada a elaboração do Plano de Ação Regional com objetivo de responder às duas primeiras perguntas: Por quê? (Problema, justificativa) e O quê? (Objetivo). Foram disponibilizados dados e indicadores, previamente levantados, que ajudaram a qualificar o impacto sistematizado; um quadro para anotações; assim como uma maquete com o mapa da região para os participantes trabalharem os dados e o impacto de forma lúdica.

4- Dinâmica sobre espaços e estratégias de intervenção regional (2h)

Os participantes receberam uma cartela contendo os espaços de controle social regional e foram convidados a escolher um desses espaços para dramatizar a apresentação da proposta definida na atividade anterior. Essa dinâmica visava estimular a discussão sobre o próximo passo do plano de ação, abordando questões relacionadas a *como, onde e quem executará a proposta*. Os grupos tiveram 30 minutos para se organizarem e 10 minutos para realizarem suas dramatizações. Após as apresentações, a mediadora conduziu um debate para discutir a atividade e os temas abordados.

5- Atividade em grupo por sub-região – elaboração do Plano de Ação: Como? Onde? Quem? Quando? Quanto? (2h)

Os participantes voltaram aos seus grupos e seguiram na sequência de construção do plano de ação: “Como? Onde? Quem? Quando? Quanto?”

6- Apresentação dos Planos de Ação construídos (1h)

Os grupos, no tempo de até 10 minutos, apresentaram os planos de ação construídos durante o evento. Essa apresentação foi realizada por meio de um banner que continha o caminho do plano de ação e estava disposto no local. Que foi preenchido com tarjetas com as respostas das perguntas do plano de ação.

7- Debate sobre os Planos de Ação (1h)

Foi aberto um debate para discutir o conteúdo apresentado. Os participantes podiam tirar dúvidas e foram estimulados a falar sobre a metodologia aplicada.

Avaliação:

A avaliação do encontro regional foi realizada através de um banner com os itens de avaliação (metodologia, recursos pedagógicos, mediação, estrutura e tempo), no qual os participantes colaram *post-it*, avaliando cada item.

Resultados alcançados:

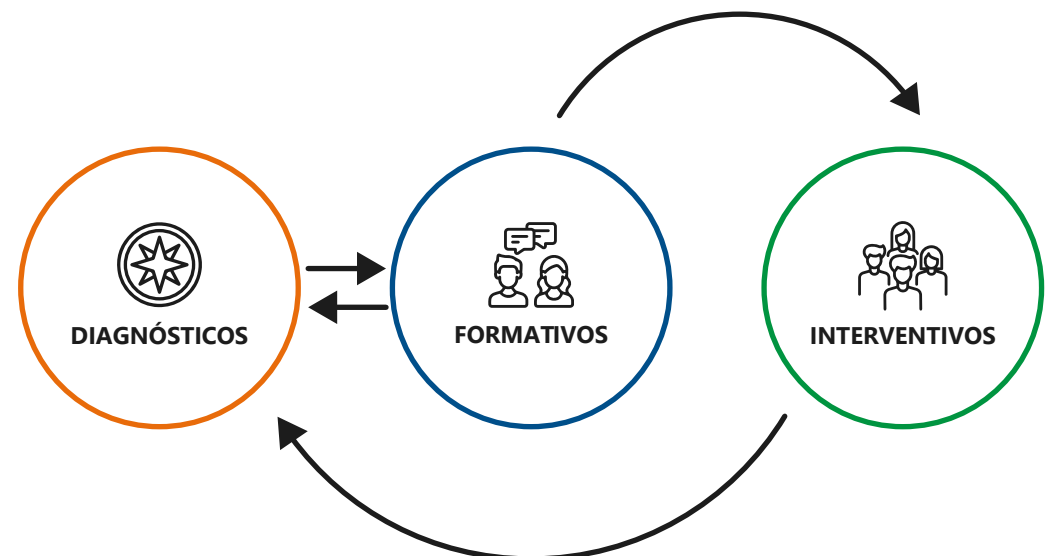
Os representantes dos 13 municípios da Bacia de Campos trabalharam os impactos regionais da cadeia do petróleo e gás: movimento pendular, reordenamento territorial, dependência econômica e royalties. Construíram cinco planos de ação regionais para mitigar os impactos e refletiram as estratégias na apresentação de suas propostas nos espaços de controle social regional.

Nossos resultados: um ciclo educacional que deu certo!



Os processos educativos do projeto NEA-BC vêm se aperfeiçoando ao longo dos anos, com metodologias que foram sendo desenhadas a partir da análise das realidades dos sujeitos da ação educativa, respeitando suas necessidades e trajetórias, ao mesmo tempo que nos permitiu alcançar nosso objetivo final que é a transformação social por meio da participação. Apresentamos nos capítulos anteriores algumas dessas metodologias e neste, vamos apresentar alguns resultados desses processos que se retroalimentam e formam um ciclo educacional, onde as atividades diagnósticas geram as formativas, que por sua vez, conduzem as ações interventivas. O processo dialógico de análise da realidade, construção do conhecimento e práxis se mantém constante e volta a acontecer, à medida que novas demandas surgem, repetindo assim o ciclo educacional das atividades diagnósticas ou formativas e interventivas.

Figura 10: Ciclo educacional e metodologias



Fonte: Elaboração própria

Conforme citado anteriormente na introdução deste livro, apesar da pandemia que durou cerca de dois anos, as atividades do projeto NEA-BC não pararam. Os grupos se prepararam e adaptaram suas atividades para o formato on-line, para que, dentro do possível, as ações continuassem e os participantes seguissem em suas atuações nos territórios.

Pode-se observar no quadro 1 alguns dos resultados do projeto NEA-BC quanto às suas atividades educativas durante os seus 14 anos de atuação, que demonstram a importância desses processos pedagógicos e a base sólida metodológica construída pela Associação Raízes.

Quadro 1: Processos educativos desenvolvidos de 2012 à outubro de 2023

| Processo de ensino aprendizagem | I fase 2009/2012 | II fase 2012/2015 | III fase 2015/2020 | IV fase 2020/2023* |
|---------------------------------|---|---|---|--|
| DIAGNÓSTICOS | 13 mapeamentos referentes às políticas públicas | 13 mapeamentos referentes às políticas públicas | 13 mapeamentos referentes às políticas públicas | 13 mapeamentos referentes às políticas públicas e 58 atualizações |
| FORMATIVOS | 21 processos formativos (9 oficinas, 1 fórum, 1 oficina, 1 roda de diálogo, 6 cineclubes / cinedebates, 3 grupos de estudo) | 58 processos formativos (3 fóruns, 11 encontros educativos, 22 oficinas, 5 grupos de estudo, 5 grupos de trabalho, 3 aulas públicas, 7 seminários locais, 2 seminários regionais) | 1205 processos formativos (62 encontros educativos, 114 oficinas, 99 cineclubes/cinedebates, 165 grupos de estudos, 6 aulas públicas, 92 intercâmbios, 55 visitas técnicas, 155 eventos - seminários, fóruns, rodas de conversa, debates eleitorais e 457 grupos de trabalho) | 1708 processos formativos (715 reuniões de GGL, 122 formações abertas à comunidade-encontros educativos, cineclubes/cinedebates, aulas públicas, eventos, 43 oficinas, 202 grupos de estudos, 62 intercâmbios/visitas técnicas, 36 formações de acolhida e 528 grupos de trabalho) |
| INTERVENTIVOS | 7 propostas apresentadas ao poder público | 58 propostas apresentadas ao poder público | 343 propostas apresentadas ao poder público | 662 propostas apresentadas ao poder público |
| | 1 proposta aprovada pelo poder público | 8 propostas aprovadas pelo poder público | 142 propostas aprovadas pelo poder público | 311 propostas aprovadas pelo poder público |
| | 1 proposta executada pelo poder público | 1 proposta executada pelo poder público | 60 propostas executadas pelo poder público | 53 propostas executadas pelo poder público |

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação da Associação Raízes

A IV fase ainda está em execução e segue até fevereiro de 2024, portanto, os dados apresentados no quadro acima, referente a esta fase, deve se ampliar até o seu encerramento.

AGRADECER PARA NÃO ESQUECER...



Agradecer para não esquecer de valorizar todos e todas que fazem esse projeto ser o que é!

Gratidão aos comunitários que doam seu tempo em busca de uma sociedade justa, que são a base desse projeto, que estão diariamente buscando a transformação nos seus territórios e a justiça social. Sem vocês, nada aconteceria. Como não é possível citar todos aqui, registramos as pessoas atuantes na IV Fase:

Armação dos Búzios – Ana Carolina Araújo / Bernardo Corty / Caio Augusto de Lisboa Carneiro / Cassio Villani / Claudia de Barros Martins / Davi Germano Ohana de Miranda / Eder Ribeiro Santos / Fátima Cajueiro / Fernando Kojin / Hércules Damião Lisboa / Ivone Perez de Figueiredo / Joelma Oliveira Rocha / Lucia Miranda / Luciana Cardozo / Maria Elena / Maria Eugênia Bastos / Martin Maíz / Natália Azeredo / Noelle Costa Nogueira / Roberto Felipe Alves / Silvana Lopes dos Santos / Lorena Silva Alves / Nathan Oliveira Lopes.

Aruama – Adriano Basto Antunes / Andréa Lima Borba / Andrelina Silva Barbosa / Carlos Fernando Inácio de Barros / Cleizy Medeiros de Oliveira / Eloá de Souza Resende / Emilia Peres de Lima / Gilmar Livramento da Silva Junior / João Gabriel Ferreira de Souza / João Paulo Moreira Marini / Kauan da Silva Martins / Lidiane Maria da Silva / Luana Moura Alves / Ludmyla Braga Salvador / Luiza Rodrigues Eugraphio de Mello / Mariana Soares Barbosa / Maria Auxiliadora da Silva / Marta Maria do Nascimento Silva / Pedro Jorge Gonçalves de Almeida / Sandra Maria Barbosa Albuquerque / Vera Pereira Mello Fiore / Yasmin Diamantine Caputo.

Arrial do Cabo – Adriano dos Santos Rodrigues / Alcione Sanches Vicente Silva / Ana Carolina Cantanhêde Gomes / Ana Luisa Cantanhêde Gomes / Beatriz Vianna Pereira Mendes Leite / Camila Cristina Santos / Cristyan Oliveira Domingos / Daniele Cantanhêde Gomes / Diogo Cantanhêde Gomes / Edgar Costa da Rosa / Elaine da Silva Campos / Ellen Rodrigues Santos / Franciele Raquel G F dos Santos / Hugo do Amaral / Iasmin de Araujo Silva Torquato / Jessica Siqueira da Silva / Jurema Resende de Oliveira / Mariléa Macedo da Silva / Noemir Martins / Nelson Cordeiro Monteiro / Yasmin Almeida dos Santos/ Yuri do Amaral / Lucia Almeida de Oliveira / Roberta Cristine Rodrigues da Silva / Neide da Silva Salvador Pereira/ Leidiane Julia, Vitoria Cristal.

Cabo Frio – Aline de Oliveira Silva / Amponino José da Costa / Ana Livia da Conceição Mota / Andressa Oliveira da Costa / Beatriz Maria da Silva Lima / Clarice Almeida Gomes / Eli da Costa Cardoso / Eliana Ferreira da

Silveira / Emanuely Jenyffer Braga de Castro / Fernanda Barcellos de Moura Leonel / Gabriel Guanabará Lemos Marques / Joyce Angelica Rosa Peroba / Judson da Cruz Lopes da Rosa / Jullie Cesário Peçanha de Figueiredo / Josiane de Souza Ribeiro Domingos / José Teixeira da Silva / Lucas de Freitas Rosindo / Luana Constantino Mota / Margarida Alves de Oliveira / Mateus da Silva Cardoso / Marta da Conceição da Rocha / Maria Eduarda Fonseca Lima / Marcos Vinicius de Oliveira Gomes / Orlando Pacheco dos Santos / Orfeu Oliveira de Souza / Rafael Souza Santos / Rodrigo Mello Vaz / Thaissa Conceição Alves da Silva / Vitor Lima da Cruz / Wesley Paulo da Silva Lima.

Campos dos Goytacazes – Adriana Freitas de Souza / Adriana Maria dos Santos Barreto / Ana Luíza Fluminense de Souza Oliveira / Ana Paula de Souza Nascimento Jesus / Claudia Maria dos Santos Souza Barreto / Isabella Pinheiro de Souza / Jhady Alves Silva de Oliveira / João Vitor Tuller Campista / Julio César Tuller Campista / Kaique Flor Belmiro dos Reis / Kaylany Alvarenga G. C. da Silva / Ketelle dos Santos Souza / Lucas Vitória Soares de Oliveira / Marcelo da Silva Rocha / Maria Clara dos Santos Barreto / Nilson Júnio de Andrade Francisco / Ryan Levi Freitas de Souza / Sara de Souza da Silva / Vitória Ribeiro Rangel de Souza / Júlia Yasmin Marques Siqueira / Breno Ribeiro Ângelo / Isabel Vitória de Aguiar / Janete Barroso de Faria/ Kalki Pinheiro de Souza Gusmão / Miguel de Souza Pereira / Renata Rodrigues Correia/ Davi Alves Silva de Oliveira / Raycca de Souza Pacheco / Lucas Crespo de Oliveira Azerêdo / Rosielen G. Vianna Cunha.

Carapebus – Abner Moreira da Silva / Edilson Jage Batalha / Eva Moreira da Silva / Gabriel Johny da Silva Gomes / Hosana da Silva / Jane de Oliveira Otaviano Coelho / Lais Zulo dos Santos Felix / Lázaro da Silva Caldeira / Maria de Lourdes Ravallert do Amaral / Mauro Luiz da Silva Rodrigues / Nayara Zulo dos Santos / Osmar Jacob David / Patrícia da Silva Caldeira / Priscila Moreira da Silva / Roney da Silva Pereira / Sabrina Zulo dos Santos / Sophia Zulo dos Santos Feliz / Vera Lúcia Carvalho Maciel Freitas / Vitória Eloá de Lima Dantas / Silvana Souza Filgueira Marins / Cauã Victor E. Da Silva / Max Paulo da Silva Caldeira / Silas Henrique da Silva Caldeira / Miguel Lima da Silva / Alessandra Teotônio de Carvalho.

Casimiro de Abreu – Jomar Ribeiro Franco / Marta Ribeiro / Victor Hugo Almeida da Silva / Mayra Souza da Silva / Meyre de Souza Peixoto / Gizele Santos de Souza / Lavínia Fontes Venturi / Tânia de Andrade Peixoto / Sival Silva Lima / Wellinson Peixoto da Silva / Marinalva Santos de Souza / Rafael da Silva Maciel / Maiza de Souza Peixoto Cavalcante/ Thalles Gonzaga Barreto / Letícia Kethyn Campos Santos / Roziane de Souza Andrade / Bruna de Lima Santana / Danrley dos Santos Amancio da Silva / Maria

Eduarda Ribeiro Silva/Maíra de Souza Peixoto.

Quissamã – Andrea da Conceição Amado Castro / Anilza Maria / Breno Gomes da Silva / Carmen Moreira Roballo / Douglas Almeida / Douglas do Desterro Ferreira / Enildo Azeredo da Silva / Geralda Alves Rodrigues / Gilçara Carvalho dos Santos Reis / Irinice Cunha da Fonseca / João Victor B. Castro / José Carlos Gonçalves / Kamilli Cordeiro dos Santos / Lilaí de Souza Centeio / Marciana Gomes da Silva / Maria das Graças da Conceição Dias / Regina Coeli da Rocha Macedo / Samara Dias da Conceição / Sônia Dias de Souza / Stephane P Magaldi de Souza / Vilton Luiz dos Anjos / Virgínia Moreira Roballo / Elisabete dos S. Silva / Paulos Sérgio Leite / Josiane Caldeira da Silva / Sonia Dias de Souza / Sueli Renato do Espírito Santo / Letícia Ribeiro dos Santos / Meire Piva.

Rio das Ostras - Ágata Gabriel Silva / Bruno dos Santos Reis / Cristiane Silva Pontes Alves / Débora dos Santos Rabelo / Fernanda Carolina de Andrade da Silva / Isabela de Rezende Costa / Ivania Santos Barbosa / José Vitor Miranda Martins / Karolaine Souza Silva / Márcio Tadeu da Silva / Naja Botelho Tomé / Paulo Leandro Schleder / Vitor da Silva e Souza / Marcela Araújo de Amorim / Gabriel Araújo de Amorim / Julia Costa Almeida/ Robson Reis Souza/ Raphaela Santana/ Julia Costa /Bruna Portela / Larissa Bernado / Philippe Lima Teixeira de Barros/ Roberta Gomes Barbosa / Ana Carolina da Conceição Rodrigues/ Julia Vieira / Ingrid Cerqueira de Oliveira / Paloma Cosendey / Pedro Gabriel Lopes Rafael / Talita Miguel / Alcimaria Ferreira / Maria Eduarda Domingos Teixeira / Ana Paula Nepoubuceno Ferreira Salles / Davi Ventura / Jonas Souza Oliveira / Valdirene Carmo Fernandes / Luana Costa.

Macaé – Alexany Rodrigues da Silva Ferreira / Alexandre Gomes da Silva / Alexandre Grem Ribeiro / Alice Arueira de Souza / Arielly Anchieta / Andressa dos Santos / Angela Cristina Rodrigues Gonçalves Baldan Fernandes / Camile Fonseca do Espírito Santo / Cíntia da Silva do Espírito Santo / Clara Michelede Santana Ferreira / Débora Henrique Salvador Pereira dos Santos / Deivison da Silva Euzébio / Diony Araujo Silva / Eloísa Santos Vitiello / Fabriciana Noel Rosa da Silva/ Gabryel Fillpe Teixeira Furtado / Gabriel Lessa Anthero / Gabriela Lopes Rodrigues / Geisa de Oliveira Couto / Hezequiel Canema Oliveira / Ianca Pereira da Silva Braga / Irlane Maciel de Alexandria Rocha / Izabella Vicente de Carvalho Camargo / Jane da Conceição Ribeiro da Costa / Jhenifer Coutinho Soares / José Carlos Pessanha / Julia Eduarda Vanzeler Priolli / Julia Tarouquela Corrêa Natalini /Leonardo Figueiredo Daumas / Lielton de Jesus Assis / Lorena Alves Carvalho Nascimento / Luan Gonçalves Castilho / Lúcia Duarte/ Marina da Silva do Espirito Santo / Nayara Zulo dos Santos Souza / Paulo Roberto Patrocínio Júnior /

Rosana Silva Aguiar Trindade / Ronald Fernandes Felicissimo/ Sabrina Dias de Matos / Sara Fagundes Guimarães da Silva / Sônia Maria de Oliveira / Sumara Zulo dos Santos / Thayná Fernandes Ribeiro Toledo / Thuany Fernandes Ribeiro.

Saquarema – Celma Cardoso Antônio / Cristiana Alves Pereira / Edivaldo Do Brasil Pinto / Henrique Carlos de Oliveira / Igor Basílio Jerônimo de Souza / Izabela da Silva Vieira / Janete da Silva Moreno Martin / Joseane Coutinho Guanabario de Sousa / Maiara Gomes Macario / Mara Avelino Attianesi / Marley do Brasil Pinto / Pedro Paulo Almeida Pinto de Andrade / Regina Vilma Avelino Attianesi / Vania Lucia de Araujo Monte Silva / Vinicius Carvalho da Silva Mendes / Vitória Avelino Attianesi / Zélia Maciel Pontes / Sarah Alves da Silva / Sueli Aparecida da Silva / Rosa Maria Rodrigues Pereira Gardner / Rajã dos Santos Arlota / Juliana dos Santos Borla dos Reis/ Vinicius José de Almeida de Freitas / Beatriz de Oliveira Sant'ana / Gabrielle Winona N. Coelho / Victoria Rodrigues da Conceição / Priscila Matos Rodrigues / Selymar Mattos Loureiro.

São Francisco de Itabapoana – Ada Gomes Vieira Carvalho / Alaildo Barreto / Ana Luiza da Silva Ferraz / Denise Moraes Barreto / Edson da Conceição Oliveira / Emilly Cristine Santos Carvalho / Eunice Gomes da Silva / Eduardo Alves dos Santos / Francisco Corrêa / Gabriel Portela / Hiata Anderson Carvalho de Moura Preto / Humberto Santos de Souza / Itai Campos da Silva Castro / Jefferson Cruz Viana / João Pedro Araújo/Jocinéia Brito da Silva / Jocelia Brito da Silva / Joceli Brito da Silva/ Jocilda Bandeira / Joyce Cerqueira Germano / Laryssa Alvarenga dos Santos / Maicon Chagas da Silva / Marta Cordeiro da Silva / Marcieli de Almeida Facio / Marcos Paulo Queiroz Monteiro / Marco Junio Figueiredo / Maria Aparecida Peireira / Matheus S. Sinflório Batista / Maysa Siqueira da Silva / Milena Marques Lemos/ Natália Gonçalves Barreto / Nayla Marryzya Carneiro Duarte Quaresma / Tânia Regina Machado de Freitas / Thiago Dias dos Santos / Vilma Cabral do Rosário / Matheus Viana.

São João da Barra – Eliane Menezes de Suza / Fábio Júnior Fernandes Santos / Franciane do Amaral Toledo / Gabriel Kling / Iracema Fernandes Cardoso / Leonardo Zago Arantes / Luana Cardoso dos Santos Rangel / Marcela da Costa Manhães / Marcelo da Silva Araújo / Maria de Fátima Areas Riveiro / Marlene Coutinho de Oliveira / Nathália da Costa Manhães / Samara Miranda de Oliveira / Sidney Ramires Muss / Vanda de Cássia Gomes Arantes Zago / Víctor Hugo M. Meireles / Vitória Alves Magalhães.

À **equipe de socioeconomia da gerência SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGP da Petrobras**, que acompanhou todo o desenvolvimento do projeto durante a IV Fase: Graziela da Silva Rocha Oliveira, Marjorie Robles Carmona,

Sônia Maria A. Vasconcelos e Antônia Maria de Aguiar Duarte.

À **equipe de analistas Ambientais da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás Offshore - COPROD, do Ibama**, que acredita na educação ambiental crítica e em seus projetos: Patricia Rodin, Julio Cesar Dias, Cecília G. Barbosa, Lilian Lima, Bruno Teixeira e Anderson Vicente.

Aos **Associados** que acreditam na organização comunitária, nas metodologias utilizadas e na proposta de um projeto dialógico, democrático e participativo: Izabela Appolinário de Souza, Margarida Alves de Oliveira, Francisco Carlos de Souza Corrêa, Ada Gomes Vieira Carvalho, Vitor Gomes Vieira Carvalho, Kíssila Neves Soares Vitorino, Sara Oliveira Andrade, Mauro Luiz da Silva Rodrigues, Wagner Nunes Firmino, Pedro Paulo da Silva Caetano, Marco Antônio Manhães Pacheco, Maria Eunice Azeredo da Silva, Mariléa Macedo da Silva e Neide Maria Toledo Mendonça Pessanha.

À toda **equipe da Associação Raízes** que junto aos grupos gestores locais constrói e aplica essas metodologias de forma dialógica, participativa, com comprometimento, entusiasmo e amor: Sandra Miscali, Fabiana Reis, Natalia Silveira, Izabela Appolinário, Isroberta Araújo, Willian Batista, Fernanda Santos, Igor de Oliveira Ferreira, Dagma Pontes, Sueli Rosestolato, Raquel Siqueira, Nathalia Pereira, Priscila Amaro, Aline Lázaro, Sara Andrade, Daniel Arrebola, Emídio Souza, Abraão Cardoso, Wagner Firmino, Katiane Malaquias, Fabio Santos, Breno Cerqueira, Pedro Ferreira, Priscila Maria de Lima, Maycon Siqueira, Saulo Costa, Lucas Rosindo, Mariana Araújo, Flávia Rabello, Kelly Silva, Gisely Mendes, Liana Sant'anna, Raphael Evangelista, Tarcísio Oliveira, Augusto Pascoal, Rafaela Siqueira, Jhones Lima, Aline lara Rocha, Luisa Santana, Kássia Figueiredo, Alejandra Huerfano Aguiar, Nattaly Menezes, Wellington Silva, Joyce Cerqueira Germano, Ana Luiza Fluminense de Souza Oliveira, Pablo do Carmo Rosa, Rayanny dos Santos Silva Telefe e Cauã Oliveira da Silva.

Aos participantes de outros PEAs, coletivos, associações e demais grupos que acreditam na transformação social e que, por meio de articulações, estão conosco nessa caminhada.

A todos e todas vocês que fazem o esperar!

"... É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo..."

Paulo Freire

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO RAÍZES. **Plano de monitoramento e avaliação**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

_____. **Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos - NEA-BC - III Fase**. Campos dos Goytacazes: Petrobras, Associação Raízes, 2015.

_____. **Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos - NEA-BC - IV Fase**. Campos dos Goytacazes: Petrobras, Associação Raízes, 2020.

_____. **Projeto Político Pedagógico** – Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes: Petrobras, Associação Raízes, 2017.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Metodologia da problematização**: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v.16, n. 2, Ed. Especial, p.9-19. out./1995.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação e Mudança**. 2ª edição rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico na escola**: na perspectiva de uma educação para a cidadania. Brasília, 1994.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Nota Técnica** Cgpeg/Dilic/IBAMA Nº 01/10, de 10 de fevereiro de 2010. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: IBAMA, 2010.

_____. **Instrução Normativa** Cgpeg/Dilic/IBAMA Nº 02/12, de 27 de março de 2012. Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 29 de Março de 2012, Seção I, p. 130.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

QUINTAS, José Silva. **O Pescarte e as concepções estruturantes da educação ambiental na gestão ambiental pública**. In *Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente / Geraldo Márcio Timóteo (org.)*. – 2. ed. rev. e ampl. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

_____. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

TIBOLA, Maria. **Projeto Político Pedagógico**: Subsídios orientadores. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem** - Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula, 15ª ed. / Celso dos Santos Vasconcellos. – São Paulo: Libertad Editora, 2013.



A Associação Raízes propõe a formação crítica e transformadora, por uma sociedade mais justa e igualitária. O seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que ancora o “jeito de fazer” do projeto NEA-BC, para além de ser um documento que sistematiza as práticas educacionais, busca codificar “nossa forma de fazer EDUCAÇÃO”. Numa perspectiva crítica, o maior indicador da Associação e do projeto consiste em construir processos educativos que sejam participativos, emancipatórios e transformadores junto às comunidades e a todos os sujeitos da ação educativa. São 14 anos construindo e disseminando conhecimento com cidadãos de municípios das regiões das Bacias de Campos e de Santos, com foco no controle social de políticas públicas e na transformação das realidades.



A realização do projeto NEA-BC é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.